



UNIVERSIDADE
NOVA
DE LISBOA



MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA

Dissertação de Mestrado

**O PROCESSO DE (DES)RADICALIZAÇÃO NA EUROPA: A Resposta da França,
Alemanha e Bélgica após os ataques de 2015**

Autor: Maria Luís Barbosa

Orientador: Prof. Doutor Felipe Pathé Duarte

Lisboa, 15 de março de 2018

Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Direito
Mestrado em Direito e Segurança

Título da Dissertação:

O Processo de (Des)Radicalização na Europa: A Resposta da França, Alemanha e Bélgica após os ataques de 2015

Autor:

Maria Luís Barbosa

Professor Responsável pelo Mestrado:

Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Professor Orientador:

Professor Doutor Felipe Pathé Duarte

Lisboa, 15 de março de 2018

DECLARAÇÃO ANTIPLÁGIO

Declaro, por minha honra, que o texto aqui apresentado é da minha exclusiva autoria e que toda a utilização de contribuições ou textos alheios está devidamente referenciada (art. 20.º-A do Regulamento do 2.º Ciclo e art. 8.º do Regulamento do 3.º Ciclo).

REGRAS DE ESTILO

Esta dissertação utiliza as regras de referência literária aprovadas pela American Psychologist Association (APA 6th Edition).

AGRADECIMENTOS

Dedico esta tese àquele que a tornou possível, do início ao fim. Ao meu orientador, Professor Dr. Felipe Pathé Duarte que, provavelmente sem se aperceber, no início deste percurso académico nos presenteou com um brilhante Seminário, ainda estava eu a absorver todos os temas e matérias tão interessantes quanto abrangentes neste Mestrado em Direito e Segurança. A sua explicação foi tão aliciante quanto clara e desde esse momento soube o caminho que queria seguir para satisfazer a minha sede de conhecimento pela segurança internacional. Só alguém que fale com tanta paixão e saber consegue transmitir o que ficou em mim. A curiosidade por este tema e o culminar desta dissertação a ele se devem e espero estar à altura da confiança que em mim depositou. Por isto e por tudo mais, obrigada Professor.

Um último ciclo se fecha com a entrega desta dissertação. E nada seria possível sem as pessoas que me acompanharam neste caminho. Sortuda o suficiente para não conseguir enumerar todos aqueles que em mim acreditaram, que este trabalho vos fique como prova de que as vossas palavras sempre tiveram efeito em mim. Que a minha também tenha efeito em vós, ainda que “obrigada” esteja muito a quem daquilo por que vos sou grata.

Com amor sempre, porque sem ele nada somos.

RESUMO

Em janeiro de 2015 a França acordou para um ano repleto de violência, estendendo-se a toda a Europa uma sensação de ameaça latente e cujas consequências ainda se sentem. Palco de ataques e perseguições, os acontecimentos em 2015 e 2016 de que a Europa foi alvo vieram reforçar a necessidade de combater a ameaça terrorista. A par da França, a Alemanha e a Bélgica foram dos EM mais afetados durante estes dois anos, provando a falibilidade das medidas de combate ao terrorismo. A violência de que a Europa foi alvo, veio mostrar que as políticas existentes não produziram os resultados desejados. As abordagens adotadas por estes Estados revelaram-se insuficientes perante a complexidade da ameaça, obrigando-os a rever a sua atuação. Compreender o paradigma de atuação dos referidos Estados é o objetivo último desta dissertação, que ao longo das suas páginas procurará apresentar os motivos que levam os indivíduos a cometer estes atos e os processos que os fazem afastarem-se da violência.

Tendo esta tese por objetivo contribuir para uma melhor compreensão e combate da radicalização violenta na Europa, espera-se que no final sejamos capazes de identificar os problemas subjacentes a este processo e a melhor forma de reagir perante aqueles que justificam a sua atuação e legitimam o uso da violência com base numa ideologia de inspiração religiosa e retórica extremista.

Palavras-Chave: Radicalização, Desradicalização, Contra Radicalização, Jihadismo, França, Alemanha, Bélgica

ABSTRACT

In January 2015 France awoke to a year full of violence, leading to a sense of latent threat and whose consequences spread across all Europe and can still be felt. Stage of attacks and persecutions, the events in 2015 and 2016 in which Europe was the target, came to reinforce the need to combat the terrorist threat. Alongside France, Germany and Belgium were the most affected Member-States during these two years, proving the fallibility of the measures to combat terrorism. The violence that Europe has been suffering show us that the existing policies have not produced the desired results. The approaches adopted by these States proved insufficient in the face of the complexity of the threat, forcing them to revise their actions. Understanding the operative paradigm of these States is the goal of this dissertation, which throughout its pages will seek to present the reasons that lead individuals to commit these acts and the processes that make them move away from violence.

Aiming this thesis to contribute to a better understanding and help fighting violent radicalization in Europe, it is expected that in the end we would be able to identify the problems underlying this

process and the best way of reacting to those who justify their performance and legitimize the use of violence based on an ideology of religious inspiration and extremist rhetoric.

Key-Words: Radicalization, Deradicalization, Counter Radicalization, Jihadism, France, Belgium, Germany

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

AI – Amnistia Internacional

CP – Código Penal

CPP – Código de Processo Penal

EI – Estado Islâmico

EM – Estado(s)-Membro

EUA - Estados Unidos da América

ODH – Observatório dos Direitos Humanos

ONU – Organização das Nações Unidas

TIC – Tecnologias da Informação e da Comunicação

UE – União Europeia

ÍNDICE

I.	INTRODUÇÃO	10
II.	UMA TENTATIVA DE DEFINIÇÃO DE TERRORISMO	12
	O Terrorismo e a Instrumentalização da Violência	13
	O Terrorismo e a Questão Jurídico-Penal	15
	O Terrorismo segundo o Conselho Europeu	17
III.	A RADICALIZAÇÃO PARA O TERRORISMO	19
	O Jihadismo.....	22
IV.	O TERRORISMO: NÍVEIS DE ANÁLISE	25
	Nível Micro	25
	Nível Macro	26
	Nível Meso	27
V.	OS MODELOS DE RADICALIZAÇÃO	30
	The Prevention Pyramid.....	30
	The New York Police Department Four Stage Process	31
	Marc Sageman's Four Stage Process	32
	Taarnby's Eight Stage Recruitment Process	33
	Gill's Pathway Model	34
	Wiktorowicz's al-Muhajiroun Model	34
	McCauley and Moskalenko's Twelve Mechanisms Model.....	35
	Moghaddam's Staircase to Terrorism	37
VI.	O COMBATE À RADICALIZAÇÃO E AO TERRORISMO	38
	Desvinculação e Desradicalização	40
	Contra Radicalização	47
VII.	MODELOS DE CONTRA RADICALIZAÇÃO	50
VIII.	O COMBATE AO EXTREMISMO JIHADISTA NA EUROPA	54
	França.....	56
	Alemanha	59
	Bélgica	61
IX.	Análise Comparativa	64
	Estratégias Militares.....	65
	Estratégias de Justiça Criminal e Segurança.....	65
	Estratégias Não-Violentas	69
	Considerações Críticas	71
X.	CONCLUSÃO.....	75
XI.	REFERÊNCIAS	77
	Bibliografia	77

Monografia.....	77
Publicações Oficiais.....	80
Webgrafia	80

I. INTRODUÇÃO

Enquanto cidadãos europeus deveríamos poder orgulhar-nos de afirmar que no século XXI vivemos numa sociedade evoluída, civilizada e onde a liberdade e segurança são uma realidade para todos. Porém, a história da Europa com a violência está longe de terminada. Os ataques terroristas de que o território europeu tem sido alvo nos últimos anos vieram provar que existe um longo caminho a percorrer até àquela realidade. Longe de ser novidade para a Europa a ameaça que o terrorismo representa, os Estados enfrentam agora um tipo de violência sem precedentes, tão arbitrária quanto imprevisível. Inspirada numa retórica que justifica a sua ação com preceitos religiosos e que rejeita a civilização ocidental, a propagação da ideologia jihadista tem sido alvo de uma crescente preocupação por parte dos Estados.

Em janeiro de 2015 a França acordou para um ano repleto de violência, estendendo-se a toda a Europa uma sensação de ameaça latente e cujas consequências ainda se sentem. Palco de ataques e perseguições, os acontecimentos em 2015 e 2016 vieram reforçar a necessidade de combater a ameaça terrorista. A par da França, a Alemanha e a Bélgica foram dos EM mais afetados durante estes dois anos, provando a falibilidade das medidas de combate ao terrorismo por estes aplicadas. A violência de que a Europa foi alvo veio mostrar que as políticas existentes não produziram os resultados desejados, revelando-se assim insuficientes as abordagens adotadas por estes Estados perante a complexidade da ameaça, o que os obrigou a rever a sua ação.

O terrorismo jihadista tem suscitado tanta preocupação nos Estados como interesse nos académicos. Os processos inerentes à radicalização e ao extremismo violento têm sido documentados e estudados por vários autores que pretendem oferecer soluções para combater esta ameaça. A forma como os Estados têm aproveitado e aplicado este conhecimento nas suas políticas de segurança é a premissa que move esta dissertação. Analisando políticas coercivas e não coercivas, pretende-se aferir a mudança de paradigma securitário de Estados como França, Bélgica e Alemanha, diretamente mais afetados pelo jihadismo em 2015 e 2016. A análise da resposta dos Estados a esta ameaça e o recurso a abordagens não repressivas propostas pela comunidade científica é o exercício a que nos propomos. Movidos pela crença de que o extremismo islamita na Europa pode ser prevenido, procuramos no presente estudo demonstrar a importância da aplicação de medidas não repressivas no combate à propagação daquela ideologia violenta. Através da análise crítica dos fatores que fazem o indivíduo mover-se no processo de radicalização e de desradicalização, tentaremos provar a importância deste tipo de medidas e a sua relevância nas políticas de segurança dos Estados. Sendo o jihadismo uma das grandes preocupações para a segurança da Europa a aplicação de conhecimentos e programas de combate à radicalização deve ser uma realidade para a União, pelo que consideramos de sumo

interesse explorar aqui esta questão e sobre ela dissertar, contribuindo para uma maior consideração das medidas preventivas enquanto prioridade no combate a esta ameaça.

Apesar de há muito debatida, a questão da radicalização violenta e do terrorismo tem sido uma realidade constante, principalmente após os ataques aos Estados Unidos em 2001 e na Europa em 2004 e 2005. Mais recentemente, com os atentados à Europa nos últimos anos, o nosso quotidiano tem sido invadido por temas como o jihadismo, o terrorismo global, a *al-Qaeda* ou o autoproclamado EI. Estes representam uma nova e complexa ameaça à ordem securitária internacional, exigindo uma compreensão holística do problema. Assim, numa primeira parte, serão descritos os conceitos em torno dos quais esta dissertação irá discorrer, analisando o tema da radicalização e das dificuldades inerentes à sua compreensão. Nesta fase serão apresentadas as várias conceptualizações existentes para conceitos como terrorismo, radicalização e extremismo, bem como descritas as diferentes abordagens ao processo de radicalização e apresentados os modelos propostos pela literatura para analisar a progressão dos indivíduos ao longo deste processo.

Numa segunda etapa, compreendidas as questões subjacentes ao processo de radicalização, a tónica será colocada nas medidas existentes para reverter este fenómeno. É neste segundo ponto que será posta em evidência a possibilidade de desradicalização e de reversão do processo, elencando as diferentes teorias e modelos existentes. Aqui explorar-se-ão as diferentes teorias propostas pela doutrina, que atuam tendo em conta um diverso número de fatores, apresentando as estratégias de prevenção e de combate à radicalização. Admitindo que a luta contra o terrorismo deve compreender várias estratégias de atuação, serão aqui apresentados aqueles modelos que mais se aproximam ao cerne deste trabalho, não olvidando a importância devida a outros contributos não desenvolvidos. O objetivo passará por identificar aquelas respostas que se revelem como mais promissoras de gerar uma alteração na tendência de radicalização dos indivíduos, seja por métodos de persuasão punitiva, de prevenção ou de reintegração.

Num terceiro momento, estas estratégias de intervenção serão analisadas em contexto próprio, focando-nos em políticas concretas de combate e prevenção do jihadismo. Considerando os três países europeus que nos últimos anos têm sido vítimas de um maior número de ataques, serão aqui analisadas as estratégias de combate que os mesmos adotaram para reforçar a segurança do seu território e cidadãos. Tendo sido até aqui revistas as propostas de atuação para combater a radicalização violenta, pretendemos neste ponto ser capazes de analisar criticamente as reações da França, Bélgica e Alemanha e como estas recorrem a medidas não violentas para a combater. De modo a facilitar a compreensão do problema, começaremos por elencar a reação de cada um destes países após os ataques sofridos, através da divisão das suas estratégias por tipologias baseadas nos modelos anteriores. Seguidamente, será dado lugar a uma comparação analítica das diferentes atuações e prioridades de cada Estado, onde veremos como as políticas existentes foram reforçadas e

se houve espaço para a introdução de novas medidas, enfatizando aquelas que promovem o recurso a respostas não coercivas de combate ao terrorismo. Tentaremos aqui provar que este último tipo de abordagem foi priorizado e que a atenção dos Estados já não se foca somente na reação militar e combate repressivo, mas que abraça agora medidas que visam a prevenção da radicalização através do envolvimento da comunidade na resolução do problema.

De modo a contribuir para o estudo do processo de desradicalização na Europa, pretendemos demonstrar que as medidas não violentas devem ser aplicadas pelos Estados a par com outras medidas de combate. Acreditando que se pode travar a ascensão da ideologia islamita através da prevenção e da participação da sociedade civil, ressalva-se que a proximidade aos acontecimentos não nos permite ainda retirar conclusões sobre a eficácia das medidas aplicadas nas jurisdições em análise. Pretendemos assim ponderar o recurso dos Estados a este tipo de medidas de desradicalização, procurando através de uma análise crítica das políticas por estes aplicadas contribuir para uma visão mais completa do problema da erradicação do jihadismo na Europa.

II. UMA TENTATIVA DE DEFINIÇÃO DE TERRORISMO

“O terrorismo tornou-se parte de nossa dieta diária de notícias. Dificilmente um dia se passa sem notícias de um assassinato político, rapto, sequestro ou bombardeamento em algum lugar do mundo. Como tal, os incidentes de terrorismo têm aumentado na última década, o fenómeno do terrorismo tornou-se uma preocupação crescente para os governos e de crescente interesse para os estudiosos” (Jenkins, 1980).

Assim inicia Jenkins no início da década de 80 o seu trabalho sobre as dificuldades na definição de terrorismo. Ainda que escritas há quase quarenta anos, estas afirmações mantêm-se atuais e a procura por uma definição concreta de terrorismo mostra-se tão ou mais complexa do que outrora. O conceito de terrorismo não é novo na literatura, sendo possível encontrar referências ao mesmo já no século XVIII, conforme nos diz o autor num trabalho mais recente (Jenkins, 2006). Porém, aquilo que é considerado terrorismo tem vindo a mudar. Fruto das alterações culturais e sociais de que o mundo é alvo, Jenkins (2006) argumenta que o terrorismo é um construto social generalizado, que deriva dos nossos conceitos de moralidade, justiça e regras de combate, onde, em última análise, os terroristas são assim considerados de acordo com os valores culturais, ideológicos e políticos referentes à sua época e contexto social.

Jenkins, que se dedica ao estudo do terrorismo desde a década de 70, considera que o terrorismo que hoje conhecemos se distingue do tipo de terrorismo a que se assistia no início do seu interesse pelo tema (Jenkins, 2006). Para começar, este autor entende que os ataques considerados hoje em dia como atos terroristas contêm um maior uso da violência, explicando que estes agora são mais

sangrentos. A forma como estas organizações obtêm recursos económicos também mudou. Atualmente, as organizações terroristas mostram-se cada vez menos dependentes do financiamento estatal, suportando-se através de outros métodos de financiamento como a criminalidade organizada. As outras distinções que o autor aponta consistem na utilização de um novo modelo de organização e na sua capacidade propagandística e de campanha que se estende a nível mundial socorrendo-se dos novos meios de comunicação e informação para fazer valer as características anteriores, alterando consequentemente a sua estratégia de atuação.

O Terrorismo e a Instrumentalização da Violência

Como vimos, o aumento do uso da violência é um dos fatores que caracteriza o terrorismo deste novo século. Contudo, se o terrorismo implica o uso da violência, o uso da violência nem sempre se traduz num ato de terrorismo. Distinguir estas formas de violência é um dos pontos fulcrais para uma aproximação da compreensão do terrorismo. Ruby (2002) argumenta que existem três critérios chave que permitem distinguir o terrorismo de outras formas de violência, de acordo com a análise que faz da definição proposta pelo Departamento de Estados dos EUA. O autor explica que o terrorismo é definido como uma violência cujas motivações são de cariz político, perpetrada contra alvos civis ou não-combatentes, normalmente com o intuito de influenciar uma determinada audiência. A acrescentar a estes três critérios, o autor defende que se pode acrescentar mais dois que caracterizam este tipo de terrorismo típico do século XXI e que podem ser encontrados na literatura por eles revista, socorrendo-se do trabalho de Kaplan (1981, *cit in* Ruby, 2002) e Oots (1990, *cit in* Ruby, 2002) respetivamente.

Ruby (2002) explica que o primeiro critério se traduz na pretensão que os atos terroristas têm de provocar um estado constante de medo e insegurança no espírito da população. Isto é, tais atos, mais do que gerarem o medo imediato sobre a população, por serem imprevisíveis, também procuram deixar uma sensação de medo e ameaça latente, que se prolonga pelo tempo, muito após o ato ter sido cometido. Consequência disto, o autor acrescenta o último critério, defendendo que o ato terrorista procura afetar não só o público alvo atingido durante o atentado como se estende à generalidade da população, afetando as vítimas diretas e originando vítimas indiretas, instaurando uma sensação de medo generalizada.

Admitindo que a definição de terrorismo está longe de encontrar um consenso, Gibbs (2014) assume que este pode e deve continuar a ser estudado pela comunidade académica e científica. Assim sendo, e indo de encontro ao que os anteriores autores defendem, Gibbs (2014) oferece a sua própria apreciação sobre o fenómeno. Considera este que estamos perante um ato de terrorismo quando o mesmo implica o uso ilegal da violência ou a ameaça da sua utilização contra alvos humanos ou não humanos e na presença de determinadas condições. Em primeiro lugar, o ato deverá ter sido ordenado

ou levado a cabo com o intuito de alterar, ou pelo menos manter, uma eventual norma numa unidade territorial ou populacional. Em segundo, as características de tal ato devem ser sigilosas, furtivas ou clandestinas, de modo a que permitam aos seus participantes manter a sua identidade pessoal ou a sua localização em segredo. O terceiro critério elencado pelo autor exige que o ato não tenha sido levado a cabo ou ordenado para promover a defesa permanente de determinada área. O quarto elemento, diz-nos que tal ato é considerado terrorista quando se afasta do tipo de guerra convencional. Pelas características deste tipo de ataques, pela dissimulação da identidade e da localização dos participantes, assim como do tipo de ameaças que representam e da sua facilidade de locomoção, os indivíduos percecionam-se como menos vulneráveis à ação militar convencional. Finalmente, tal ato é percebido pelos indivíduos que nele participam como um contributo para o objetivo normativo que pretendem implementar, incutindo o medo da violência na população, que não é necessariamente o alvo imediato da violência ou da ameaça do seu uso.

Aproximando-se destas definições, Moghaddam (2015) propõe-nos que o terrorismo pode ser percebido como uma forma de violência politicamente motivada, perpetrada por indivíduos, grupos ou outro tipo de agentes, que poderão estar ligados a algum governo ou Estado, com o intuito de incutir o sentimento de insegurança e terror na população, de modo a influenciar o processo de decisão e alterar o comportamento da mesma.

Como percebemos, é possível encontrar na literatura várias propostas para a definição de terrorismo. Não sendo um fenómeno novo, a sua concetualização tem sido há muito discutida e, como veremos, está longe de encontrar consenso. A forma de terrorismo a que assistimos hoje em dia não se compara com aquela de que a Europa foi vítima nas últimas décadas do século passado. Atualmente deparamo-nos não só com atos de violência exacerbada e arbitrária, assim como lidamos com uma maior capacidade publicitária e propagandística por parte das organizações terroristas, fruto da evolução das TIC. Estas novas características vêm acrescentar ainda mais dificuldades na definição de terrorismo. Este exercício de entendimento da ameaça é algo que tem vindo a ser feito tanto por académicos como por legisladores que, um pouco por todo o mundo, pretendem contribuir com o seu conhecimento para uma definição consensual, que contenha em si todos os aspetos que esta realidade implica. Contudo as definições não são estanques e é possível encontrar divergências entre a definição e a operacionalização do conceito. Isto é, nem sempre o que é proposto pela literatura corresponde ao que é aplicado pelas organizações que se servem destes conceitos para tentar explicar e apresentar soluções para o problema que enfrentamos. Veremos esta questão nos próximos parágrafos.

O Terrorismo e a Questão Jurídico-Penal

Se a definição de terrorismo é uma tarefa árdua para os académicos que estudam esta realidade, do ponto de vista jurídico a dificuldade não é menor para os legisladores. A punição de atos considerados terroristas é uma das estratégias que, como veremos mais adiante nesta dissertação, os governos têm vindo a reforçar após os acontecimentos dos últimos anos. Perante isto, surge a necessidade de se considerar o ataque terrorista como um crime por si só, ou como um conjunto de atos criminosos. Isto é, deverá um ato, no seu todo, ser considerado uma infração penal, ou dever-se-á ter em conta todo o conjunto de atos que, quando analisados separadamente, constituem eles mesmos não um, mas vários tipos de crime? Para ajudar na compreensão desta questão, Walter (2003) expõe os problemas da definição de terrorismo na legislação nacional e internacional.

Walter (2003) explica-nos que para compreender o terrorismo devemos ter em conta os elementos objetivo e subjetivo que fazem parte da sua definição. Explica-nos que, se o primeiro elemento implica que se tenha cometido um crime a uma determinada escala, o segundo já se refere às motivações e intenções do indivíduo aquando do cometimento de tal crime. Este primeiro elemento relaciona-se normalmente com a utilização da violência contra as pessoas. Contudo, ressalva o autor, não é necessariamente obrigatório que esta violência se direcione especificamente a um grupo de pessoas, podendo, como alguns países assim entenderam, ser considerada toda a violência que coloque o público em risco. Isto não implica necessariamente uma utilização da violência diretamente sobre a população, incluindo-se aqui todas as ações e ameaças que coloquem em causa a validade e funcionamento de infraestruturas críticas, como as redes de distribuição de serviços (água, luz, gás) assim como as redes de transportes ou de comunicações. Fazendo uma análise dos diversos países que possuem uma definição legal para tais atos, Walter (2003) explica que existem países cujas definições englobam mais que a violência sobre as pessoas, incluindo outros atos de violência como a ameaça a infraestruturas críticas ou a perturbação do bom funcionamento da democracia.

Quanto ao elemento subjetivo, que se refere aos motivos e intenções que levam o ofensor a praticar atos terroristas, o citado autor apresenta vários aspetos a ter em conta. Um elemento comum à maior parte das definições e cuja utilização remonta ao terrorismo praticado durante a revolução francesa, consiste na criação de um clima de terror e medo entre parte ou a totalidade da população (Walter, 2003). Walter (2003) explica-nos que este elemento subjetivo é visto como suficiente para determinar certo ato como terrorista, contudo, ressalva, a existência do mesmo não é obrigatória ou não tem de estar objetivamente implícita. Do mesmo modo, conclui após a sua análise às várias definições, que as intenções dos perpetradores em instalar o medo na população podem ter como objetivo último a perturbação da democracia e consequente subversão dos governos. Contudo, ressalva o autor, estes dois nem sempre ocorrem em conjunto, podendo existir atos que causarão o pânico social, mas cujo objetivo não é movido por um elemento político ou religioso. Isto é, quando consideramos um ato

como terrorista não devemos ter só em conta as consequências que teve na população, mas sim entender também quais as verdadeiras intenções desse ato, para podermos assim considerar se estamos perante uma tentativa de subversão do sistema ou não.

Após a análise de várias definições propostas por diversos países nos diversos continentes, Walter (2003) conclui que um dos aspetos mais consensuais no elemento subjetivo do terrorismo consiste na pretensão de instalar o medo e a insegurança entre a população. Do mesmo modo, considera que este intuito, ainda que não seja óbvio, deve estar implícito na definição de terrorismo, correndo o risco de se confundir outros atos criminosos de índole não terrorista. Continuando com a mesma linha de pensamento, argumenta o autor que, este tipo de atos, terão também como intenção exercer algum tipo de coerção sobre os governos, distinguindo-se da mera influência sobre os mesmos para que alterem a sua atuação. Se assim não fosse, facilmente se confundiria um protesto que visa influenciar o governo a tomar certas medidas com um ato de terrorismo. Assim sendo, o autor compreende que estes dois elementos (o sentimento geral de insegurança e a coerção do governo) ainda que não tenham que existir em simultâneo, são preponderantes para a definição de um ato como sendo de cariz terrorista. Correndo o risco de considerar como terrorismo outros atos que não preenchem os motivos e intenções de um ato terrorista, ainda que se possam assemelhar à primeira vista a um ato terrorista, o autor alerta para a necessidade de termos em conta os objetivos específicos que determinado ataque pretende atingir.

Para além destes dois aspetos, presentes na maioria das definições por ele analisadas, um outro elemento que Walter (2003) também identifica consiste no número de elementos que deverão estar implicados no ato para este ser considerado como terrorismo. Os números variam, tendo o autor observado que em algumas definições é necessário ser um ato perpetrado coletivamente para ser considerado de terrorismo, ao passo que outras dão espaço para a análise singular de cada caso, o que implica que um ato terrorista pode ser cometido por uma só pessoa desde que o mesmo preencha os outros requisitos anteriores.

Finalmente, um outro problema apontado pelo autor consiste no número de definições utilizadas pelos diversos Estados para considerar um ato como terrorista. Explica o autor que, se em alguns casos existe apenas uma definição presente na legislação para considerar tal ato como terrorista, noutros países é possível encontrar diversas definições entre os vários documentos legais que vigoram no seu território.

No que concerne à definição deste conceito na legislação internacional, o mesmo autor considera que a primeira tentativa de introdução de um conceito de terrorismo surge na Convenção Internacional de Combate ao Financiamento do Terrorismo de 1999. No segundo artigo desta convenção apresentam-se duas alíneas onde se consideram quais os atos que são tidos como terroristas, referindo-se a alínea a) a atos declarados em outras convenções como de cariz terrorista.

Já na sua alínea b) surge a primeira tentativa, ainda que abstrata, de definição de um ato como terrorista, onde são contempladas outras ações que não estão incluídas nas convenções anexadas a tal documento. Se lermos a referida Convenção, a alínea b) do referido artigo propõe que, para além dos já considerados nas outras convenções, o terrorismo consiste em “atos cuja intenção é causar a morte ou graves danos físicos a um civil ou qualquer outra pessoa que não tenha uma papel ativo nas hostilidades numa situação de conflito armado, quando o propósito de tal ato, pela sua natureza ou contexto, é intimidar a população ou influenciar o governo ou uma organização internacional a fazer ou a abster-se de fazer determinada ação (International Convention for the Suppression of the Financing of Terrorism, 1999).

Esta análise levada a cabo por Walter acerca das dificuldades na definição do terrorismo a nível nacional e internacional ocorreu ainda antes de a Europa se ver a braços com a ameaça do jihadismo e do terrorismo de natureza autóctone pelo que o seu trabalho consiste na análise de legislação que hoje já se encontra mais específica e atualizada. Não pretendendo esta tese discorrer sobre a evolução histórica do conceito de terrorismo e como ele se foi adaptando à realidade em que vivemos hoje, importa só ressaltar porque aqui foi considerada a obra deste autor. Apesar de, como temos vindo a verificar, a definição de terrorismo ter sofrido alterações ao longo dos anos, onde se acrescentaram mais variáveis para a completa definição de tal ato, entendemos que ainda permanece como real a grande dificuldade na definição do mesmo. O número de elementos objetivos e subjetivos a ter em conta, bem como a volatilidade dos mesmos, numa concreta definição de terrorismo, não desapareceram com o decorrer dos anos e as diferentes atualizações à legislação são a prova disso mesmo. Pelo contrário, estas dificuldades permanecem atuais e mostram-se como obstáculos na definição e consequente combate ao terrorismo. Assim sendo, consideraremos a realidade europeia e o que os recentes acontecimentos têm implicado na alteração da legislação dos diferentes países em análise nesta dissertação que, por consequência dos vários atentados que têm sofrido, se viram obrigados a atualizar a sua legislação e a criar novas leis específicas de combate à ameaça de que são alvo.

O Terrorismo segundo o Conselho Europeu

Fruto de um trabalho que vem sendo desenvolvido desde a década de 90, a Comissão Europeia e os demais EM, a 13 de junho de 2002 aprovam a decisão-quadro 2002/475/JAI que tem como intuito classificar o crime de terrorismo bem como os atos e os atores nele envolvidos. Deste modo e tendo por bases outros atos legislativos e decisões de organizações internacionais como a ONU e a UE, esta Decisão-Quadro pretende definir o conceito de terrorismo de modo a que seja possível uma harmonia no combate a esta ameaça pelos seus EM.

Ora, seguindo a linha de pensamento de Walter (2003), em que consideramos que para haver uma completa definição de terrorismo devemos atentar aos seus elementos objetivos e subjetivos, o presente diploma oferece uma consideração geral daquilo que deverá ser entendido como um ato terrorista. Assim sendo, a Decisão-Quadro 2002/475/JAI considera estarmos perante uma infração terrorista quando a mesma é cometida com o intuito de, pela sua natureza ou contexto, afetar gravemente um país ou uma organização terrorista, através da intimidação grave da população, do constrangimento indevido dos poderes públicos ou de organizações internacionais e da destabilização ou destruição das estruturas fundamentais políticas, constitucionais, económicas ou sociais de um país ou organização internacional. Deste modo, são considerados como elementos objetivos das infrações terroristas os atos praticados pelo seu autor que resultem em ofensas contra a vida, cujo resultado seja a morte de uma pessoa; as ofensas à sua integridade física; “o rapto ou a tomada de reféns; a provocação de destruições maciças em instalações governamentais ou públicas, nos sistemas de transporte, nas infraestruturas, incluindo os sistemas informáticos, em plataformas fixas situadas na plataforma continental, nos locais públicos ou em propriedades privadas, suscetíveis de pôr em perigo vidas humanas, ou de provocar prejuízos económicos consideráveis; a captura de aeronaves e de navios ou de outros meios de transporte coletivos de passageiros ou de mercadorias; o fabrico, a posse, a aquisição, o transporte, o fornecimento ou a utilização de armas de fogo, de explosivos, de armas nucleares, biológicas e químicas, assim como a investigação e o desenvolvimento de armas biológicas e químicas; a libertação de substâncias perigosas, ou a provocação de incêndios, inundações ou explosões, que tenham por efeito pôr em perigo vidas humanas; a perturbação ou a interrupção do abastecimento de água, eletricidade ou de qualquer outro recurso natural fundamental, que tenham por efeito pôr em perigo vidas humanas;” bem como a ameaça de praticar tais comportamentos (art. 1º, nº 1, decisão-quadro 2002/475/JAI).

Compreende-se aqui a importância do contexto e da natureza dos atos, isto é, a consideração do elemento subjetivo no crime de terrorismo. O elemento objetivo aqui apresentado, por si só, não pode ser considerado um ato terrorista pois correríamos o risco de considerar como terrorismo qualquer ilícito penal praticado. Deste modo, o elemento subjetivo, a intenção de intimidar gravemente as estruturas políticas e as organizações internacionais deve estar presente para podermos dizer que estamos perante um caso de terrorismo. Contudo, pela própria definição do elemento como subjetivo, percebe-se que nem sempre é fácil distinguir entre um ato que foi cometido com esse objetivo, de um ato isolado, cujas motivações não seriam de natureza terrorista. Torna-se assim possível identificar os dois elementos sugeridos por Walter (2003) que são necessários para uma concreta definição do conceito de ato terrorista. A juntar a estes elementos objetivos e subjetivos, como vimos, o autor identifica mais um elemento que está presente na maioria da legislação de combate ao terrorismo e que consiste no número de atores que praticam tal ato. O Conselho da União Europeia considera

assim, nos referidos diplomas, que uma organização, ou grupo, terrorista, para ser considerada como tal, deverá consistir na “associação estruturada de duas ou mais pessoas, que se mantém ao longo do tempo e atua de forma concertada, com o objetivo de cometer infrações terroristas.” Continua o diploma, explicando que uma “associação estruturada designa uma associação que não foi constituída de forma fortuita para cometer imediatamente uma infração e que não tem necessariamente funções formalmente definidas para os seus membros, nem continuidade na sua composição ou uma estrutura elaborada” (art. 2º, nº 1, decisão-quadro 2002/475/JAI).

Por sua vez, a decisão de alteração 2008/919/JAI vem alterar o artigo 3º da decisão-quadro de 2002/475/JAI, que se refere às infrações relacionadas com grupos terroristas, acrescentando os atos praticados nas novas tecnologias da informação e comunicação. Com o advento da internet e a facilidade da comunicação, os Estados viram-se obrigados a reagir a esta nova realidade, pelo que se tornou necessário, entre outras, acrescentar outros elementos que, por via direta ou indireta, pudessem aumentar a ameaça ou a probabilidade da prática de atos terroristas.

Chegados a este ponto, consideramos que as propostas de definição do terrorismo acima apresentadas são suficientes para o entendimento pretendido neste trabalho. Admitimos que ainda existe muito trabalho a desenvolver para uma compreensão efetiva do tema e que qualquer contributo é importante para a concretização do mesmo. Contudo, e humildemente nos escusando, o propósito deste trabalho não passará por aferir a semântica do problema, ainda que não esqueçamos a sua importância, mas sim explorar as reações de determinados países perante os atos de terrorismo e os seus envolvidos. Como tal, no próximo capítulo iniciaremos a nossa exposição sobre a realidade europeia onde concretamente analisaremos o tipo de ameaça terrorista que motiva a escrita deste projeto.

III. A RADICALIZAÇÃO PARA O TERRORISMO

Na sua Estratégia de Segurança Interna (COM, 2015: 185 final), a UE afirma a sua intenção de erradicar por completo o terrorismo. A prioridade da sua atuação passa pela prevenção de ataques terroristas e isto só é possível se se abordar e impedir a radicalização e o recrutamento com fins terroristas. Definir radicalização torna-se, portanto, necessário se queremos entender a ameaça e combatê-la.

O conceito de radicalização não é novo no vocabulário político e académico e, à semelhança do conceito anteriormente exposto, a sua definição não é consensual, ainda que se possam encontrar na literatura alguns pontos concordantes. Conforme Kuhle e Lindekilde (2009), um dos aspetos mais comuns que podemos observar nas definições atuais deste conceito consiste na ênfase dada ao uso da violência política para alcançar objetivos políticos ou ideológicos, onde se incluem os atos terroristas.

Apesar de ser um fenómeno relativamente recente nas suas configurações atuais, Della Porta e LaFree (2012) referem que o termo radicalização já era utilizado na década de 70 no contexto da violência política que surgia nas democracias mais avançadas da época, servindo para evidenciar as dinâmicas processuais (o aumento gradual da violência) e de interação social que levavam à formação de grupos maioritariamente violentos e clandestinos.

Alguns autores definem assim radicalização de um ponto de vista comportamental, pelo uso da violência política enquanto instrumento para atingir objetivos políticos. Outros incluem as crenças e atitudes na sua definição, englobando tanto aqueles que praticam atos de violência como aqueles que suportam tais atos (Kuhle e Lindekilde, 2009).

Contudo, o termo adquiriu maior relevância após os atentados de Madrid e Londres, quando a Europa se viu a braços com uma nova realidade cuja ameaça provinha do seu próprio território. Diferente dos atentados às Torres Gémeas, onde a ameaça procedia de um país estrangeiro, este novo tipo de terrorismo, conhecido como terrorismo de natureza autóctone, caracteriza-se pelo facto de ser praticado por indivíduos que nasceram e cresceram no país que pretendem atacar (Sedgwick, 2010).

O relatório divulgado pelo *TSG Foreign Fighter*, diz-nos que em junho de 2014 cerca de 2500 indivíduos de países da Europa Ocidental viajaram para a Síria para combaterem. 18 meses depois, em dezembro de 2015, este número aumentou para o dobro. As estimativas indicam que mais de 5000 pessoas de EM da UE viajaram para a Síria em 2015 (Soufan Group, 2015). Torna-se perceptível a efetividade da retórica extremista para a prossecução deste movimento jihadista global. Citando Jenkins (2007), “mais do que um concurso militar, a campanha da *jihad* é, acima de tudo, um empreendimento missionário”. Além dos seus propósitos imediatos de instalar o medo através da demonstração da sua força e violência, o autor salienta a importância que o incitamento e a atração de novos membros têm nas operações terroristas. Segundo o autor, para lá de preencher as necessidades operacionais, o recrutamento consiste num fim em si mesmo, na capacidade de criar uma nova mentalidade.

Compreender esta nova ameaça torna-se pois importante para definir a estratégia de defesa e segurança da UE face a uma ameaça que já não é externa, mas que prolifera no seu interior. Deste modo, o processo que ocorre até tomarem a decisão de perpetrar um atentado contra o seu próprio país é de suma importância se queremos reverter tal tendência que se afigura como cada vez mais comum na Europa. Assim, importará clarificar o conceito de radicalização enquanto processo que leva ao extremismo violento e a atos de terrorismo.

Sendo um fenómeno composto por vários processos que devem ser distinguidos analiticamente visto serem guiados por diferentes mecanismos e seguirem diferentes padrões, a radicalização deve ser entendida no seu contexto político e social. Deste modo, a radicalização poderá ser tanto o efeito como a causa de uma mudança social em grande escala, pelo que deve ser analisada tanto como um

processo de interação entre grupos violentos e o seu ambiente, como um efeito da interação entre atores mutuamente hostis (Della Porta e LaFree, 2012).

Importará, do mesmo modo, distinguir radicalização de radicalização violenta. Pressman (2016), numa apresentação sobre um instrumento de avaliação do risco de radicalização violenta, define a radicalização como um processo de adoção ou promoção de ideologias ou crenças extremistas com o intuito de desenvolver uma mudança ao nível político, social ou religioso. Por sua vez, a radicalização violenta consiste no processo de adoção de um sistema de crenças extremista, com a legitimação e a justificação do uso da violência como meio para alcançar objetivos políticos, sociais ou religiosos. Aqui o autor diz-nos que o uso da violência se justifica enquanto meio para atingir um fim, conduzindo ao extremismo violento. Ora, se o primeiro conceito está ao nível das crenças e atitudes, o segundo já supõe um comportamento violento e o uso da força para expressar essas crenças e atitudes.

De acordo com McCauley e Moskalenko (2008), podemos ter duas perspetivas sobre o processo de radicalização. Por um lado, podemos ter uma visão mais funcional, onde a radicalização política consiste no aumento da preparação e do compromisso para a participação em conflitos intergrupais, e por outro uma mais descritiva, onde radicalização significa uma mudança nas crenças, sentimentos e comportamentos em direções que vão justificando a violência intergrupar e demandam sacrifício na defesa do grupo.

Na mesma linha de pensamento, Della Porta e LaFree (2012) consideram a radicalização como um processo que se caracteriza pelo aumento do envolvimento e do uso de meios e estratégias de violência em conflitos políticos. Os mesmos autores atentam em duas dimensões deste termo, defendendo que a radicalização consiste num padrão de comportamentos e de atitudes levados a cabo por determinado indivíduo. Estes defendem que estas duas dimensões da radicalização (comportamentos e atitudes) estão intimamente ligadas, mas não dependem necessariamente uma da outra. As atitudes radicais nem sempre precedem ou implicam atos de violência e, do mesmo modo, os atos de violência não implicam a concordância com objetivos radicais, podendo ser motivados por relações pessoais ou pela lealdade a um grupo.

Apesar da inexistência de uma unanimidade na definição do conceito de radicalização, todos os autores estão de acordo que a radicalização se trata de um processo evolutivo (Sageman, 2008; Borum, 2011; Della Porta, 2009; Jenkins, 2007; McCauley e Moskalenko, 2008; Pissou, 2013; Schmid, 2013; Della Porta e LaFree, 2012; Sedgwick, 2010). Um processo gradual, cuja característica principal consiste na linearidade (Schmid, 2013) e que se desenvolve ao longo de várias fases, que não são claramente distintas (Kuhle e Lindekilde, 2009).

Importa agora chamar a atenção para o facto de que, apesar de muitas vezes confundidos, extremismo, terrorismo e radicalização não significam a mesma coisa. Presume-se que um terrorista

seja radical e extremista mas o oposto nem sempre se verifica (Sedgwick, 2010). A radicalização nem sempre implica extremismo e, consequentemente, nem sempre implicará que um radical seja terrorista. Depende de onde o indivíduo se coloca face ao problema, sendo considerado radical comparativamente à opinião da maioria, o que o torna um conceito relativo e que nem sempre conduz à violência política (Schmid, 2013). Um radical será assim entendido como uma pessoa que abriga um desejo profundo de provocar mudanças sociopolíticas fundamentais, sendo a radicalização entendida como uma crescente disponibilidade para prosseguir e apoiar mudanças de longo alcance na sociedade, que entrem em conflito ou sejam uma ameaça direta à ordem existente (Dalgaard-Nielsen, 2010).

Já um extremista, conforme Schmid (2013), poderá ser caracterizado como um ator político que repudia o Estado de direito e rejeita o pluralismo na sociedade. Os extremistas esforçam-se para criar uma sociedade homogênea, baseada em princípios ideológicos rígidos e dogmáticos. Segundo o autor, estes procuram tornar a sociedade conformista através da supressão da oposição e subjugação das minorias. Por sua vez, os radicais aceitam a diversidade, acreditando no poder da razão e não em dogmas. A radicalização violenta consistirá, deste modo, num processo de socialização para o extremismo que se manifesta em terrorismo (Sedgwick, 2010). Schmid (2013) defende ainda que o radicalismo, por contraposição ao extremismo, é reversível, na medida em que os militantes radicais podem se inserir novamente na opinião da maioria, o que se torna mais difícil de verificar em relação aos extremistas.

Vemos portanto que quando se fala em radicalização existem logo alguns conceitos que surgem associadas à mesma, como o uso da violência, as ideias extremistas, o islamismo ou o terrorismo (Pisoio, 2013). Ainda que relacionados, como temos vindo a verificar, estes conceitos são independentes, na medida em que cada um pressupõe características e dimensões diferentes, apesar de encontrarem alguns pontos de convergência.

O Jihadismo

O termo jihadismo é relativamente recente quer na literatura ocidental, quer na literatura islâmica (Duarte, 2011) e a sua conceptualização é algo controversa (Duarte, 2011; Cannata, 2014). A expressão, que resulta do preceito islâmico de *jihad*, pode-se definir sucintamente como sendo a luta ou guerra pelo Islão (Duarte, 2011). Apesar de estar cheio de simbolismo religioso, em muitos aspetos o significado de *jihad* tem sido maculado por organizações terroristas que fazem uso do termo para justificar a violência utilizada em prol da sua missão ideológica e política (Cannata, 2014).

Segundo os ensinamentos islâmicos, a *jihad*, ou a sua prática, consubstancia-se em duas formas distintas: a *jihad* maior, ou a luta interna, e a *jihad* menor, ou a luta externa (Cannata, 2014; Anes,

2015; Duarte, 2015). Enquanto luta interna, a *jihad* maior centra-se no indivíduo, que se deve esforçar para superar desejos e tentações (Cannata, 2014). Sendo uma luta interior, de melhoria espiritual e religiosa (Anes, 2015), procura ir contra os inimigos da vida imaterial, numa luta contra o mal e o egoísmo (Duarte, 2015). Por seu turno a *jihad* menor, ou externa, consiste na luta armada contra o inimigo do Islão (Duarte, 2015), salientando a obrigação coletiva para travar a guerra santa contra os infiéis, a fim de garantir a possibilidade de existência da *Ummah*¹ (Gould, 2005; Janbek, 2011 *cit in* Cannata, 2014; Duarte, 2015).

Também referido como terrorismo islamita², Duarte (2015) afirma que o jihadismo afastou-se do islamismo enquanto combate político e radicalizou-se. Defende agora uma utopia, visando a aniquilação total do inimigo, sendo este o fundamento para uma ação violenta. Esta forma de *jihad* externa é vista como uma obrigação para todos os muçulmanos, que devem combater o inimigo e defender a *ummah* (Cannata, 2014; Anes, 2015; Duarte, 2015). Esta versão de combate defende que o Islão só vingará pela espada, (Duarte, 2015), sendo a base ideológica de organizações terroristas como a *al-Qaeda* ou o EI, que pretendem uma *jihad* global, priorizando a luta contra o inimigo longínquo, em vez do próximo (Cannata, 2014).

Procurando instaurar um verdadeiro Estado Islâmico (califado), este movimento tem como objetivo a alteração do *status quo* vigente, construindo esta narrativa em torno de dois pilares fundamentais: a rejeição da modernidade ocidental e a restauração da função política da religião. Justificam o uso da violência como única maneira de repor os valores islâmicos e instaurar um califado - o primeiro passo para uma verdadeira islamização do mundo (Duarte, 2015).

A tendência em direção a uma missão global, ao invés de uma luta que se concentra no ambiente imediato dos grupos, está enraizada nesta conceção da *jihad* externa (Cannata, 2014), que procura contrariar o ocidente e a modernização da sociedade. É neste discurso que encontramos fundamentos para a expansão do jihadismo a nível mundial, à qual se associa uma ideologia de grande fervor religioso, assente num plano de dominação política global (Anes, 2015).

Encontra-se assim uma justificação para o uso da violência, que gira em torno de uma retórica com fundamentos religiosos e pretensões políticas. De acordo com Duarte (2015), este discurso do jihadismo global pode ser articulado em torno de quatro premissas essenciais. Em primeiro lugar, esta retórica parte do pressuposto que os muçulmanos estão sob ataque pelos não muçulmanos e que só organizações como a *al-Qaeda* ou o EI é que combatem estes inimigos. Isto leva-nos à segunda

¹ O conceito de *ummah* refere-se à comunidade, representando a comunidade islâmica mundial (Duarte, 2015)

² Conforme Duarte (2015) a corrente islamita não consiste numa extensão do Islão, distinguindo-se do mesmo enquanto religião. Diz-nos o autor que esta é essencialmente um movimento social, de retórica metapolítica e com um carácter secular. Trata-se de uma ideologia societária, que se inspira nos fundamentos do Islão e nos seus textos sagrados para a constituição de uma comunidade islâmica – a *ummah*. De acordo com o professor, trata-se um movimento de rutura, pois pretende a mudança e aniquilação do inimigo, recorrendo a formas específicas de ação para vingar a doutrina professada. Para este movimento, o Islão apresenta-se como a solução religiosa e política, justificando-se o uso da violência para a fazer vingar.

premissa, que indica estas organizações como a “vanguarda da suposta sublevação dos muçulmanos oprimidos”, procurando a adesão maciça à causa como um dos meios de efetivar a revolução. Por sua vez, a terceira premissa evidencia o conteúdo político dos discursos em temas como a opressão ou a pobreza que, disfarçados pela religiosidade, facilitam a adesão e justificam ações violentas. Esta religiosidade leva-nos à última premissa que consiste na utilização de conceitos religiosos, deformando o seu conteúdo, para justificar ações e mascarar as razões políticas do movimento.

Na mesma linha de pensamento, Sageman (2008) diz-nos que a radicalização (violenta) consiste num “processo de transformação dos indivíduos de origens bastante triviais e comuns em terroristas com a vontade de usar a violência para fins políticos.” Existe um certo sentimento de indignação moral nos aparentes crimes contra os muçulmanos, que são tema comum entre os terroristas tanto a nível global como localmente. Este ultraje é interpretado de forma específica, ou seja, essa violação moral é entendida como fazendo parte de uma guerra global contra o Islão. Para o autor esta ideologia torna-se assim apelativa para certas pessoas porque tem ressonância com a sua própria experiência pessoal de discriminação, fazendo-os sentir que também eles são vítimas desses ataques.

Por fim, distinguindo radicalização de recrutamento, Jenkins (2007) define o primeiro termo como sendo a interiorização de um conjunto de crenças e a aquisição de uma mentalidade militante que abraça a *jihad* violenta como teste primordial da sua convicção. Para o autor, é este o pré-requisito mental para o recrutamento. Por seu turno, este último consiste em transformar os outros, ou transformar-se, numa arma da *jihad*. Implica juntar-se a uma organização terrorista ou estabelecer ligações com outros indivíduos que têm a mesma intenção de formar uma célula terrorista autónoma. É o elemento operacional, que diligencia os meios e se organiza para uma operação terrorista real — o passo final na *jihad*.

Nesta dissertação considerar-se-á a radicalização de carácter violento, enquanto processo, que leva a atitudes extremistas e, conseqüentemente, a ataques terroristas perpetrados pelo movimento jihadista global. O processo de radicalização será assim entendido, em concordância com a literatura revista e conforme a explicação dada pela UE³, enquanto fenómeno complexo em que os indivíduos abraçam uma ideologia radical que os poderá levar a cometer atos terroristas.

Compreender este processo afigura-se, portanto, como condição essencial se queremos entender como se pode reverter a tendência de um cada vez mais crescente número de jovens que se radicaliza e usa a violência para atingir os seus objetivos políticos ou ideológicos. Deste modo, nos próximos parágrafos iremos abordar as três perspetivas que devemos ter em conta quando queremos estudar o terrorismo.

³ https://ec.europa.eu/home-affairs/what-we-do/policies/crisis-and-terrorism/radicalisation_en, acedido em 3.02.2017

IV. O TERRORISMO: NÍVEIS DE ANÁLISE

Sageman (2008) fala-nos em três níveis de análise que nos permitem estudar o terrorismo e compreender como os sujeitos se iniciam no processo de radicalização. A primeira abordagem, centra-se numa visão mais biográfica, focando-se no indivíduo e no seu passado para explicar como se tornou terrorista. A segunda, noutra extremo, procura as causas nas condições sociais a que o sujeito foi exposto e devido às quais se tornou terrorista. Por último, o autor expõe uma perspetiva que se centra num nível intermédio, concentrando-se na forma como os indivíduos se influenciam mutuamente em grupo. É esta última abordagem que o autor defende como a mais promissora para ajudar na compreensão do processo de radicalização. Vejamos mais atentamente cada um dos níveis de análise propostos.

Nível Micro

O primeiro nível foca-se nas características individuais dos terroristas, justificando a um nível micro que estes são diferentes daqueles que não praticam atos de terror. Focando-se nas experiências de vida de cada um (Della Porta, 2009), considera que a radicalização se deve a problemas de identidade, falhas na integração ou privação familiar; a sentimentos de alienação, marginalização e discriminação, bem como de humilhação, estigmatização e rejeição, que se aliam a uma sensação de ultraje moral e sentimento de vingança (Schmid, 2013).

De acordo com Schmid (2013) este primeiro nível continua a ser a perspetiva mais dominante na literatura atual e explora essencialmente como é que os jovens ocidentais (geralmente muçulmanos de segunda e terceira geração ou estudantes do médio-orient) são ideológica e psicologicamente socializados pela propaganda e pelo recrutamento das organizações terroristas.

Porém, como qualquer teoria, esta perspetiva também é alvo de críticas. Sageman (2008) aponta quatro problemas principais. Em primeiro lugar, ao focarmo-nos somente nas características individuais perdemos a visão sobre o problema como um todo, não alcançando a verdadeira amplitude do mesmo. Em segundo, esta perspetiva considera, erradamente, que os terroristas são fundamentalmente diferentes dos não terroristas. Conforme Sageman (2008) pôde constatar no seu trabalho e tal como Schmid (2013) reforça, a teoria de que o indivíduo que comete atos terroristas é diferente dos demais e, por conseguinte, considerado um doente mental, deve ser posta de lado. Para Sageman (2008), é fácil fazermos esta associação e olharmos para os terroristas como criaturas alienígenas que existem fora dos padrões normais de interação social. O autor diz-nos que para salvaguardar a perceção que temos sobre as pessoas comuns ansiamos por acreditar que existe qualquer coisa de excecional naqueles que cometem atos terroristas. Isto é, para nós, explica o autor,

vemos estes indivíduos como exceccionalmente maus, loucos, sexualmente frustrados, fanáticos religiosos, que sofreram uma lavagem cerebral ou que obedecem cegamente a ordens. Contudo, ainda que se admita que alguns dos indivíduos que tenham cometido tais atos ao longo da história possam sofrer de alguma demência, na sua maioria são cidadãos comuns como todos os outros (Sageman, 2008).

Devemos considerar que existe uma certa heterogeneidade individual, na medida em que cada sujeito tem uma história e um trajeto de vida próprios (Schmid, 2013), não se podendo generalizar ou cair em teses deterministas. Esta individualidade é também identificada por Kuhle e Lindekilde (2010) na sua revisão a sete definições diferentes do termo radicalização. Da análise, os autores consideram que a radicalização acontece quando os indivíduos, por diferentes razões, começam a procurar alternativas ideológicas, políticas ou religiosas, entrando em contacto com crenças radicais. Os motivos que os levam a procurar essas alternativas são diversos, salientando os autores que olhar para a radicalização enquanto processo individual indica que a mesma ocorre sem causas predeterminadas, colocando a responsabilidade apenas do lado do indivíduo e nas alterações psicossociais de que cada um é alvo.

A terceira crítica que Sageman (2008) aponta reside no facto de esta perspectiva se focar demasiado nas características individuais pondo de parte outros fatores situacionais, o que implica um certo determinismo no comportamento. Esta perspectiva considera o passado e as características individuais como um propulsor para cometer atos terroristas, deixando de parte outros fatores contextuais que poderão exercer tanta ou mais influência sobre os indivíduos.

Baseando-se essencialmente em entrevistas a terroristas e ao estudo do seu trajeto de vida, como último problema apontado a esta abordagem, o autor refere a questão do enviesamento dos resultados. As pessoas acham que sabem sempre o que estão a fazer e procuram justificações para os seus atos, o que nem sempre implica que sejam essas as verdadeiras razões para os ter praticado. Apesar de ser uma ferramenta importante, as entrevistas consideram apenas parte dos dados que contribuem para a compreensão geral dos terroristas, e pode, em algumas circunstâncias, nos desviar do rumo certo. Isto é, mesmo que os terroristas sejam completamente honestos com o entrevistador, eles podem efetivamente não saber o que os levou a cometer tais atos (Sageman, 2008).

Nível Macro

Uma outra abordagem do processo de radicalização situa-se ao nível macro. Neste ponto Sageman (2008) considera existirem uma série de explicações para o terrorismo. A pobreza, a ignorância e inocência, a educação tendenciosa, a frustração sexual, as restrições à livre expressão política ou os líderes carismáticos que pregam orações sedutoras fazendo uma lavagem cerebral aos jovens, são

alguns dos fatores que, de acordo com esta perspetiva, contribuem para o terrorismo (Sageman, 2008). São fatores externos que levam os indivíduos a tornarem-se terroristas, incluindo-se o papel do governo e da sociedade no país e no estrangeiro, a radicalização da opinião pública e da política partidária, as relações tensas entre a maioria e as minorias (especialmente quando se tratam de diásporas estrangeiras) ou a falta de oportunidades socioeconómicas para setores inteiros da sociedade. Esta perceção das desigualdades e injustiças permite a mobilização e radicalização dos que estão descontentes, acabando por conduzir alguns a praticar atos de terrorismo (Schmid, 2013).

Um dos grandes problemas desta abordagem, como nos revela Sageman (2008), consiste na generalização. O autor questiona o facto de que, se estes fatores externos são responsáveis pela prática de atos terroristas, então porque é que não são terroristas todos aqueles que foram expostos a tais fatores. Isto é, ainda que as mesmas forças atuem sobre uma grande parte da população, somente alguns indivíduos se tornam terroristas. Todavia, esta perspetiva continua a ter muita influência, principalmente entre as forças de segurança e os decisores políticos. Estes suportam-se nesta perspetiva pois entendem que não podendo alterar o indivíduo, aqueles fatores a que o nível micro se refere, a resposta passará por alterar a sociedade e as condições sociais, económicas e situacionais dos indivíduos (Sageman, 2008; Schmid, 2013).

Nível Meso

Finalmente, a última perspetiva considerada por Sageman (2008) para compreender as causas do terrorismo situa-se a um nível meso. Vimos que quer a abordagem micro quer a macro são bastante limitadoras quando tentam explicar o processo de radicalização e as causas que levam ao terrorismo, focando-se apenas num lado do problema. Mas para o autor combiná-las seria também um erro, pois isso seria presumir que as organizações terroristas resultariam de uma aglutinação de vários indivíduos condicionados pelos fatores dos níveis anteriores. Deste modo, uma terceira abordagem passará não por uma junção das outras duas, mas sim por uma perspetiva que estabeleça uma relação entre o indivíduo e o meio. Torna-se por isso essencial, como atenta o autor, olhar para os processos e para as relações estabelecidas entre os indivíduos e o meio envolvente. Esta nova perspetiva deve focar-se precisamente em como os terroristas agem no terreno. Isto é, como eles evoluem para terroristas, como interagem com os outros (terroristas e não-terroristas), como se aliam a grupos terroristas, procurando entender o que os motiva e como são influenciados a seguirem as ordens de líderes distantes.

Sageman (2008) explica-nos que os grupos terroristas não são formados por completos estranhos. Pelo contrário, os indivíduos que se aliam a estas redes conhecem-se uns aos outros, a maioria deles há muito tempo, existindo geralmente relações familiares ou de amizade entre os seus membros,

aumentando a confiança e o nível de influência entre os mesmos. Do mesmo modo Schmid (2013) considera as redes sociais/ambientais como cruciais no recrutamento de jovens vulneráveis, redes estas que exercem a sua influência e se servem da ideologia extremista para legitimar a utilização da violência enquanto único meio para atingir os seus propósitos.

Nos estudos que desenvolveu sobre os movimentos sociais, Della Porta (2009) chama a atenção para alguns problemas relacionados com a utilização destas três abordagens. Para a autora, as explicações tendem a encarar separadamente os três níveis distintos de um fenómeno por si complexo, considerando apenas ou os fatores macro (as condições ambientais para o desenvolvimento da violência política), ou os fatores micro (as características individuais), ou os fatores meso (as características e dinâmicas das organizações). A autora defende que deste modo se presta pouca atenção à interação entre os diferentes níveis, referindo James Coleman (*cit in* Della Porta, 2009) que chamou a estas interações de "mecanismos causais". Ou seja, para a autora, os fenómenos meso, macro e micro, assim como a violência política e a radicalização, poderão ser melhor compreendidos se os considerarmos como relacionais, construídos e dinâmicos. Fundamentando que, geralmente, quando se olha para os processos de radicalização eles não consistem somente no desempenho de um ator individual ou mesmo de uma organização, defende que estes se desenvolvem geralmente através de relações constituídas por diferentes atores.

A autora, ainda que numa perspetiva dos movimentos sociais e não tanto do terrorismo jihadista em específico, faz algumas chamadas de atenção em relação aos estudos feitos sobre o terrorismo. Primeiro, argumenta que na maioria das vezes a pesquisa sobre o terrorismo concentra-se em grupos de oposição, não considerando os efeitos radicalizadores das interações com o Estado, bem como com os contramovimentos violentos. O segundo elemento enfatizado consiste na natureza construída do processo. Para a autora, se queremos entender os fenómenos subjacentes ao processo de radicalização, então devemos olhar para as condições macro em toda a sua amplitude, incluindo a forma como elas são assimiladas pelos diferentes atores. Quer com isto dizer que as oportunidades políticas, um dos principais conceitos de análise nos movimentos sociais, são efetivamente relevantes, mas são interpretadas de maneiras diferentes por diferentes tipos de atores. Assim, as oportunidades políticas não são percebidas pelos diferentes grupos da mesma forma, realçando aqui a importância do papel que a política desempenha cultural e socialmente. Finalmente, a autora defende que se deve ter em conta que todos estes fenómenos consistem em processos, de modo que os tipos de análise de causalidades são muito difíceis de desenvolver. Isto porque temos que encarar e analisar situações em que as condições macro têm um impacto nos processos de radicalização, mas os processos de radicalização têm também um impacto sobre as condições ambientais. Daí que, para Della Porta (2009) se deva considerar que, com o tempo, esses diferentes atores interagirão uns com os outros e a maneira como eles percebem a situação produzirá diferentes dinâmicas na escalada da violência.

Percebemos então que, quando falamos do processo de radicalização, tal como nos alerta Precht (2007), nenhum fator pode ser, por si só, considerado como causal, devendo-se considerar uma combinação de vários fatores. O autor assume que o processo de radicalização muitas vezes inicia-se com indivíduos que estão frustrados com as suas vidas, a sociedade ou a política externa dos seus governos. Estes acabam por conhecer outros indivíduos com o mesmo tipo de frustrações ou ideologias e juntos atravessam uma série de eventos e fases que poderão levar à prática de atos terroristas, porém o autor ressalva que apenas alguns se tornam terroristas, acabando os outros por desistir ou recuar no processo de radicalização em fases diferentes do mesmo.

Na perspetiva de Schmid (2013), este ressentimento e indignação face às injustiças sociais funcionarão mais como um mecanismo mobilizador do que as experiências pessoais dos indivíduos. Para o autor, isto implica que a pobreza ou a falta de recursos económicos não pressupõem um caminho para a radicalização, porém o desemprego ou as poucas oportunidades desempenham um papel importante no mesmo. No mesmo sentido, a Comissão Europeia (COM, 2016: 379 final) defende que a radicalização se deve a uma multitude de causas, considerando a radicalização violenta como uma “questão complexa, que depende de uma complexa teia de fatores de incitação e de dissuasão.” É assumido que não existe um fator determinista, único ou inevitável, sendo, pois, o resultado da combinação de diversos fatores que favorecem o processo de radicalização do indivíduo.

Entre outros fatores que poderão preexistir aquando do início do processo de radicalização, a Comissão Europeia considera algumas vulnerabilidades e frustrações que poderão ser exploradas pelos recrutadores como meio de manipulação. Entre estes, consideram-se fatores como “um forte sentimento de alienação pessoal ou cultural, um sentimento de injustiça ou de humilhação reforçado pela marginalização social, a xenofobia e a discriminação, frequência escolar limitada ou reduzidas possibilidades de emprego, a criminalidade, fatores políticos, bem como uma dimensão ideológica e religiosa, laços familiares não estruturados, traumas pessoais e outros problemas psicológicos” (COM, 2016: 379 final).

Nos últimos parágrafos descrevemos as diferentes abordagens ao estudo do terrorismo, tentando compreender as causas que poderão estar subjacentes ao processo de radicalização, que dependerão tanto de fatores internos como externos, ou da relação entre os dois. Importa agora, sabidas as perspetivas que podemos tomar quando estudamos o processo de radicalização, debruçar-nos sobre os diferentes modelos que pretendem explicar não só o início como a progressão dos indivíduos neste processo.

V. OS MODELOS DE RADICALIZAÇÃO

Considerando a radicalização um processo, ou conjunto de processos, que dependem de vários fatores, os próximos parágrafos ocupar-se-ão com a descrição dos principais modelos que a literatura oferece para se compreender a sua evolução. Entendendo que existem várias combinações de fatores que influenciam o indivíduo, diversos foram os autores que se dedicaram a explorar este processo, compreendendo como a radicalização e o recrutamento interagem, propondo explicações e soluções para o problema. Existindo uma diversidade de modelos explicativos do processo de radicalização, aqueles que aqui serão apresentados encontram grande consenso na literatura, estando bem documentados com o contributo de vários autores e agentes institucionais. Assumindo-se a complexidade do fenómeno e a necessidade de abordá-lo de diferentes perspetivas, apresentar-se-ão oito modelos que têm em conta vários fatores e pretendem explicar não só as causas como a evolução do indivíduo ao longo do processo de radicalização. São modelos psicossociológicos, na medida em que englobam tanto a questão individual do sujeito, as suas características psicológicas e emocionais, como também abarcam o contexto em que este se insere, procurando descrever o caminho que estes percorrem ao longo do processo de radicalização.

The Prevention Pyramid

Uma das formas de olhar para este processo é através do modelo piramidal, que entende o processo de radicalização como uma escalada, que se divide em quatro fases (Young, et al, 2013). Desenvolvido pela *Association of Chief Police Officers*, surgiu como uma estratégia do Governo britânico para o combate e prevenção da radicalização, procurando reduzir o apoio ao terrorismo e desencorajar as pessoas a se tornarem terroristas. Aqui o processo é visto como um movimento progressivo numa escalada piramidal, onde os níveis mais altos da pirâmide pressupõem uma maior radicalização, mas num menor número de pessoas (Christmann, 2012).

Neste modelo, a base da pirâmide é composta por todos os membros da comunidade (Young et al., 2013). Christmann (2012) ressalva que o modelo não é claro quanto aos membros que fazem parte desta comunidade, podendo tanto ser a sociedade em geral como grupos mais específicos (como a comunidade muçulmana). Por sua vez, McCauley e Moskaleiko (2008) defendem que nesta base se inserem todos aqueles que de alguma forma apoiam ou concordam com os objetivos defendidos pelos terroristas. Propondo o modelo diferentes respostas da sociedade civil para cada nível da pirâmide, defende-se nesta fase uma abordagem mais universal (Young et al., 2013). Ou seja, independentemente de quem forme a base da pirâmide, a resposta deverá ser a mais generalizada e abrangente possível, de forma a dissuadir um maior número de pessoas.

O segundo nível inclui aqueles que são mais vulneráveis e, conseqüentemente, mais influenciáveis pelo discurso extremista. Apesar de não cometerem atos violentos fornecem um apoio tácito àqueles que fazem parte dos níveis superiores da pirâmide e inspiram aqueles que estão no nível inferior (Christmann, 2012). Aqui pressupõe-se que a resposta da comunidade seja mais específica (Young et al., 2013).

Num nível superior encontram-se, em menor número que nos anteriores, todos os indivíduos que simpatizam e se identificam com as crenças e sentimentos daqueles que praticam atos terroristas (Christmann, 2012). Neste ponto, o modelo considera todos os membros mais vulneráveis que rumam em direção ao extremismo, o que implica, por sua vez, uma abordagem mais interventiva (Young et al., 2013).

Finalmente, o quarto e último nível contém um número ainda mais reduzido de indivíduos. Ao topo da pirâmide pertencem aqueles que Christman (2012) considera como os terroristas ativos, isto é, os que violam a lei e praticam atos terroristas. Neste nível o modelo considera que a abordagem deve ser mais coerciva (Young et al., 2013).

Ainda que nos possa dar uma boa visão sobre as respostas mais adequadas à radicalização, enfatizando o papel do contexto e da reação do mesmo, o modelo não é específico quanto às questões psicológicas que levam o indivíduo a mover-se de um nível para o outro (Young et al., 2013) e assume uma relação implícita e linear entre o processo de radicalização e a participação em atos terroristas (Christmann, 2012).

The New York Police Department Four Stage Process

Desenvolvido por Silber e Bhatt (2007), este modelo considera quatro etapas diferentes pelas quais um indivíduo passa ao longo do processo de radicalização. São estas a pré-radicalização, a autoidentificação, a doutrinação e a “jihadização”.

A primeira fase, a pré-radicalização, descreve o mundo em que o indivíduo se inseria antes de iniciar o seu caminho para a radicalização. Neste ponto, os autores entendem que, apesar de não existir um perfil psicológico para um provável candidato a terrorista, existem alguns fatores em comum naqueles que seguem tal caminho. Nesta primeira etapa releva o modo de vida do sujeito antes de cometer um ato terrorista, enunciando o contexto e as características e acontecimentos pessoais como facilitadores da entrada neste processo (Silber e Bhatt, 2007).

Na autoidentificação, a segunda etapa do processo, os indivíduos começam a ter curiosidade e a explorar a doutrina salafista, afastando-se da sua anterior identidade. Começam a associar-se a outras pessoas que pensam da mesma maneira e adotam esta ideologia como sua (Christmann, 2012). O catalisador para esta procura religiosa é geralmente um evento ou uma crise cognitiva que desafia as

crenças anteriores, “abrindo a mente do indivíduo para uma nova percepção ou visão do mundo” (Silber e Bhatt, 2007). Para os criadores deste modelo, estas crises podem ser provocadas quer por fatores económicos (como a perda ou a dificuldade em obter emprego), sociais (sentimento de discriminação ou alienação), políticos (conflitos internacionais que envolvam muçulmanos) ou pessoais (a perda de familiares próximos). Os mesmos afirmam ainda que os indivíduos mais vulneráveis a passar esta fase são normalmente aqueles que estão ainda a tentar estabelecer uma identidade própria ou a tentar encontrar um rumo na vida, procurando aprovação e apoio pelo caminho escolhido (Silber e Bhatt, 2007).

O passo seguinte no processo de radicalização passa por uma progressiva intensificação das crenças, acabando os indivíduos por abraçar totalmente a ideologia jihadista-salafista (Christmann, 2012). É a fase da doutrinação, cujo aspeto principal é a adoção de uma visão político-religiosa do mundo, que justifica, legitima, encoraja ou suporta a violência contra tudo o que seja *kufr*⁴, ou não islâmico. Isto inclui o Ocidente, os seus cidadãos, os seus aliados, ou os muçulmanos cuja opinião seja diferente daquela que é propagandeada pela ideologia extremista (Silber e Bhatt, 2007).

Por fim, o último passo para este modelo no processo de radicalização é a jihadização. Aqui, os membros aceitam como dever individual a participação na jihad, auto designando-se como guerreiros sagrados, ou *mujahedeen*⁵. É nesta fase que os indivíduos começam a planejar os ataques, preparando-se para a *jihad* ou para um ataque terrorista (Silber e Bhatt, 2007).

Os autores ressalvam que não existe determinismo no processo de radicalização e que, por entrar no processo não significa que o indivíduo passe pelas quatro fases e se torne um terrorista. No entanto, os indivíduos radicalizados, mesmo que não cometam atos terroristas, exercem influência e servem de suporte a outros que poderão vir a tornar-se terroristas (Silber e Bhatt, 2007),

Marc Sageman's Four Stage Process

Sageman (2007) defende que o processo de radicalização é conduzido por jovens muçulmanos entusiastas, que procuram a glória e tentam impressionar os amigos, agindo como heróis e sacrificando-se. Neste processo o autor identifica quatro pontos que, não constituindo fases sequenciais, ocorrem frequentemente nos indivíduos. Estes são: um sentimento de indignação moral; uma interpretação específica do mundo; a identificação com experiências pessoais; e a mobilização através das redes.

A indignação moral sentida resulta da percepção das injustiças e violações cometidas contra os muçulmanos, como a guerra na Bósnia ou os acontecimentos na Palestina, diz-nos o autor. Todos

⁴ “Ímpios/infieis” (Duarte, 2015)

⁵ “Combatente sagrado” (Duarte, 2015)

estes acontecimentos deixam de ser vistos como isolados e são entendidos como uma guerra contra o Islão. Dá-se então lugar à interpretação, onde Sageman (2007) chama a atenção para o facto de estas violações e ataques serem entendidos pelos indivíduos como sendo produzidos propositada e especificamente contra muçulmanos, perpetrados por uma “guerra do Ocidente contra o Islão”.

Para o autor, estes indivíduos não são intelectuais ponderados, mas sim jovens que se querem tornar os heróis muçulmanos nesta guerra, dependendo esta interpretação muito mais da forma como os indivíduos se sentem do que como pensam. Esta assunção de que existe uma guerra contra o Islão leva-os a estabelecer uma relação com as suas experiências pessoais, pesando fatores como a discriminação, a falta de oportunidades sociais e económicas, a religião ou a política (Sageman, 2007).

A última fase, diz-nos Sageman (2007), dá-se através da mobilização pelas redes, onde estes jovens, revoltados e frustrados com as suas vidas e com os acontecimentos relacionados com os muçulmanos, procuram apoio e encorajamento para passarem à ação. Para o autor, a internet ganha um papel extremamente importante na medida em que permite que os indivíduos comuniquem e partilhem as suas frustrações, reforçando as suas crenças e indignações e dando-lhes meios e apoio para organizarem e planearem ataques terroristas.

Taarnby's Eight Stage Recruitment Process

Taarnby (2005) acompanha de muito perto o trabalho desenvolvido por Sageman, inspirando-se no mesmo para estudar o recrutamento da célula de Hamburgo. Usando-a como exemplo, este autor identifica oito elementos presentes no seu processo de recrutamento. Primeiro surge um sentimento de alienação e marginalização, que precede uma busca espiritual que conduzirá ao processo de radicalização, o terceiro elemento. Por sua vez, isto fará com que o indivíduo procure conhecer e associar-se a outros com os mesmos pensamentos e crenças, levando a um isolamento gradual e à formação de células. Estas associações legitimam a aceitação da violência como um meio político legítimo, permitindo aos indivíduos estabelecer contacto com um elemento de ligação, acabando, em última análise, por cometer um ato terrorista (Taarnby, 2005).

Suportando-se no trabalho de Sageman, Taarnby (2005) reforça o facto de este recrutamento não ser estruturado, isto é, não ser feito da Al-Qaeda para os seus militantes. Pelo contrário, considera o autor que há uma associação espontânea entre os indivíduos que se voluntariam para pertencer à organização terrorista.

Gill's Pathway Model

Gill (2007, *cit in* Christmann, 2012) propõe um modelo baseado na trajetória dos bombistas suicidas. Este modelo explora a progressão de um indivíduo, enquanto membro da comunidade, para um terrorista, defendendo que existem vários fatores que influenciam este processo (Young et al., 2013).

Não ocorrendo segundo uma ordem cronológica, este processo é composto por quatro elementos principais: um processo de socialização onde o indivíduo é exposto à propaganda extremista, que predispõe a audiência para o uso da violência como legítimo; um evento catalisador nas circunstâncias pessoais do indivíduo, que o poderão motivar a juntar-se a uma organização terrorista; a existência de relações de amizade ou de familiaridade com membros de grupos radicais, o que facilita o processo de recrutamento; e uma radicalização em grupo, onde as visões sobre as normas e valores do grupo se vão polarizando (Christmann, 2012; Young et al., 2013).

Estes são elementos chave do processo, considerados como pré-requisitos experienciados por todos os bombistas suicidas (Christmann, 2012), porém não seguem obrigatoriamente um trajeto fixo e predeterminado (Young et al., 2013).

Wiktorowicz's al-Muhajiroun Model

O modelo de Wiktorowicz (2004) considera que a decisão de um indivíduo se aliar a uma organização terrorista não é impulsiva, mas resulta sim de um processo de socialização persuasivo. Para o autor os indivíduos são expostos a um processo de socialização extensivo onde lhes são apresentadas ideias do movimento, onde são abertos ao debate e à deliberação sobre essas ideias e lhes é dada a possibilidade de conhecer outros grupos e indivíduos com novas crenças e pensamentos. E é apenas quando o indivíduo está convencido de que este grupo representa aquilo em que o mesmo acredita e procura é que se dá a decisão de se unir ao mesmo (Wiktorowicz, 2004).

Partindo deste pressuposto, o autor identifica quatro processos chave que revelam a probabilidade de um indivíduo se juntar a um grupo radical islâmico e participar nas suas atividades. Em primeiro lugar, Wiktorowicz (2004) enuncia a abertura cognitiva como a fase inicial de um processo onde o indivíduo se torna recetivo a novas ideias e visões do mundo, neste caso, mais extremistas. Esta abertura cognitiva pode dar-se após uma crise individual, relacionada com fatores políticos, sociais, económicos ou individuais. O autor refere ainda a importância dos movimentos ativistas para esta abertura cognitiva, na medida em que influenciam e predis põem o indivíduo para a compreensão de novas ideias e crenças.

Num momento seguinte dá-se a procura de um sentido, através da religião, para esta nova forma de entender a realidade. Aqui o indivíduo procura dar significado aos seus sentimentos e crenças

através da retórica religiosa, podendo esta fase ocorrer de duas formas distintas. Por um lado, os indivíduos exploram a religião procurando aquilo que mais serve os seus interesses pessoais, identificando a retórica com a sua experiência. Por outro, os próprios elementos dos movimentos extremistas servirão como guias espirituais e religiosos, que conduzirão aqueles que têm uma maior abertura cognitiva a abraçar a ideologia extremista através da narrativa religiosa (Wiktorowicz, 2004).

O passo seguinte corresponde àquilo a que o autor chama de *frame alignment*, isto é, um alinhamento cognitivo com as ideias expostas. As ideias e representações que o grupo radical apresenta fazem sentido para o indivíduo, que se identifica com as mesmas, sentindo-se atraído a participar e fazer parte deste grupo.

Finalmente, na última fase deste processo, a socialização, o autor revela que o indivíduo apreende uma série de ensinamentos religiosos e atividades que facilitam a sua doutrinação, permitindo-lhe construir uma identidade em torno da mesma, levando a uma alteração dos seus valores e crenças. É aqui que, após uma identificação com a retórica religiosa, o indivíduo começa a procurar novas formas de atuação e a interessar-se mais pela narrativa extremista e consequente legitimação do uso da violência (Wiktorowicz, 2004).

Para o autor as primeiras três fases deste processo precedem obrigatoriamente a fase da socialização, sendo condições obrigatórias para a mesma ocorrer. Isto é, um indivíduo terá de estar aberto a novas ideias e consequentemente identificar-se com a retórica do movimento, compreendendo-a e legitimando-a, de forma a unir-se e a participar num movimento extremista (Wiktorowicz, 2004). Defende ainda o autor que a duração em cada fase dependerá da abertura cognitiva de cada indivíduo, dos seus anteriores conhecimentos da religião e da ideologia, das relações de afinidade que terá com outros membros de grupos extremistas, a existência de narrativas alternativas, entre outros fatores exógenos. Será esta existência e combinação de fatores que, segundo ele, justifica porque uns indivíduos decidem juntar-se a estas organizações e outros não, abandonando a meio do processo.

McCauley and Moskalenko's Twelve Mechanisms Model

Para McCauley e Moskalenko (2008) o processo de radicalização deve ser entendido em três níveis diferentes. Isto é, a radicalização ocorre em três esferas diferentes: a individual, a grupal e em massa. Explicam os autores que, individualmente os sujeitos radicalizam-se devido a ressentimentos pessoais ou sentidos por outros grupos com os quais se identificam. Enquanto grupo, poderão radicalizar-se devido à interação entre indivíduos com as mesmas frustrações. Por sua vez, a radicalização em massa dá-se pelo conflito existente entre os Estados e outros grupos políticos. São assim identificados três

níveis em que a radicalização pode ocorrer, sendo atribuídos a cada nível diferentes mecanismos de radicalização, exigindo para cada um grau de atenção diferente (McCauley e Moskalenko, 2008).

Ao nível da radicalização individual, os autores referem como mecanismos deste processo a vitimização pessoal, a indignação política, a afiliação com um grupo radical enquanto processo em que o indivíduo se vai comprometendo cada vez mais com o grupo, a afiliação com um grupo radical onde o recrutamento se deve à existência de laços familiares e de amizade que facilitam este processo, bem como a polarização da visão do mundo e das suas opiniões (McCauley e Moskalenko, 2008; Young et al., 2013).

Já no nível da radicalização em grupo, os autores referem a coesão extrema entre o grupo, que resulta das relações estabelecidas essencialmente entre aqueles que estão a combater e que organizam as atividades terroristas. Na medida em que, confiando apenas uns nos outros, reforçam a coesão do grupo e isolam-se de outros elementos que não se identificam com os seus valores e crenças. Outro mecanismo refere-se à competição pela mesma base de suporte. Isto é, procurando cada grupo angariar um maior número de seguidores, atuam de modo a mover e impressionar as massas que se tornarão seus simpatizantes, exercendo influência sobre os seus pares. Os autores consideram também a competição com o poder Estatal, onde se procura realçar as diferenças entre o grupo radical e o Estado, organizando marchas e protestos de descontentamento, onde o Governo é posto em causa e a ideologia radical é apresentada como uma alternativa viável. Finalmente, o último mecanismo neste nível de radicalização diz respeito à competição existente dentro do próprio grupo, que deriva de uma procura por uma atuação concertada entre os vários elementos, onde defendem os autores que se não existir um objetivo político comum a maior parte dos grupos extremistas acabará por implodir (McCauley e Moskalenko, 2008; Young et al., 2013).

Por último, no processo de radicalização de massas, os autores elencam três mecanismos que fazem parte deste processo. Primeiro, enunciam aquilo a que chamam de uma política de *jiu-jitsu*, isto é, a população solidifica o seu suporte à ideologia extremista como resultado da perceção de uma ameaça externa que legitima a violência. Um outro referido é o ódio, onde o inimigo é desumanizado, na medida em que as injustiças e violações são de tal modo percecionadas como negativas que este deixa de ser visto como um ser semelhante, tornando-se um alvo a abater. Já o último mecanismo consiste no martírio, onde atos de sacrifício pela causa são vistos como necessários, o que, consequentemente, justificará uma maior indignação sentida pelas massas, levando a uma maior radicalização (McCauley e Moskalenko, 2008; Young et al., 2013).

Moghaddam's Staircase to Terrorism

Para ajudar na compreensão do processo de radicalização Moghaddam (2005) utiliza a metáfora de uma escada num edifício, em que o indivíduo que se radicaliza vai subindo até chegar ao topo, momento em que comete um ato terrorista. O autor explica que esta subida se inicia num piso térreo que vai progredindo ao longo de cinco pisos superiores. Em cada andar existirão por sua vez portas e espaços abertos, e o tempo que cada um passa em determinado andar depende das portas que considere estarem abertas. Neste sentido, Moghaddam (2005) considera que o importante é a forma como o indivíduo percebe esse edifício, que tipo de possibilidades encontra em cada andar e como vai subindo a escada, reduzindo cada vez mais as suas opções de resposta para os seus problemas (Moghaddam, 2005).

Como dito, o autor concebe esta escadaria num edifício composto por um piso térreo e cinco andares superiores, onde o comportamento em cada andar se caracteriza por certos processos psicológicos. O piso térreo é ocupado pela maioria das pessoas e para compreender como se avança nesta escada é preciso atender à forma como os indivíduos percebem a sua realidade como justa. Os que irão subir nesta escada serão aqueles que se sentem injustiçados, que estão indignados e frustrados com a sua realidade. Começando a procurar soluções para os seus problemas, alcançam assim o primeiro andar (Moghaddam, 2005). A tentativa de melhorar a sua situação e alcançar um tratamento justo são o que impulsionam a chegada a este andar, mas se as respostas não forem o que pretendiam ou o indivíduo entender que estas não servem os seus propósitos, a subida continuará. No andar seguinte aqueles que continuam a sentir que são cometidas injustiças serão alvo da influência de determinados líderes, levando-os a canalizarem os seus sentimentos de raiva e frustração em direção a um “inimigo”. Aqueles que estiverem predispostos a um ataque físico contra esse inimigo, consequentemente progredirão na sua escalada pelo edifício (Moghaddam, 2005).

No terceiro andar inicia-se um envolvimento moral dos indivíduos com a ideologia das organizações terroristas. É neste andar que, segundo o autor desta teoria, os indivíduos começam a ver o terrorismo como uma estratégia legítima, preparando-se para se tornarem terroristas ativos e continuarem assim a sua subida. Chegados ao quarto andar, dá-se início ao recrutamento, solidificando-se o pensamento extremista e polarizado, onde a atuação da organização terrorista é vista cada vez mais como legítima (Moghaddam, 2005; Young et al., 2013). No quinto e último andar os indivíduos são por fim selecionados e treinados para evitar qualquer mecanismo que os iniba de cometerem atos de violência, preparando-os para o ataque, sendo depois designados para cometer atos terroristas (Moghaddam, 2005).

Percebemos que existem vários modelos de explicação para o processo de radicalização e, da sua análise reforçamos a necessidade de olhar para este fenómeno na sua amplitude. Com consequências devastadoras, percebe-se que o combate ao extremismo violento é urgente e inverter este processo é prioridade. É nesta tentativa de reversão que os Estados e os académicos se têm vindo a focar nos últimos anos, oferecendo respostas para os diferentes momentos deste processo de radicalização, tal como veremos no próximo capítulo.

VI. O COMBATE À RADICALIZAÇÃO E AO TERRORISMO

“Um melhor entendimento do terrorismo é essencial ao desenvolvimento de políticas mais eficazes no combate a este problema global” (Moghaddam, 2005).

Compreender as dinâmicas e os fatores envolvidos no processo, ou processos, de radicalização mostra-se como imprescindível se queremos entender como se previne e se combate este fenómeno em ascensão. A identificação e possível manipulação dos fatores cognitivos, comportamentais ou sociais que estão presentes na radicalização tornam-se ainda mais importantes quando almejamos reverter a tendência extremista. Por conseguinte, torna-se necessário compreender as dinâmicas que ocorrem no processo de reversão da radicalização, assim como as suas dimensões e variáveis, de modo a identificarmos as melhores medidas e programas de intervenção e atuação.

Como tivemos oportunidade de observar, a compreensão da radicalização enquanto processo deve passar pela consideração de várias causas e fatores. Por analogia, constituindo-se a desvinculação e a desradicalização também como processos, existirão inúmeras causas e fatores que poderão exercer efeito sobre o indivíduo a levá-lo a afastar-se do comportamento e pensamento extremista.

Fink e Hearne (2008) recordam a importância dos laços familiares e das redes sociais no processo de radicalização, referindo a sua preponderância no processo de desradicalização. Deste modo, os autores defendem que a maioria dos membros das organizações terroristas geralmente afasta-se dos seus grupos devido a fatores essencialmente sociológicos. Segundo Fink e Hearne (2008), estes podem ser vistos como fatores que “empurram” (*push factors*) ou “puxam” (*pull factors*) o indivíduo para o processo de desradicalização. Schuurman e Bakker (2015) socorrem-se das definições dadas por Bjørge e Altier et al. (2009; 2014 *cit in* Schuurman e Bakker, 2015) para explicar a distinção entre estes dois tipos de fatores. Nesta dimensão os autores definem os fatores que “empurram” como aqueles que desviam os indivíduos para longe de grupos extremistas ou terroristas, como a desilusão com a eficácia da violência como meio. São aqueles fatores que provêm do interior das organizações ou movimentos. Fink e Hearne (2008) clarificam que aqui estão presentes questões como as condições do ambiente social em que o indivíduo se insere, a desilusão com a liderança do grupo ou com as suas

atividades, a revolta perante determinados atos violentos ou o stresse e a exaustão de viver uma vida clandestina.

Quanto aos fatores que “puxam”, consideram-se aqueles que atraem os indivíduos para uma vida fora do grupo, como as responsabilidades familiares (Schuurman e Bakker, 2015). Entendemos, portanto, que são fatores que provêm do exterior desses grupos. Contudo, ainda que tal processo se possa dever a fatores sociológicos, importa ter em conta que, frequentemente, quer a aceitação quer a rejeição do extremismo e do terrorismo se devem a uma crise pessoal que instiga esses movimentos e a entrada nos respetivos processos (Ferguson, Burgess, e Hollywood, 2015; Noricks, 2009, *cit in* Schuurman e Bakker, 2015). Esta segunda dimensão inclui a vontade de ter uma vida “normal” fora da organização e pode ser despoletada pelo aumento da idade, a pressão familiar e dos amigos, ou o desejo de investir num projeto de vida que lhes dê mais garantias de futuro (Fink e Hearne, 2008).

Della Porta e LaFree (2012) ressaltam que a desradicalização, à semelhança do que defendem quanto ao processo que a precede (a radicalização), deve ser analisada nos seus níveis micro, meso e macro, bem como deve ser tida em conta a relação existente entre eles. Os autores consideram que esta relação nem sempre ocorre de forma voluntária e, como tal, precisam ser tidas em conta todas estas dimensões. A nível individual (micro), segundo Della Porta e LaFree (2012), é importante fazer a distinção entre a desradicalização das atitudes e crenças, a desvinculação do comportamento violento e o processo de abandono de grupos violentos e a consequente reintegração noutros grupos e estruturas sociais. Os autores reforçam aqui a ideia de que estes processos nem sempre ocorrem em simultâneo, pois as pessoas podem desvincular-se do comportamento violento, mas manter a sua ideologia extremista. Assim como, a um nível meso, as organizações terroristas podem cessar a sua atividade por falta de fundos ou recursos ou devido à sua desintegração, ou num plano macro, devido à alteração da estrutura das oportunidades políticas (Della Porta e LaFree, 2012).

Percebemos, portanto, que o processo de reversão da radicalização pode ocorrer em diferentes níveis estruturais e com resultados diversos. Considerando que o primeiro objetivo de uma qualquer abordagem de combate à radicalização é evitar ataques terroristas e o último, mas igualmente importante, a erradicação do extremismo violento, torna-se preponderante distinguir os conceitos inerentes a este processo e como os indivíduos se posicionam no mesmo. Prosseguiremos assim o nosso estudo com a distinção dos conceitos de desvinculação, desradicalização e contra radicalização, essenciais à construção de políticas e medidas de combate ao terrorismo e ao extremismo violento, por se focarem em diferentes momentos e utilizarem métodos distintos para os objetivos a alcançar.

Desvinculação e Desradicalização

Um dos primeiros desafios que Horgan (2008) identifica na compreensão da desvinculação apresenta-se logo na própria definição de terrorismo, ou o que o envolvimento no mesmo implica. Esta dificuldade na sua conceitualização, continua o autor, surge devido à falta de assertividade e clareza na legislação existente sobre a matéria, normalmente escrita apressadamente em consequência do ressurgimento dramático de vários atentados terroristas. Contudo, este considera que tanto o envolvimento no terrorismo como a desvinculação do mesmo podem tomar várias formas e exprimir-se em diversas dimensões.

O autor apresenta quatro questões principais que devemos ter em conta quando queremos estudar o processo de desvinculação. Em primeiro lugar, devemos interrogar-nos sobre o que significa efetivamente desvinculação. Isto é, consiste este processo no abandono da organização ou poderá referir-se a uma alteração do papel do indivíduo na mesma? De seguida, a tónica coloca-se em saber porque é que as pessoas saem. Ou seja, procura-se perceber se este se trata de um processo involuntário ou voluntário e quais são os fatores que o influenciam. Em terceiro lugar, devemos questionar o que acontece às pessoas que abandonam o terrorismo. Aqui o autor diz-nos que devemos tentar entender para onde é que vão estes indivíduos e o que fazem depois de se desvincularem. Finalmente, Horgan (2008) levanta a questão da efetividade da desvinculação. Quer isto dizer que, para percebermos se um indivíduo está efetivamente desvinculado da organização extremista, devemos servir-nos de instrumentos capazes de medir o risco de o sujeito se voltar a radicalizar e a vincular-se à organização terrorista. As duas últimas questões colocadas pelo autor são difíceis de responder na medida em que exigem que se façam estudos de *follow-up* e de efetividade das medidas apresentadas, algumas das quais ainda não têm tempo suficiente para serem avaliadas de modo a obter resultados conclusivos.

Este autor oferece-nos a sua visão acerca das questões mais relevantes que surgem quando pretendemos construir uma perspetiva psicológica de desvinculação do terrorismo. Admitindo que o terrorismo é um processo que ocorre em grupo, defende que devemos olhar para as questões individuais, de modo a aproximarmo-nos de um modelo compreensivo e multinível que descreva as propriedades do processo de desvinculação. Para o autor, tal modelo só será eficaz se integrar várias dimensões de análise como o nível individual, coletivo, das redes, das organizações, dos movimentos sociais, sem esquecer a questão cultural. Isto ao mesmo tempo que providencia uma base sólida de conhecimento a partir da qual as boas práticas de intervenção devem ser desenvolvidas. Horgan (2008) realça a necessidade de se estudar a perspetiva individual recordando que apesar das

consequências globais do terrorismo, este é perpetrado, pelo menos diretamente, por um pequeno grupo de indivíduos.

Relembrando que o estudo destas questões deve ser feito através de uma rigorosa e escrutinada análise, Horgan (2008) explica que quando surge o conceito de desvinculação a tendência inicial é da assunção de que o indivíduo foi alvo de uma série de alterações psicológicas e sociais críticas. Alterações essas que o levaram a deixar para trás as normas, valores, atitudes e crenças partilhadas, bem como as relações familiares e sociais que havia estabelecido ao longo da sua participação como membro da organização terrorista. Todavia, elucida o autor, a desvinculação do terrorismo pode ocorrer de uma maneira mais discreta, que vai mais de encontro à alteração do papel do indivíduo no grupo do que propriamente com o abandono do mesmo. Quer isto dizer, esclarece Horgan (2008), que o terrorista pode desvincular-se de um papel ou função específicos, mas continuar envolvido na generalidade do movimento, participando no mesmo de outras formas que também o beneficiem.

O referido autor explica-nos que os fatores que influenciam a desvinculação podem ser de natureza psicológica ou de natureza comportamental e que, tanto as mudanças no comportamento podem exercer influência ao nível dos processos psicológicos, como estes últimos poderão ser um catalisador para que as alterações comportamentais ocorram. Para além de diferirem na sua natureza, as formas de desvinculação individual podem ainda ocorrer de forma voluntária ou involuntária, como o sugerem outros autores, que aqui apresentaremos. Por último, Horgan (2008) acrescenta mais um obstáculo à compreensão deste fenómeno, realçando as dificuldades em distinguir os problemas relacionados com a desvinculação daqueles fatores que sustentam o envolvimento. O autor explica esta ideia exemplificando com o caso daqueles indivíduos que não abandonam o movimento terrorista porque não vislumbram uma oportunidade de o fazer.

Da mesma forma, Mullins (2010) defende que o conceito de desvinculação consiste numa alteração que se dá ao nível das ações ou do comportamento. Isto acontece, por exemplo, quando o indivíduo toma a decisão de abandonar um grupo ou alterar o seu papel no mesmo. Para a definição deste conceito a literatura considera que a desvinculação é um processo comportamental que não implica necessariamente uma mudança das crenças políticas ou ideológicas (Bjørge e Horgan *cit in* Mullins, 2010; Romaniuk e Chowdhury, 2012; Butt e Tuck, 2014). Isto é, não implica uma alteração de valores ou ideais, mas requer o afastamento da violência e a sua rejeição como meio legítimo para atingir um fim (Fink e Hearne, 2008). Aliada a esta ideia, importa recordar que a cessação do comportamento violento nem sempre ocorre voluntariamente, como acontece nos casos de encarceramento, onde o indivíduo deixa forçosamente de ter contacto com a organização terrorista (Fink e Hearne, 2008).

Quanto ao processo de desradicalização, este considera não só a alteração do comportamento como inclui a mudança de crenças e atitudes, enfatizando-se a rejeição da violência (Mullins, 2010). Esta

reversão do processo de radicalização implica uma mudança cognitiva, que, segundo Fink e Hearne (2008) é despoletada por uma experiência traumática, que desafia a visão que o indivíduo tem do mundo. A esta experiência os autores denominam de “abertura cognitiva” e é, para eles, o que permite ao indivíduo estar mais recetivo a novas e diferentes ideias. Devemos olhar para a desradicalização enquanto um conjunto de processos sociais e psicológicos que resultam numa mudança de atitudes, levando ao afastamento por parte do indivíduo da crença de que o uso da violência é necessário e legítimo (Bjørge, 2009 *cit in* Schuurman e Bakker, 2015). Torna-se assim possível concluir que enquanto a desvinculação consiste essencialmente num processo que implica uma alteração comportamental, a desradicalização por seu turno compreende uma série de adaptações não só comportamentais como também cognitivas (Schuurman e Bakker, 2015). Seguindo a mesma linha de pensamento, Romaniuk e Chowdhury (2012) distinguem também a prevenção do terrorismo dos conceitos relacionados de desradicalização e desvinculação. Explicam os autores que a desradicalização é uma transformação que ocorre ao nível dos processos cognitivos, num sujeito que era terrorista e se afastou da ideologia extremista. Já a desvinculação implica uma alteração comportamental, mas não quer isto dizer que o indivíduo abandonou os seus pensamentos e crenças extremistas (Romaniuk e Chowdhury, 2012). Isto é, enquanto a desradicalização corresponde ao processo de moderação das crenças do indivíduo, a desvinculação consiste no processo de mudança comportamental, onde o indivíduo se afasta da violência e da organização radical (Rabasa, et al., 2010).

De acordo com o trabalho de Demant, et al. (2008), podemos olhar para o processo de desradicalização como o oposto da radicalização. Para os autores, a radicalização consiste num processo de deslegitimação do sistema, onde a confiança no mesmo vai diminuindo e o indivíduo se fecha cada vez mais no seu grupo, pois sente que já não faz mais parte da sociedade. Afirmam que é, em parte, um processo político, onde se questiona constantemente a legitimidade do sistema, e quem a ele pertence é desumanizando e representado como o inimigo. Para Demant, et al. (2008), esta atitude está ligada ao desejo que estes indivíduos têm de alterar radicalmente o sistema, transformando essa intenção em ações violentas.

Por oposição, prosseguem os autores, a desradicalização consiste no processo ao longo do qual os indivíduos se vão tornando menos radicais. Esta “diminuição da radicalização” resulta em alterações tanto ao nível do comportamento como das crenças. Na dimensão comportamental, este processo resulta na cessação da prática de atos violentos. Quanto às crenças, explicam os autores, estão envolvidos diversos fatores. O aumento da confiança no sistema, o desejo de voltar a fazer parte da sociedade e a rejeição da utilização de meios não-democráticos para alcançar os seus propósitos, são alguns dos fatores referidos por Demant, et al. (2008). Os citados autores argumentam ainda que, na generalidade, a desradicalização do comportamento está associada à desradicalização das crenças,

porém admitem que existem exceções. Explicam os autores que, por diversas razões, os indivíduos, ou as organizações terroristas, podem moderar ou renunciar a sua ideologia radical, passando a entender que a violência já não se adequa à sua visão do mundo. Contudo, ressaltam, a desradicalização comportamental pode ocorrer sem que se alterem as crenças, como nos casos em que o indivíduo é levado a prescindir do uso da violência devido a circunstâncias ou fatores exógenos.

Della Porta e LaFree (2012), em estudos mais recentes, também defendem que o conceito de desradicalização pode ser entendido enquanto processo inverso ao da radicalização. Porém, notam os autores, este termo contém ainda mais imprecisões do que o conceito de radicalização no que toca à definição dos processos que estão efetivamente envolvidos. Muitas vezes o conceito é associado à prevenção e corte com a radicalização e não tanto à inversão do processo de radicalização. Para compreender o conceito devemos atentar aos processos cognitivos e comportamentais que ocorrem, bem como à questão individual e coletiva, sem nunca deixar de reparar nas interligações entre todas estas dimensões (Mullins, 2010; Della Porta e LaFree, 2012).

Por seu turno Ashour (2009), considera a desradicalização como um processo de mudança relativa. Explica-nos o autor que é durante este processo que um grupo radical altera a sua ideologia e deslegitima o uso de meios violentos para alcançar fins políticos, enquanto caminha gradualmente para a aceitação de alternativas económicas, políticas e sociais num contexto mais pluralista. Para o autor, um grupo ou indivíduo que se encontre num processo de desradicalização não tem necessariamente que aceitar a ideologia ou os princípios democráticos. Aliás, este ressalva que muitos dos grupos desradicalizados ainda mantêm visões misóginas, xenófobas e antidemocráticas. Para Ashour (2009), o processo de desradicalização tem mais que ver com a alteração das atitudes perante a violência, deslegitimando-a, do que com a aceitação de princípios democráticos.

Prosseguindo na sua explicação, o autor afirma que a desradicalização pode ocorrer em três níveis diferentes. O primeiro, o nível ideológico, implica uma rejeição ponderada e racionalmente fundamentada da violência, afastando-se desta devido à diminuição da visão da mesma como legítima (Ashour, 2009; Mullins, 2010), aproximando-se este conceito ao de desradicalização individual aqui apresentado. Num outro nível, o comportamental, o autor explica que a desradicalização se dá apenas em relação aos atos violentos, onde se rejeita a sua legitimidade, mas se mantém a ideologia e crenças extremistas. Este último apresenta-se como semelhante ao conceito de desvinculação anteriormente referido, onde a mudança se dá somente a nível comportamental. O último nível de desradicalização considerado pelo autor consiste na desradicalização organizacional. Isto é, após a declaração de rejeição da violência por parte de um elemento de liderança de um grupo terrorista surge o desafio de dismantelar a organização através do mesmo, procurando a rejeição da violência e a adesão a uma estratégia de desvinculação coletiva (Ashour, 2009; Mullins, 2010).

Ashour (2009) desenvolve um extenso trabalho sobre o processo de desradicalização e os fatores e causas a eles associados. Tendo-se proposto a estudar todas as suas dimensões, o autor defende que existem diversos tipos de desradicalização associados aos níveis anteriormente descritos. Quando ocorre um processo de desradicalização bem-sucedido nos três níveis (ideológico, comportamental e organizacional) estamos perante uma desradicalização compreensiva. De outro modo, quando a desradicalização ocorre a um nível ideológico e comportamental, mas falha a nível organizacional, considera o autor que estamos perante uma desradicalização substantiva. Finalmente, na desradicalização pragmática assume-se que houve uma desradicalização bem-sucedida nos níveis comportamental e organizacional, mas falhou na componente ideológica (Ashour, 2009; Mullins, 2010).

Contribuindo para esta questão, Horgan (2008) refere as principais formas em que a desvinculação física (desvinculação comportamental) se expressa e os fatores que contribuem para a desvinculação psicológica (desradicalização). Em relação a este último processo, o autor considera que a desvinculação psicológica pode ser resultado (1) da desilusão procedente da incongruência entre as aspirações e fantasias que moldam o envolvimento inicial da pessoa no grupo ou organização terrorista, e aquilo que a mesma subsequentemente experiencia quando se depara com a realidade de pertencer a um movimento; (2) da desilusão proveniente do desacordo sobre questões de natureza tática; (3) da desilusão que emerge das diferenças estratégicas, políticas ou ideológicas; (4) da exclusão ou do afastamento do indivíduo por parte do grupo; e, finalmente, (5) devido à alteração das prioridades pessoais do indivíduo. No que concerne à desvinculação física, o autor defende que a mesma se pode exprimir (1) na saída voluntária do movimento; (2) na saída involuntária do movimento; (3) na troca involuntária de papel ou função no movimento; (4) na troca voluntária de função ou de papel no movimento; (5) na saída coletiva involuntária do movimento; e (6) devido às experiências decorrentes da desvinculação psicológica que servem de catalisador para a desvinculação física (Horgan, 2008).

Como vemos, o processo de desradicalização pode ocorrer tanto a nível individual, onde se considera o sujeito, como a nível coletivo, representado pelas organizações terroristas. O nível coletivo comporta o movimento radical, as organizações e grupos radicais, e implica que o grupo deixou de existir ou cessou o seu comportamento violento. Para Demant, et al. (2008), existem inúmeras razões que podem levar a que isto aconteça, como a fragmentação do movimento, a dispersão dos seus membros, a sua desintegração devido à intervenção do governo, a sua absorção por parte de um outro movimento não violento ou a sua própria transformação em um (movimento não violento). Quando a radicalização ocorre nestes casos os autores referem-se à mesma como o declínio do movimento radical. Segundo estes, o declínio do movimento automaticamente significa

que o comportamento radical deixou de existir a nível coletivo, reforçando a ideia de que se um movimento se desintegrou ou extinguiu já não pode levar a cabo ações violentas em seu nome.

A desvinculação coletiva, no entender de Mullins (2010), pode ocorrer por uma multiplicidade de razões e para bem a compreendermos devemos entendê-la como um “conjunto único e complexo” de interações. Interações estas que ocorrem entre as organizações terroristas, os governos e as organizações não governamentais, os seus simpatizantes e apoiantes e os grupos rivais. Este autor apresenta vários fatores que considera poderem contribuir para o declínio das organizações terroristas e influenciar na decisão de se desvincularem. São estes a repressão do estado e a persuasão, a perda de apoio do público, a perda da liderança, o sentimento de insatisfação com relações sociais dentro da organização, a incapacidade das organizações de atrair novos membros, o reconhecimento das falhas no alcance dos objetivos e a transição para caminhos alternativos de ação, como a inclusão política. Todavia, ao considerar todos estes fatores é necessário ter em conta que estes podem ser tanto voluntários como involuntários, assim como internos ou externos à organização, e que estão intrinsecamente interrelacionados e se influenciam mutuamente (Mullins, 2010).

Como vimos anteriormente, existe uma multiplicidade de causas e fatores que poderão exercer influência sobre o indivíduo para este iniciar o processo de radicalização, fatores esses que poderão ser quer de natureza interna como externa. Sem descurar as dinâmicas existentes entre estas duas naturezas, podemos aglomerar, conforme Demant, et al. (2008), em três pontos principais aqueles fatores que estão presentes e frequentemente aliciam o indivíduo a radicalizar-se. Estes consistem na perceção das injustiças (o que conduz à motivação instrumental); na necessidade de estabelecer laços sociais (que resulta na motivação identitária) e na procura por uma razão ou sentido na vida (que corresponde à motivação ideológica) (Demant, et al., 2008). Explicam-nos os autores que se as motivações individuais não forem satisfeitas pelo movimento os seus membros tenderão a dispersar e procurar respostas noutros sítios ou organizações. Contudo, lembram Demant, et al. (2008), isto não implica o fim do movimento, desde que continue a haver um fluxo contínuo de entrada de novos membros que possam substituir os anteriores. Caso o movimento não consiga manter este fluxo, este irá enfraquecer e eventualmente acabará por desaparecer. Para explicar esta interação entre os indivíduos e as organizações os autores servem-se dos trabalhos de Klandermans (2007 *cit in* Demant, et al. 2008), e explicam que a evolução das interações entre estes dois atores (indivíduo e organização) tem por base uma relação de oferta (*supply*) e de procura (*demand*). Isto é, existe uma grande “oferta” de pessoas que estão insatisfeitas com a sua situação ou com o sistema e que, consequentemente, procuram soluções para os seus problemas. Porém, continuam os autores, se essa procura não for satisfeita por uma oferta adequada, seja por falta ou por insuficiência da mesma, essa insatisfação permanecerá escondida. Do mesmo modo, mas no sentido inverso, uma grande oferta de iniciativas e ações para a mudança não produzirá resultados se não existirem pessoas insatisfeitas que adiram às

soluções apresentadas. Contudo, alertam Demant, et al. (2008), a oferta pode gerar a procura, mesmo que esta inicialmente seja parca ou inexistente, na medida em que alerta as pessoas para os problemas e as alicia a tomarem uma atitude. Finalmente, é ainda preciso ter em atenção que esta interação entre a oferta e a procura não ocorre num vazio, conforme elucidam os autores. Pelo contrário, os movimentos sociais ocorrem em contextos que estão em mudança constante e, conseqüentemente, as oportunidades e limitações que influenciam este movimento vão oscilando e alternando a sua influência (Demant, et al., 2008).

A este propósito, Mullins (2010) argumenta que no processo de desvinculação coletiva estão presentes inúmeras variáveis que, tendo em conta o tempo e a sequência de eventos em que ocorrem, poderão produzir efeitos contraditórios, impulsionando ou criando barreiras à desradicalização. Para explicar a sua afirmação, Mullins (2010) serve-se dos trabalhos de Demant, et al. (2008, *cit in* Mullins, 2010) e de Ashour (2009, *cit in* Mullins, 2010) para explicar os efeitos da variável liderança na dimensão coletiva. Os primeiros autores, refere Mullins (2010), identificam a desilusão com a liderança como um fator desintegrador do grupo. Já Ashour (2009, *cit in* Mullins, 2010) apresenta a liderança forte e carismática como a componente mais crucial na mobilização para a desvinculação coletiva. Ou seja, se no primeiro exemplo os autores afirmam que a falha na liderança motiva a desvinculação individual, no segundo exemplo os autores mostram que uma liderança forte poderá levar à rejeição coletiva da violência.

Do mesmo modo Mullins (2010) refere outras variáveis chave que, à semelhança da natureza da liderança, terão influência ou conseqüências diferentes perante os vários cenários de desradicalização. A estrutura organizacional mostra-se como uma variável importante na medida em que uma estrutura mais unida facilita a comunicação interna e diminui a probabilidade de divisão da organização em facções. Uma outra questão a ter em conta consiste na clareza dos objetivos, ou seja, quanto mais concretos os objetivos são, mais fáceis se tornam de negociar e, igualmente, mais fácil será reconhecer quando os mesmos não estão a ser alcançados. A natureza do apoio público também é apresentada pelo autor como relevante quando queremos compreender o que pode influenciar o processo de desradicalização. Isto porque por um lado a condenação dos atos ou da ideologia influenciam bastante a atratividade de um grupo, enquanto a pertença ou associação a determinada identidade étnica ou social pode aumentar a longevidade dos membros nesse grupo (Mullins, 2010). Finalmente, uma outra variável assinalada por Mullins (2010) consiste na existência de grupos rivais que, sendo violentos ou não, se poderão apresentar como alternativas mais atrativas aos membros de outro grupo.

Por outro lado, a desradicalização pode também ocorrer a nível individual, sendo o agente radical o objeto desta dimensão. Para Demant, et al. (2008), a desradicalização individual pode tomar várias formas, pelo que é necessário ter em conta as diferentes modalidades ou circunstâncias em que esta ocorre. Os autores consideram que a pertença de um indivíduo a um movimento radical implica a

radicalização do mesmo. Isto é, ainda que o sujeito não partilhe todas as crenças e atitudes com os restantes membros ou organizações, a sua participação no mesmo sugere que concorda em parte com a sua ideologia ou objetivos e aumenta a probabilidade de participar em atividades violentas. Do mesmo modo, quando se dá uma desvinculação do movimento por parte do indivíduo, os autores consideram que estamos perante uma outra forma de desradicalização individual. Ou seja, o mesmo tipo de processos pelos quais o indivíduo passa e que o levam a querer pertencer a um movimento radical atuarão, analogamente, no processo de abandono ou desvinculação do movimento. Contudo, Demant e os seus colegas (2008) admitem que nem sempre a desvinculação individual de um movimento implica uma moderação das crenças radicais. De todo o modo, consideram este como um processo de desradicalização individual na medida em que o comportamento violento individual se extinguiu. Percebemos assim que os autores consideram que o processo de desradicalização tomou início quando se dá a cessação do comportamento radical.

Os citados autores referem ainda uma outra forma de desradicalização individual a ter em conta. Esta hipótese considera o indivíduo que possui crenças e pensamentos radicais, mas não pertence a nenhum movimento nem tem nenhum tipo de comportamento violento. Nestes casos Demant, et al. (2008) assumem a dificuldade na determinação da extensão do radicalismo no indivíduo, no entanto consideram que a dado momento terá existido uma moderação nessas crenças que o levou a tomar uma atitude não violenta, afirmando que também aqui poderemos estar perante outra forma de desvinculação individual.

Contra Radicalização

A questão da contra radicalização já foi sendo introduzida ao longo dos parágrafos anteriores. Por contraposição com os outros conceitos foi-nos sendo possível ao longo do texto compreender que a contra radicalização se encontra num momento diferente no processo de (des)radicalização e, como tal, prosseguirá outros objetivos. Assim sendo, o presente tópico servirá para explicar em que consiste efetivamente a contra radicalização e como ela é entendida na literatura enquanto estratégia preventiva no combate ao terrorismo.

Em 2005 foi criado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas um Grupo de Ação de Implementação da Contra Radicalização (*Counter-Terrorism Task Force*), de modo a assegurar a coordenação e a coerência dos esforços levados a cabo no sistema das Nações Unidas para combater o terrorismo. Por sua vez, foram criados nove Grupos de Trabalho que introduzissem e implementassem as iniciativas apresentadas na estratégia de combate ao terrorismo. Um desses grupos tem como foco de trabalho a radicalização e o extremismo que levam ao terrorismo (*Addressing Radicalisation and Extremism that Leads to Terrorism Working Group*), tendo sido

apresentado um relatório sobre o trabalho desenvolvido pelo mesmo: *First Report of the Working Group on Radicalisation and Extremism that Lead to Terrorism: Inventory of State Programmes* (Counter-Terrorism Implementation Task Force, 2008). Tendo em atenção o referido relatório, recorreremos ao mesmo para facilitar a conceptualização do termo contra radicalização, assim como a sua distinção dos demais conceitos, como a desvinculação e a desradicalização.

No supracitado relatório os seus autores introduzem a definição de contra radicalização e contrapõem-na com a de desradicalização. O primeiro conceito refere-se às políticas e programas destinados a alcançar algumas das condições que poderão desviar os indivíduos do caminho para o terrorismo. Esta estratégia consiste num conjunto de programas políticos, sociais, legais, educacionais e económicos desenhados especificamente para impedir que indivíduos insatisfeitos, alguns deles já em processo de radicalização, cheguem ao limite e se tornem terroristas (Counter-Terrorism Implementation Task Force, 2008). Por seu turno, o conceito de desradicalização refere-se geralmente a programas que são dirigidos àqueles indivíduos que já se tornaram radicais, tendo por objetivo reintegrá-los na sociedade ou, pelo menos, dissuadi-los de utilizar a violência para atingir os seus fins (Counter-Terrorism Implementation Task Force, 2008). Em suma, se o conceito de contra radicalização procura a prevenção da radicalização e consequentemente do terrorismo, já o segundo conceito foca-se na reversão deste processo.

Por vezes confundidos, convém acrescentar o conceito de contra terrorismo que se distingue do conceito de contra radicalização. Conforme Neumann (2011) o contraterrorismo tem um público alvo específico, os terroristas. Já a contra radicalização concentra-se nas comunidades mais vulneráveis e suscetíveis de serem aliciadas pelos terroristas. Neumann (2011) explica que esta estratégia postula que as comunidades locais, a sociedade civil e os governos partilham o interesse e a intenção de prevenir ataques terroristas. Por conseguinte, estas comunidades independentemente do motivo pelo qual são alvo, devem ser protegidas e capacitadas de forma a resistirem ao extremismo violento.

Vidino e Brandon (2010) num relatório por eles apresentado sobre as políticas de combate ao radicalismo na Europa, também nos oferecem uma conceptualização do termo contra radicalização, admitindo que o mesmo poderá englobar três tipos de iniciativa. Estes autores assumem que a contra radicalização será toda a atividade que vise combater a radicalização, seja de modo preventivo ou reativo, como veremos na seguinte explicação. Primeiro, os autores consideram que na estratégia de contra radicalização está incluída a desradicalização, explicando que aqui as medidas adotadas procuram guiar um indivíduo já radicalizado por um caminho que o leve a abandonar a sua visão militante e extremista. A segunda iniciativa resulta na desvinculação, onde se procura que o indivíduo cesse o comportamento violento, abandonando o seu envolvimento em atividades ou organizações terroristas. Aqui os autores recordam que o indivíduo poderá manter a sua visão radical, pois a alteração dá-se apenas ao nível do comportamento. Finalmente, a contra radicalização engloba

também estratégias de prevenção da radicalização. Neste caso estamos perante medidas que procuram prevenir o início do processo de radicalização, tendo geralmente como alvo grupos maiores da população e não tanto indivíduos em particular, como nas dimensões anteriores, que se focam no indivíduo já radicalizado (Vidino e Brandon, 2012).

Seguindo a mesma linha de pensamento, Mullins (2010) identifica três momentos diferentes em que se pode intervir para evitar ou combater a radicalização dos indivíduos: antes de o crime ter sido cometido, durante a detenção do indivíduo ou após a sua libertação. Contudo ressalva que a separação entre estes momentos tem uma linha muito ténue, existindo programas cuja duração decorre durante mais que um dos momentos enunciados.

Outros autores que também versam sobre este tema da contra radicalização são Romaniuk e Chowdhury (2012), que nos falam em prevenção do terrorismo. Para os autores a prevenção do terrorismo consiste em aplicar medidas especificamente desenhadas para combater as ideias e a mensagem de violência apresentada pelos terroristas, ao mesmo tempo que complementa outros esforços operacionais de prevenção do terrorismo. Os autores defendem que esta estratégia procura essencialmente prevenir a radicalização de populações não radicalizadas. O objetivo destas medidas consiste em criar uma espécie de resiliência coletiva e individual que atue contra a radicalização violenta, através de uma variedade de meios não coercivos (Romaniuk e Chowdhury, 2012).

A prevenção do terrorismo, de acordo com Romaniuk e Chowdhury (2012) deriva do conceito de radicalização que, como vimos, consiste num processo. Um processo que decorre em várias fases e dimensões e ao longo do qual o indivíduo vai evoluindo acabando por recorrer à violência para atingir os seus objetivos. Ora, para os autores a prevenção do terrorismo alcança o sucesso quando o indivíduo ou o grupo em questão não completam este processo. Para os referidos autores, a prevenção do terrorismo tem como objetivo principal persuadir os indivíduos de terem pensamentos ou ideias extremistas, dissuadindo-os de praticarem atos violentos.

A prevenção, como vemos, destina-se àqueles que ainda não entraram ou não chegaram ao fim do processo de radicalização. Romaniuk e Chowdhury (2012) argumentam que as linhas que distinguem este conceito dos de desradicalização e desvinculação nem sempre são claras e é possível encontrar estratégias que foquem estas três dimensões. Os autores exemplificam esta integração de estratégias referindo programas de desradicalização que também visam a prevenção da radicalização dos familiares e dos amigos dos terroristas detidos, procurando reduzir o número de possíveis novos membros. Do mesmo modo, continuam Romaniuk e Chowdhury (2012), terroristas, ou no caso ex-terroristas, que foram alvo de medidas de desradicalização e desvinculação são depois apresentados como exemplos, participando em campanhas de prevenção da radicalização. Em relação a estas dimensões, atentam os autores, ainda que as mesmas exijam uma distinção concetual, a contra radicalização e a desradicalização devem ser integradas na prática. Para combater a ameaça que o

extremismo islamita representa, é necessário ir além das medidas de inteligência e segurança. Deve-se, sugerem os vários autores, começar a adotar abordagens proativas e que evitem que indivíduos vulneráveis se radicalizem, ao mesmo tempo que devem ser capazes de intervir sobre aqueles que já abraçaram o extremismo, procurando reabilitá-los.

VII. MODELOS DE CONTRA RADICALIZAÇÃO

Percebemos que o conceito de terrorismo e todos os que a ele se possam relacionar têm uma diversidade de definições que variam tanto na literatura como entre as organizações que aplicam políticas e criam legislação sobre o mesmo. A inconsistência na sua utilização, que advém da volatilidade da própria realidade, traduz-se numa variedade de respostas dadas pelos Estados na tentativa de combater uma ameaça que tem vindo a tomar proporções devastadoras. Esta variedade de respostas, assentes em estratégias que visam prevenir a propagação da violência e a ascensão do pensamento extremista, serão objeto de análise nos próximos parágrafos.

Servindo de introdução ao objetivo último desta dissertação, onde ponderaremos sobre os modelos de contra radicalização adotados pela França, Bélgica e Alemanha, utilizaremos estas linhas para apresentar os contributos da literatura, que classifica os diferentes modelos consoante as medidas exercidas. A utilização de estratégias de combate ao terrorismo não é uma preocupação nova para os Estados, existindo uma extensa lista de autores que se debruçaram sobre a sua categorização e classificação. Lindhal (2017) reuniu na sua tese de doutoramento os principais modelos de combate ao terrorismo, permitindo-nos aqui apresentar os diferentes contributos da literatura sobre o tema.

Partindo da premissa de que existe uma enorme variedade de modelos de combate ao terrorismo, Lindhal (2017) oferece-nos uma revisão das várias abordagens presentes na literatura que versa sobre o combate ao terrorismo. Uma primeira perspetiva explica que as políticas de combate ao terrorismo se traduzem numa escolha entre respostas mais pesadas (*hard-line responses*) ou mais leves (*soft-line responses*). Enquanto as primeiras incentivam o uso da força para a erradicação de terroristas, as segundas focam-se na via diplomática, de compromisso e de reformas sociais. Podemos também, conforme explica o autor, classificar estes modelos de contra radicalização em interações de poder, cuja variância se traduz em demonstrações mais ou menos intensas de poder. No primeiro caso (*hard-power interactions*) ocorrem ações militares armadas, aplicam-se sanções e julgam-se criminalmente os sujeitos envolvidos. No segundo caso (*soft-power engagement*), recorre-se a estratégias de serviço humanitário e de empoderamento das comunidades, de diálogo e negociação.

Numa outra perspetiva, Lindhal (2017) apresenta uma outra abordagem à tipologia básica dos três modelos de Creelsten (2009 *cit in* Lindhal, 2017). Neste modelo defende-se que a forma como os Estados combatem o terrorismo pode ser dividida em três vertentes, que se distinguem pela forma

como encaram a ameaça terrorista. No modelo de guerra, o terrorismo é visto como um ato de guerra, pelo que a resposta ao mesmo deverá passar pelo uso da força militar. Já o modelo de justiça criminal entende que o terrorismo é um ato criminal e como tal o seu combate deve estar a cargo do sistema judicial. Finalmente, o modelo reconciliador assume que o terrorismo é um problema que se reflete na incapacidade de alguns grupos participarem no processo político e social, pelo que incentiva o uso de estratégias políticas e diplomáticas, focando-se nas causas do terrorismo.

A forma como conceptualizamos o terrorismo influencia as nossas prioridades quando o tentamos combater, sendo possível encontrar tantas estratégias de combate quanto definições de terrorismo. Uma outra proposta para a classificação dos modelos de contra radicalização divide os mesmo em quatro estratégias de atuação (Lindhal, 2017). A primeira estratégia consiste no uso da força, legitimando o seu emprego por se entender o terrorismo como um ato de guerra, sendo o uso da força militar o meio mais eficiente para o combater e prevenir. Para além de um ato de guerra, o terrorismo também é visto como uma atividade criminal e uma ameaça à segurança, que deverá ser combatida pelos serviços de segurança e informações. Num outro ponto de vista, o terrorismo poderá ser encarado como uma ameaça à segurança nacional que deverá ser combatida através do reforço das capacidades de resiliência e proteção dos Estados. Por último, Lindhal (2017) sugere a conciliação e diálogo como a quarta estratégia de contra radicalização. Aqui o terrorismo é apresentado como a expressão das batalhas e desafios sociopolíticos existentes, encontrando-se a resposta ao problema através de meios não violentos.

Outros autores ainda revistos por Lindhal (2017) propõem outras classificações das diferentes estratégias usadas nos modelos de combate à radicalização, que mais ou menos específicas, variam nas dimensões de atuação defensiva, repressiva, preventiva ou reabilitadora (Sederberg, Frey e Crelisten *cit in* Lindhal 2017). Lindhal (2017) mostra-nos que existe uma enorme variedade de modelos de combate ao terrorismo, e de acordo com o mesmo, estes podem ser divididos em três temas principais consoante as estratégias utilizadas. Por um lado, temos o “modelo de guerra” (*War Model*), que assume que a forma mais eficaz de eliminar um grupo terrorista é através da sua destruição, recorrendo à estratégia e força militar (Lindhal, 2017). Por outro, o autor identifica o “modelo de justiça criminal” (*Criminal Justice Model*) como sendo o modelo que, a par com o anterior, é alvo de um maior escrutínio na literatura. Este último consiste em estratégias que incluam a atuação de estâncias judiciais e a criação de legislação de combate ao terrorismo, assim como a utilização de serviços de informação e vigilância. Uma terceira dimensão de atuação que Lindhal (2017) acrescenta são as estratégias não violentas (*Non Violent Responses*) aplicadas por determinados Estados.

Aliadas a medidas militares e de justiça criminal, as medidas não violentas surgem um pouco por toda a literatura como necessariamente complementares às primeiras. Devendo atuar em conjunto, o

exercício a que os Estados terão de se propor consiste no equilíbrio da aplicação destas medidas, que deverão contribuir para a prevenção geral e especial do terrorismo com inspiração islamita na Europa.

Mullins (2010) procurando identificar os contributos da criminologia para o estudo da reabilitação de islamitas, pondera sobre os programas que têm como propósito a desradicalização e a desvinculação de indivíduos que se aliam a movimentos extremistas. Deste modo, baseando-se nos trabalhos de Barret e Bokhari, Mullins (2010) identifica quatro temas principais que são abordados ou servem de estratégia nos programas de desvinculação e desradicalização. Estes temas, como veremos, podem ser identificados na generalidade das estratégias referidas.

O primeiro tópico consiste na reeducação e reabilitação daqueles que abraçaram a ideologia extremista violenta e envolve um esforço de dissuasão dos radicais violentos, de modo a alterar as suas crenças e narrativas políticas e religiosas radicais. Abordar a ideologia através do diálogo religioso tem sido uma das estratégias utilizadas neste tipo de programas e mostra-se como uma premissa chave no início da desradicalização, conforme Mullins (2010). Normalmente, explica o autor, a persuasão ideológica envolve o uso de figuras credíveis como académicos islâmicos ou sheiks, ou ainda antigos terroristas, e tem como pretensão promover o diálogo e a discussão das crenças religiosas de cada um. O propósito passa por identificar as crenças erradas, explicar o seu sentido e esclarecer o verdadeiro significado de conceitos chave como *jihad* ou *takfir*⁶ (Mullins, 2010). A maior parte das vezes, continua Mullins (2010), estas intervenções focam-se na falta de legitimidade teológica que sustente atos de terrorismo e intolerância.

Providenciar um estilo de vida legítimo, promovendo o compromisso familiar e oferecendo oportunidades educacionais e vocacionais, apresenta-se como o segundo ponto que é tido em conta neste tipo de programas (Mullins, 2010). Esta metodologia aborda aquilo que anteriormente aqui definimos como fatores que “puxam” o indivíduo e tem em consideração as redes sociais em que a pessoa se envolve. O autor refere a iniciativa levada a cabo pela Arábia Saudita, defendendo que para além de ser a mais compreensiva é também a que está mais bem documentada. Iniciando-se no momento da detenção do indivíduo, procuram identificar e aceder às necessidades que a família possa apresentar. Atuam, elucida o autor, com base no racionalismo de que caso não ajam deste modo o sujeito será menos cooperante e ressentir-se-á, ao mesmo tempo que acreditam que as suas famílias ficarão mais vulneráveis, facilitando-se assim a sua radicalização. Por conseguinte, este tipo de medidas procura envolver não só a pessoa, como a sua família e amigos próximos no processo de desradicalização (Mullins, 2010).

Outros recursos de que estas estratégias se servem, como Barrett e Bokhari (*cit in* Mullins, 2010) referem, são a amnistia e a justiça restaurativa. Estas medidas pressupõem que se perdoem crimes

⁶ “imputação de impiedade, excomunhão” (Duarte, 2015)

menores, implicando por vezes que o terrorista seja levado a conhecer as vítimas ou as suas famílias. A amnistia envolve não só o perdão legal como pode incluir a necessidade de proteção ou realojamento dos indivíduos, de modo a evitar a repressão e perseguição pelos seus inimigos (Mullins, 2010). Teoricamente, continua Mullins (2010), a amnistia mostra compaixão e tem o potencial de alterar a visão que normalmente existe do “nós” e “eles”. Prossegue o autor dizendo que este tipo de medidas é capaz de oferecer um novo começo àqueles que são amnistiados e procuram afastar-se da radicalização violenta. Todavia ressalva a dificuldade na medição dos efeitos destas estratégias, exigindo-se um equilíbrio entre os propósitos da desradicalização e da necessidade de ser feita justiça.

Acreditando que isso poderá ter um impacto positivo no processo de desradicalização, a justiça restaurativa apresenta-se como uma estratégia passível de dar resposta às necessidades que as vítimas apresentam. A eficácia que este tipo de justiça tem quer na reabilitação de ofensores quer na compensação das vítimas é suscetível de ser contestada. Mullins (2010) apresenta dois exemplos para ilustrar esta situação, um na Irlanda do Norte e outro fazendo referência a um estudo de Shenks, que demonstram resultados antagónico. No primeiro, os resultados mostraram o insucesso de tais programas, tendo-se admitido que os mesmos chegaram a provocar mais tensão. Contudo, conforme verifica Mullins (2010), o segundo estudo apresenta estas estratégias como promissoras, salientando a sua eficácia nos crimes de ódio. Procurando uma reconciliação mutuamente aceite pelas partes, através de uma série de reuniões supervisionadas e moderadas, a justiça restaurativa ajuda o ofensor a colocar-se no lugar das suas vítimas, humanizando-as. Contudo, o autor termina ressaltando que ainda é necessário explorar mais este campo de atuação e analisar a eficácia de tais medidas, ainda que providencie algum conhecimento sobre os terroristas e sirvam de linhas orientadoras na atuação com os mesmos.

Finalmente, a quarta estratégia traduz-se na criação de oportunidades legítimas que permitam aos indivíduos abordar as suas frustrações e expor as suas dúvidas, recorrendo a reuniões de grupo que promovam a discussão e o questionamento da narrativa extremista (Barrett e Bokhari, *cit in* Mullins, 2010). O autor explica que esta medida faz parte de um esforço que tem sido desenvolvido em larga escala pelos estados no combate ao terrorismo, sendo este tipo de estratégias utilizadas particularmente em negociações com determinadas organizações extremistas, pretendendo facilitar a sua inclusão no debate político. Enquanto estratégia de combate ao extremismo, o autor realça que para muitos o terrorismo mostra-se como a primeira solução, e única para muitos, para as suas frustrações, não sendo capazes de perceber outras alternativas que sejam menos violentas e mais eficazes.

A eficácia deste tipo de medidas mantém-se uma incógnita, pois ainda não foi testada, conforme argumenta Mullins (2010), pelo que se desconhece o seu verdadeiro impacto na reabilitação. Na sua implementação, alerta-nos ainda o autor, é preciso ter em conta que se estas promessas de inclusão

na discussão política forem infundadas, a frustração aumentará e, eventualmente, levará a que estes indivíduos retornem ao comportamento violento.

Outras duas estratégias que Mullins (2010) acrescenta às já referidas e que fazem parte daquelas que são utilizadas nos programas de desvinculação e desradicalização consistem no aconselhamento psicológico e na própria organização do programa. Tal como já foi referido neste trabalho, não existe uma relação direta entre a doença mental e o extremismo, contudo, Mullins (2010) diz-nos que uma diversidade de programas de reabilitação de terroristas utiliza profissionais da saúde mental para avaliar os seus participantes e aceder às necessidades ou desordens que estes possam apresentar. O aludido autor explica-nos que o papel do conhecimento e aconselhamento psicológico varia consoante o contexto, porém é possível identificar o seu foco de atenção, que passa essencialmente pela construção de relações, pela avaliação e pelo tratamento. Um dos problemas que se enfrenta com este tipo de intervenção reside na possibilidade de ao serem tidos em conta apenas os aspetos psicológicos, se deixe de parte a referência teórica que está por detrás do comportamento terrorista (Mullins, 2010). Defende o autor que, à semelhança de outras medidas, o aconselhamento psicológico, enquanto estratégia de desradicalização, exige uma análise mais extensiva do tema. Finalmente, podemos retirar da explicação que Mullins (2010) nos oferece relativamente à organização do programa que a forma como o mesmo é apresentado e desenvolvido assim como quem o implementa ou tem um papel no mesmo, influenciam a sua eficácia e eficiência.

VIII. O COMBATE AO EXTREMISMO JIHADISTA NA EUROPA

A preocupação com o extremismo violento resulta de uma realidade que é cada vez menos novidade para nós, fruto de uma Europa que se vê a braços com a ascensão do uso da violência com ideologia extremista no seu território. O terrorismo jihadista, o fenómeno que serve de base a este trabalho, é uma crescente preocupação para o mundo, especialmente para a Europa que tem sido vítima de violentos e imprevisíveis ataques. Pelo número e impacto que os atentados nos últimos anos tiveram na sociedade, atingindo direta e indiretamente uma infinidade de pessoas, nunca foi tão urgente uma resposta dos governos para a ameaça que o terrorismo jihadista e o extremismo violento representam. A frequência e imprevisibilidade dos ataques de que a Europa tem vindo a ser alvo veio reafirmar a importância de combater e prevenir a progressão desta ameaça. Assistimos hoje a um maior e mais arbitrário uso da violência, que se destaca pelos meios utilizados na execução dos ataques. Se já estávamos habituados à imagem do bombista suicida ou de explosivos colocados estrategicamente em sítios de grande afluência humana, a mesma desvanece-se quando nos deparamos com a atualidade. Desde conduzir veículos pesados sobre multidões ou munidos de

utensílios de cozinha, o uso da violência bem como a diversificação da sua execução continua a aumentar.

Nos capítulos anteriores percorremos as diversas teorias que procuram explicar o processo de radicalização jihadista, bem como as linhas de pensamento que guiam a atuação dos Estados e das instituições no combate ao extremismo violento e ao terrorismo jihadista na Europa. Apesar de o combate ao terrorismo não ser uma preocupação recente, os atentados aos EUA em 2001 e na Europa em 2004 e 2005 obrigaram os Estados a rever a sua legislação e reforçar a sua luta contra uma ameaça que tomou novas proporções. Contudo, os ataques em Paris em janeiro de 2015 que estenderam a sua ação ao território belga e alemão vieram provar que os esforços até aí empreendidos não haviam sido suficientes. Depois de um ano que se principiou violento e que fez a sociedade europeia questionar a sua segurança e o direito à liberdade, o paradigma de atuação destes países sofreu uma tremenda alteração. Entendendo a sua complexidade, analisaremos as respostas de determinados países europeus aos recentes ataques de que foram alvo, de forma a entender como as suas políticas se adequam às orientações fornecidas pela literatura.

A ameaça jihadista está presente em todos os países da Europa, contudo alguns Estados têm sofrido mais com o impacto desta violência arbitrária e imprevisível. Não sendo uma novidade para a segurança europeia, os atentados ao Charlie Hebdo e a sucessão de mais ataques ao longo do ano, vieram provar que as políticas europeias de segurança não eram suficientes. Tentar compreender se existe uma mudança de paradigma de atuação é o exercício a que esta tese se propõe, tendo-se optado por reduzir a investigação aos países europeus diretamente mais afetados com o extremismo de inspiração islamita. Delimitando a investigação aos anos de 2015 e 2016, por ter ocorrido um elevado número de ataques na Europa que obrigou os Estados à revisão da legislação de combate ao terrorismo, os países aqui analisados serão a Bélgica, a França e a Alemanha. Quando comparados com os demais EM estes países foram alvo de um grande número de ataques com inspiração jihadista e vários radicais e suspeitos de ligações ao EI e ao extremismo islamita foram perseguidos e detidos nos seus territórios⁷.

Como tivemos a oportunidade de explorar, a estratégia de combate ao extremismo violento e ao terrorismo não é singular e exige uma concentração de esforços que provenham de todas as dimensões que compõem uma sociedade. Assumindo a extensão do problema e a exigência de uma análise aprofundada de todos os elementos para uma verdadeira compreensão do mesmo, procuraremos

⁷ De acordo com o relatório TE-SAT (2016), em 2015 foram detidos na União Europeia 687 suspeitos de terrorismo jihadista ou de inspiração religiosa. Dessas detenções, 377 ocorreram em França, 60 na Bélgica e 21 na Alemanha. No relatório homónimo relativo ao ano de 2016, foram detidos 718 indivíduos, dos quais 429 foram em França, 62 na Bélgica e 25 na Alemanha. À semelhança do ano anterior, a Europa foi vítima de um considerável número de ataques, tendo sido reportados 13 ataques, dos quais 10 foram completados.

contribuir para o estudo deste fenómeno através da ponderação das políticas de atuação que os referidos Estados têm vindo a adotar.

Para isto, e com base na literatura aqui revista, dividimos a nossa análise das diferentes estratégias de combate ao terrorismo com base nos três modelos apresentados por Lindhal (2017) por entendermos que este considera as categorias mais preponderantes no estudo do jihadismo e preenche os propósitos deste trabalho. Na primeira dimensão consideramos as estratégias militares, baseando-nos no modelo de guerra aqui apresentado, onde se inclui o uso da estratégia e força militar. A segunda dimensão inclui estratégias de justiça criminal e segurança, aproximando-se do modelo de justiça criminal e incluindo os serviços de policiamento e informações. Finalmente, a última dimensão que será explorada por nós consiste nas estratégias não violentas, sendo estas as que merecerão uma maior atenção da nossa parte (Lequesne, 2016; Sarma, 2016; Lindahl, 2017; Mucha, 2017). Movidos pelo interesse em saber de que forma os Estados adaptaram a sua atuação após os ataques de que foram alvo, a utilização de medidas não violentas para o combate à violência extrema surge como a questão essencial que serve de premissa a esta pesquisa. Os resultados aqui apresentados provêm de artigos e relatórios de referência devidamente identificados, selecionados pela sua pertinência no tema, baseando-se em relatórios e dissertações pertinentes sobre o tema. Assumindo que a resposta ao terrorismo deve servir-se de uma grande variedade de métodos de combate, procuraremos perceber se os Estados estão efetivamente a aplicar os conhecimentos fornecidos pelos académicos, que defendem também a utilização de estratégias que não façam uso da força.

França

Hellmuth (2015) analisa a resposta francesa aos acontecimentos de 2015, começando por nos relembrar que o combate ao terrorismo na França não é um tema novo na sua legislação. O terrorismo violento tem uma longa história neste país, estando já previstas desde a década de 80 normas que criminalizam e punem atos de terrorismo (Hellmuth, 2015; Sarma, 2016). Estes diplomas passaram por várias reformas ao longo dos anos, conferindo a magistrados e órgãos de segurança poderes de vigilância e controlo, mantendo-se praticamente inalterados até 2001. Após os acontecimentos em Nova Iorque que abalaram a segurança internacional fazendo com que diversos Estados e organizações prontamente reagissem com estratégias de combate ao terrorismo, a França decidiu aumentar o seu poder investigativo e preventivo para combater o terrorismo. Desde aí, os sucessivos governos franceses passaram mais de sete diplomas de regulação da legislação nacional, tendo três dos mesmos sido formulados especificamente para medidas de combate direto ao terrorismo.

Hellmuth (2015) continua explicando que a França está entre os poucos países europeus que não adotaram medidas de radicalização mais leves após os atentados de Madrid e Londres em 2004 e

2005. Conhecida pela sua dureza no combate ao terrorismo, a França continuou a perseguir e prender suspeitos de terrorismo. Não mostrando sinais de movimentação de esforços no sentido de prevenir a radicalização ou possibilitar a reabilitação de extremistas violentos, até há pouco tempo a política de atuação francesa caracterizava-se pela prevenção através do endurecimento das penas e do aumento da vigilância. Continua o autor que só após os acontecimentos dos últimos anos, onde se viu a par com uma violência extrema nas suas ruas ao mesmo tempo que aumentava o número de cidadãos franceses que voavam para se aliar ao EI na Síria, a França foi obrigada a mudar a sua perspetiva no combate ao terrorismo.

No que diz respeito à resposta militar, a França difere consideravelmente de outros países europeus, mostrando uma tendência para conectar o discurso de guerra à luta contra o terrorismo. Após os ataques no seu território a França prontamente declarou estado de emergência, encarregando as forças armadas de proteger locais mais vulneráveis como pontos turísticos ou de grande afluência populacional em território nacional (Lequesne, 2016). Já a sua atuação externa encontra-se na linha da frente no combate ao terrorismo jihadista, utilizando recursos diplomáticos e militares para combater o terrorismo no Médio Oriente e em África (Bertoncini et al., 2017). Como resultado dos ataques em 2015, a França aumenta a sua despesa militar após 25 anos de decréscimo regular, dando assim início a manobras de ataques aéreos ao EI e aumentando a sua capacidade militar para o combater em território sírio ou por ele ocupado (Lequesne, 2016).

Após os atentados ao Charlie Hebdo em janeiro de 2015 e o fatídico ano que aí se principiou para a nação francesa, a estratégia de combate ao terrorismo na França foi alvo de uma necessária revisão. Daí surgiu uma variedade de iniciativas e foram anunciadas novas medidas de segurança, que incluíam o aumento dos fundos para o combate ao terrorismo. A iniciativa francesa de aumento do investimento em medidas de combate ao terrorismo levou à criação de novos postos de trabalho, aumentando o número de elementos ativos nos órgãos que compõem as forças de segurança ao mesmo tempo que lhes foram atribuídas melhores capacidades de atuação (Hellmuth, 2015; Sarma, 2016). Do mesmo modo foram criadas novas medidas de vigilância e controlo, quer para fins de prevenção da radicalização quer para a sua identificação e monitorização em estabelecimentos prisionais ou em operações de grande escala, assim como se criou uma nova base de dados para terroristas condenados, reformando também a legislação relativa aos Serviços de Informações Franceses. Adicionalmente, a estas medidas juntaram-se outras de reforço do controlo fronteiriço e de restrições na atribuição de passaportes àqueles que quisessem entrar em França, principalmente se provierem de um país fora do espaço Schengen (Hellmuth, 2015; Lequesne, 2016; Sarma, 2016; Mucha, 2017)

Ciente de que a sua resposta deveria agora abranger outras estratégias que anteriormente não estavam na sua agenda política, o Governo Francês adotou outras medidas menos coercivas e que visassem opções não violentas para travar o terrorismo. Percebendo que os estabelecimentos

prisões são um ótimo local para propagar a ideologia extremista e assim recrutar novos membros, a França adotou duas iniciativas a ser aplicadas nas prisões onde existem detidos por terrorismo ou extremismo violento. A primeira consiste no isolamento dos mesmos, enquanto a segunda procura aumentar e melhorar o número de imãs e líderes religiosos nas prisões (Hellmuth, 2015; Mucha, 2017). A primeira iniciativa procura controlar e combater de forma mais eficaz a radicalização entre a população reclusa, isolando aqueles que estão radicalizados dos restantes. Hellmuth (2015) explica-nos que esta preocupação com a radicalização nas prisões não é nova, recordando o caso em que o autor dos ataques ao metro de Paris em 1995 era um assaltante que se radicalizou na prisão, adicionando que foi também na prisão que muitos dos participantes nos vários ataques que ocorreram os últimos anos na Europa se conheceram.

Defendendo a coexistência das duas abordagens, o supracitado autor defende que a atuação junto das comunidades prisionais é uma estratégia importante no combate à radicalização e que uma figura ou líder religioso são elementos essenciais na conversão destes indivíduos. A prevenção do extremismo pode ser alcançada através da criação de uma contra narrativa à ideologia radical, que deverá ser passada por líderes religiosos muçulmanos, por terem um maior entendimento do Islão, com o propósito de clarificar os seus objetivos e a visão que esta religião realmente professa (Sarma, 2016). O aumento do número de imãs, assim como da sua capacidade de prestar apoio aos reclusos, mostra-se como necessário se queremos aumentar o questionamento e esclarecimento de termos religiosos erradamente associados à violência. A França pretende aumentar o seu número de imãs em 60%, através da melhoria do recrutamento e da formação de líderes religiosos, que devem ser qualificados, moderados, participativos no debate político e capazes de acompanhar o novo paradigma tecnológico e social. Contudo para esta estratégia resultar é preciso regulamentar o trabalho destes líderes religiosos, dando-lhes as condições necessárias para prestarem o seu serviço junto dos indivíduos em estabelecimentos prisionais (Hellmuth, 2015).

Uma estratégia que vise a prevenção do extremismo violento é um desafio novo para o Governo Francês, que até 2015 apenas olhava para o terrorismo numa perspetiva securitária e de justiça criminal. Na sequência desta nova visão do terrorismo e da radicalização, enquanto processo que deve ser revertido, a França implementou programas de desradicalização em prisões, assim como criou centros com o mesmo propósito. Contudo, Mucha (2017) constata que estes centros não estão a funcionar como deveriam e que alguns dos mesmos falharam na sua eficiência.

Finalmente, a França lançou ainda um programa em finais de janeiro de 2015 com o intuito de combater a ameaça do crescimento do extremismo islâmico na sociedade francesa. O programa consiste numa plataforma online e, apelidado de “Stop-Djihadisme”, procura dar aos cidadãos as ferramentas necessárias para identificar e prevenir a radicalização, assim como se dedica ao

esclarecimento de dúvidas e ao suporte e aconselhamento individual e personalizado (Counter Extremism Project, 2017a).

Alemanha

Um pouco à semelhança do que acontece em alguns países europeus, a ameaça do terrorismo e do extremismo violento não é novidade para a Alemanha. Devido ao seu passado, a Alemanha tem vindo ao longo dos anos a adotar estratégias de combate ao extremismo violento, sobretudo aquele inspirado em ideologias políticas das alas de extrema direita ou de extrema esquerda (Butt e Tuck, 2014). A primeira unidade policial antiterrorista alemã foi criada em 1972, após o ataque aos Jogos Olímpicos no mesmo ano em Munique (Counter Extremism Project, 2017b).

Após os ataques a Nova Iorque em 2001, a Alemanha reagiu levantando a proteção contra a vigilância e investigação de grupos religiosos ou de cariz social, tornou possível a intimação e detenção de indivíduos com suspeita de ligação a grupos terroristas no exterior e reforçou o controlo aéreo e fronteiriço, aumentando o orçamento disponibilizado para medidas de contra terrorismo (Counter Extremism Project, 2017b). Apesar de já estar dotada de alguns elementos de combate ao terrorismo e ao extremismo violento as mesmas mostraram-se insuficientes perante a nova ameaça que o terrorismo de inspiração islamita trouxe, obrigando este Estado a reforçar e tomar novas medidas (Butt e Tuck, 2014).

Sendo outro país europeu que está frequentemente sobre ameaça terrorista, a Alemanha considera o extremismo violento como o maior desafio que as suas forças de segurança têm de enfrentar, condenando todos os atos relacionados com o terrorismo jihadista. A ameaça que este fenómeno representa e que se materializou novamente em França em 2015, levou a que a República Federal Alemã se visse compelida a reforçar a sua legislação de combate ao terrorismo (Sarma, 2016). No seguimento destes atentados, a estratégia internacional adotada pela Alemanha consistiu no apoio militar no combate ao EI na Síria e no território por ele ocupado, aumentando a sua capacidade humana e de armamento militar (Sarma, 2016; Mucha, 2017; Counter Extremism Project, 2017b)

Como consequência imediata dos ataques em novembro de 2015 em Paris, a Alemanha decidiu aumentar a sua capacidade de resposta na eventualidade de um ataque no seu território, criando uma unidade especial para esse efeito. Composta por agentes da segurança estaduais e federais, esta unidade especial de polícia é responsável diariamente por garantir a segurança da Alemanha, estando devidamente preparada para agir em caso de ataque ou suspeita de atos terroristas (Sarma, 2016; Counter Extremism Project, 2017b). Procurando incrementar a segurança interna, os esforços das autoridades alemãs traduziram-se também no reforço da legislação de combate ao terrorismo, delineando um plano de resposta e prevenção de novos ataques. Estas medidas incluem a introdução

de nova legislação que criminaliza o ato ou a intenção de viajar para outro país com o propósito de se aliar a uma organização terrorista, a criação de um cartão de identidade nacional e foram colocadas restrições à obtenção de passaporte por indivíduos que já tenham pertencido a grupos terroristas (Sarma, 2016; Counter Extremism Report, 2017b). Em conjunto, o governo alemão reforçou e introduziu novas medidas legislativas que vieram não só aumentar a possibilidade de vigilância e controlo das autoridades policiais como combater a retórica jihadista e o recrutamento (Sarma, 2016; Counter Extremism Project, 2017b; Mucha, 2017)

Em setembro de 2014, o Governo Alemão já havia movido esforços no sentido de combater a propaganda jihadista, proibindo a partilha de conteúdo extremista e de apoio ao EI quer em público quer nos meios de comunicação social. Visando o mesmo objetivo, um ano depois as autoridades alemãs criaram uma equipa especializada para combater a propaganda e a radicalização online, composta por agências governamentais, companhias de TI, empresários e ativistas. Dois meses mais tarde, o Governo Alemão, em conjunto com as plataformas digitais Google, Facebook e Twitter lançaram um comunicado afirmando que iriam trabalhar em conjunto para facilitar a denúncia online de conteúdo extremista (Counter Extremism Project, 2017b). Aliada a esta iniciativa a Alemanha aumentou a capacidade das suas forças de segurança no controlo e vigilância de indivíduos suspeitos de ligações terroristas, concentrando muito da sua estratégia na criação de bases de dados e recorrendo a circuitos de vigilância eletrónica (Sarma, 2016; Mucha, 2017).

A política de combate ao terrorismo alemã prossegue, segundo Butt e Tuck (2014), com cinco objetivos essenciais: (1) destruir as estruturas ou organizações terroristas, através do aumento dos meios de busca e de investigação; (2) combater as causas do terrorismo e do extremismo, invertendo o processo de radicalização; (3) proteger a população e reduzir a vulnerabilidade da Alemanha a possíveis ataques; (4) gerir e lidar da melhor forma com as consequências de um bem sucedido ataque terrorista; (5) recorrer à cooperação internacional sempre que possível. Ainda que isto não se traduza num plano específico de combate ao extremismo violento, explicam os autores que é muita a atenção dada pela Alemanha ao segundo objetivo, que se foca nas causas do terrorismo. De acordo com os mesmos, este baseia-se numa abordagem multidimensional, que inclui várias estratégias de atuação, como a educação cívica e democrática, a promoção do diálogo inter-religioso e cultural e a coesão social e comunitária. Conjuntamente, aplicam-se estratégias de combate à propaganda jihadista, tentando contrariá-la ao mesmo tempo que se apresentam outras alternativas legítimas.

Laborando em conjunto com as iniciativas anteriormente referidas, com o propósito de inverter o processo de radicalização e erradicar o extremismo violento, existem alguns programas de desradicalização na Alemanha que merecem uma breve referência. Apesar de criados inicialmente para combater o extremismo de esquerda ou de direita, estes programas são agora adaptados ao extremismo islamita. O programa “EXIT” fornece estruturas de suporte que permitam aos indivíduos

abandonar movimentos extremistas através da progressiva desvinculação. Um outro programa, conhecido como “VPN” (*Violence Prevention Network*), funciona junto de reclusos e procura ajudá-los a rejeitarem o seu passado, afastando-se do extremismo violento ao mesmo tempo que procuram recomeçar uma nova vida (Butt e Tuck, 2014). Finalmente, uma outra iniciativa apresentada pelo Governo Alemão consiste na linha de apoio e aconselhamento chamada “Hayat”, que procura dar suporte a familiares e conhecidos de potenciais indivíduos radicalizados, encaminhando-os para as autoridades indicadas, como imãs, professores ou as forças de segurança (Mucha, 2017).

Bélgica

A exigência de um quadro estratégico de combate ao terrorismo surgiu na Bélgica nas décadas de 70 e 80, contudo só em 2003 é que este país se muniu de legislação para o combate efetivo a essa ameaça (Sarma, 2016). Em dezembro de 2003 a Bélgica promulgou o Ato de Ofensas Terroristas, que continha as diretrizes da Decisão-Quadro de junho de 2002, onde se inclui a definição de ato terrorista e de organização terrorista. Sob a alçada deste Ato, o Governo Belga passou a ter a possibilidade de, em casos de suspeita de terrorismo, utilizar escutas telefônicas, realizar investigações proativas, utilizar medidas de observação e infiltração nas residências particulares para efeitos de investigação, levar a cabo interrogatórios a testemunhas sob anonimato, dirigir operações secretas de vigilância e criou ainda medidas de proteção especial a testemunhas que possam estar em perigo (Counter Extremism Project, 2017c).

Dez anos mais tarde, em fevereiro de 2013, o Governo Belga adicionou três novos crimes relacionados com atos terroristas ao seu CP. A instigação pública para a prática de um ataque terrorista, o recrutamento para servir organizações terroristas e o treino em grupos terroristas foram criminalizados. De resto, a tendência belga de combate ao terrorismo passava por medidas menos agressivas, tendo sugerido que a UE inclísse na sua estratégia de prevenção do terrorismo o foco nas causas do mesmo. Afastando-se de medidas menos coercivas e de imposição da lei, a estratégia belga assumia que se deviam centrar nas causas do terrorismo, procurando combater a ameaça sem a estigmatização da comunidade muçulmana (Counter Extremism Project, 2017c).

Contudo, os acontecimentos de 2015 em Paris foram uma chamada de atenção para as autoridades belgas reforçarem a sua política de combate ao terrorismo, ainda que a ameaça já fosse conhecida do país desde os anos 80 (Sarma, 2016; Counter Extremism Project, 2017c). Em 2015 a Bélgica anunciou que iria conduzir esforços no sentido de identificar e deter suspeitos de ligações terroristas, reforçando a sua legislação e as normas de entrada e saída do país. Proibiu a travessia de indivíduos que se pretendam juntar a organizações terroristas ou obter treino das mesmas noutros países assim como retirou a cidadania belga a indivíduos com dupla cidadania condenados por terrorismo. Estas

foram algumas das consequências das 12 medidas apresentadas pelo Governo Belga em janeiro de 2015, como resposta aos ataques em Paris e no seguimento de uma operação montada em conjunto com a França para dismantelar uma célula terrorista que estava prestes a praticar um ataque em território belga. Mais tarde nesse ano, agora em consequência dos ataques em novembro a Paris, a Bélgica promulgou uma série de 18 novas medidas para combater o terrorismo, fazendo um total de 30 medidas propostas pelo Governo Belga (Renard et al., 2016)⁸. Estas medidas foram lançadas em tempo recorde, com um e seis dias de diferença, respetivamente, entre os ataques em França e os blocos de medidas, o que demonstra a necessidade de ação imediata imposta pela opinião pública e pelos meios de comunicação. Em inícios de 2017, a Bélgica promulgou uma nova lei que autoriza o Governo a deportar residentes legais que sejam suspeitos de participar em atividades terroristas (Counter Extremism Project, 2017c).

⁸ As primeiras 12 medidas foram apresentadas pela Bélgica em janeiro de 2015 e as outras 18 em novembro de 2015 e são as seguintes:

1. Inclusão no CP de novas ofensas terroristas, relativas a deslocações para outros países com propósitos terroristas;
 2. Extensão da lista de ofensas que podem ser submetidas a métodos específicos de investigação;
 3. Mais opções para a revogação da cidadania belga;
 4. Retirada temporária do cartão de identidade ou recusa da emissão ou retenção de passaportes;
 5. Reforma estrutural dos serviços de inteligência e vigilância, criando um Conselho Nacional de Segurança;
 6. Ativação do mecanismo legal para identificar pessoas envolvidas no financiamento do terrorismo e cujo património será congelado em tais casos;
 7. Revisão da circular de 25 de setembro de 2014 sobre os “Combatentes Estrangeiros”;
 8. Otimização da troca de informações entre as autoridades administrativas e os serviços judiciais;
 9. Revisão do plano de 2005 contra a radicalização;
 10. Combate à radicalização nas prisões;
 11. Utilização do exército belga para a monitorização de missões específicas;
 12. Reforçar a capacidade dos Serviços de Segurança do Estado e transferir a proteção de membros importantes para a polícia federal;
 13. 400 milhões de euros aplicados na segurança e no combate ao terrorismo;
 14. Reforço do controlo policial fronteiriço;
 15. Mobilização de 520 militares para o reforço da segurança;
 16. Métodos de investigação especiais: novas tecnologias para os serviços de inteligência (reconhecimento de voz e expansão da utilização de escutas telefónicas, com as necessárias atualizações ao CP e CPP Belga);
 17. Prisão preventiva em casos de terrorismo estendida até às 72 horas em vez de 24 horas (necessária revisão da Constituição);
 18. Buscas domiciliárias possíveis durante 24 horas em caso de suspeitas de terrorismo, acabando assim com a proibição de realização de buscas em as 21h e as 5h;
 19. Privação da liberdade para combatentes estrangeiros e seu encarceramento assim que retornem à Bélgica;
 20. Pulseira eletrónica para aqueles que são considerados como uma ameaça terrorista pelas autoridades belgas;
 21. Registo do Nome de Passageiro Belga;
 22. Triagem dos líderes religiosos que pregam o discurso do ódio, colocando-os em prisão domiciliária, detendo-os ou deportando-os;
 23. Desmantelamento de locais de oração que propaguem o jihadismo;
 24. Fim da anonimidade nos cartões pré-pagos;
 25. “Plano Molenbeek”: prevenção e repressão (renomeado “Plano Canal”);
 26. Reforço da triagem antes do acesso a empregos sensíveis;
 27. Extensão da rede de reconhecimento de matrículas automóveis;
 28. Encerramento de *websites* que instiguem ao ódio e à violência;
 29. Avaliação da legislação existente para a adaptar ao estado de emergência, introduzindo a possibilidade de medidas excecionais que garantam a segurança pública;
 30. Participação na luta internacional ao EI encetando ataques aéreos e oferecendo apoio militar aos aliados.
- (Renard et al., 2016).

Como medidas de segurança internacional, a Bélgica fortaleceu o seu combate ao terrorismo, reforçando o seu contributo com recursos humanos e materiais para várias operações da ONU, UE ou outras coligações e participando na luta internacional contra o EI sob as direções da UE e tem soldados destacados tanto no Mali como na República do Congo (Counter Extremism Project, 2017c).

Renard et al. (2016) fazem uma análise crítica sobre as medidas que o Governo Belga quer impor, referindo que ainda existem muitas que aguardam a sua concretização. A revisão do CP e do CPP Belga é uma destas medidas e visa a introdução da possibilidade de dotar os serviços de informação de meios e equipamentos de vigilância mais avançados e aplicados a um maior número de pessoas. Uma outra iniciativa foca-se nos cidadãos belgas que viajaram para se aliarem a uma organização terrorista e querem agora voltar. Nestes casos, o Governo Belga exige a detenção dos mesmos no seu regresso e a vigilância eletrónica para aqueles que possam ser considerados como uma ameaça à segurança nacional por suspeita de ligações terroristas, mesmo não tendo viajado para outro país.

Um outro aspeto crucial apontado por Renard et al. (2016) na estratégia de combate ao terrorismo belga é a recolha e partilha de informações. De tal modo, após os atentados de 2015, a Bélgica encetou esforços na melhoria da comunicação entre os diferentes órgãos e serviços de segurança tornando-se um dos objetivos primordiais da sua atuação. Para o alcançar, reafirmaram-se as funções dos serviços de segurança e criou-se uma base de dados que visa controlar as viagens que determinados indivíduos fazem, de modo a identificar possíveis ameaças com base no trajeto que fizeram e noutras informações recolhidas. Estas estratégias incluem também medidas relacionadas com a criação de novas infraestruturas que se ocupem de combater esta ameaça. Deste modo, foi criado o Conselho de Segurança Nacional, presidido pelo Primeiro-Ministro Belga e que tem como missão definir as prioridades dos Serviços de Segurança e Informações Belga. Este Conselho é ainda responsável por coordenar a luta contra o financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição maciça.

Os citados autores identificam a segurança como uma das dimensões a que estas medidas estão diretamente ligadas, ilustrando com o uso das forças militares para proteger locais públicos mais vulneráveis. Aliado a este plano surge um outro que se foca em determinadas áreas mais propensas à radicalização dos seus cidadãos, procurando monitorar as atividades que aí ocorrem. O Governo Belga procura também erradicar o discurso do ódio, através da perseguição, detenção e deportação de imãs ou outras figuras de liderança que incitem à violência, assim como desmantelar locais onde tal incitamento possa ocorrer, como mesquitas ou locais de oração onde se pregue a violência. A mesma abordagem de controlo e erradicação a Bélgica pretende ver aplicada no mundo virtual, fechando sites de propaganda jihadista e impedindo a transferência de fundos para o financiamento terrorista (Renard et al., 2016).

Relativamente às medidas que visam a prevenção e a desradicalização, a Bélgica iniciou em 2013 uma série de programas de prevenção da radicalização, cujo sucesso é incerto, como resposta ao crescente número de indivíduos que saíam do país para se aliarem e combaterem pelo EI (Counter Extremism Project, 2017c). O “Plano Canal” foi um dos programas lançados após os ataques de 2015 e, implementado em conjunto com o “Plano de Ação Nacional Contra a Radicalização” criado em 2005, visa reforçar a cooperação entre as autoridades federais e as estatais. Criado pelo Ministro dos Assuntos Internos Belga, o “Plano Canal” identifica oito municípios em Bruxelas como os mais vulneráveis à radicalização, monitorizando os seus imãs e mesquitas e tentando combater a economia ilegal. Estes planos vão de acordo com a política de exclusão de líderes religiosos que propaguem o discurso do ódio e da violência, através da encarceração, detenção domiciliária ou deportação, assim como o encerramento de qualquer local de oração onde o discurso extremista seja apregoado. Esta foi a mesma abordagem aplicada à propaganda online, procurando censurar o discurso de ódio através do encerramento de sites extremistas, ao mesmo tempo que se procura evitar o financiamento do terrorismo.

Finalmente, também a questão da radicalização nos estabelecimentos prisionais é tida em conta pelo governo belga e como tal as autoridades criaram secções específicas para alojar indivíduos radicalizados com o intuito de afastar as suas ideias dos restantes. Aliado a esta iniciativa, os funcionários prisionais estão também a receber formação de modo a serem capazes de identificar indivíduos em risco de radicalização e de lidarem com aqueles que foram condenados por terrorismo (Renard et al., 2016).

IX. Análise Comparativa

Acompanhando os desafios que o terrorismo jihadista implica e a imprevisibilidade da sua ocorrência, depressa os países acima apresentados encetaram esforços para travar e diminuir a ameaça que esta realidade representa. A França prontamente declarou o estado de emergência, a Alemanha criou uma unidade especial de terrorismo e a Bélgica lançou 30 medidas de combate ao fenómeno em tempo recorde, focando-se, à semelhança dos países anteriores, em medidas de reação e de reforço da vigilância.

Esta rapidez na resposta, na apresentação de soluções para o terrorismo, resulta daquilo a que os autores chamam de populismo penal (Renard et al., 2016). Pela mediatização dos ataques terroristas nos meios de comunicação e pelo escrutínio feito à atuação das autoridades, uma resposta imediata que se adequa às exigências de uma sociedade que se quer segura e livre de medo é preponderante. O papel que os media representam neste processo de decisão é determinante pois os órgãos de comunicação social tendem a colocar o crime no topo das notícias, principalmente em casos de

terrorismo, onde o acontecimento é constantemente mediatizado e perscrutado até ao mais ínfimo pormenor. Ora, este mediatismo penal, cada vez mais comum nas sociedades ocidentais pós-modernas, exige respostas céleres que garantam, ou pelo menos aumentem, o sentimento de segurança numa população ainda mais aterrorizada pela constante mediatização do fenómeno (Renard et al., 2016). Consequentemente, a resposta a esta ansiedade pública traduzir-se-á na aplicação de medidas repressivas ou de endurecimento da lei por apresentarem resultados imediatos, sendo desta forma percecionadas como as mais adequadas. A reação dos países aqui analisados pode ser vista à luz desta ideia de que as respostas para o terrorismo devem obter resultados imediatos. Através do endurecimento da legislação, do reforço da vigilância e na aplicação de medidas coercivas, existe uma sensação de que o Estado está a atuar para proteger os seus cidadãos, dando uma impressão momentânea de segurança.

Estratégias Militares

A França, a par de outros países, entende que uma das formas de combater o terrorismo é através do uso da força militar, atuando junto da coligação americana para derrotar o EI no Iraque e na Síria. Lequesne (2016) argumenta que esta atitude se reflete num paradoxo, ao utilizar a força militar para combater o terrorismo. Defende o autor que a França não estará segura enquanto o EI não for totalmente destruído, porém entende que os ataques aéreos não serão suficientes para travar a ameaça. De todo o modo, o autor salienta que este parecer se intensificou na sociedade francesa, sendo esta bastante recetiva à ideia de que os meios militares são os mais indicados para combater o terrorismo. O modelo de segurança francês aproxima-se assim mais da estratégia americana de “guerra ao terror” do que da estratégia europeia de promoção da segurança, dos interesses nacionais e dos valores democráticos (Lequesne, 2016). Por seu turno, a Bélgica e a Alemanha, de longe menos afetados pelos atos de terror que a França, mantiveram e reforçaram o apoio militar à coligação que combate o EI, mantendo-se fiéis como aliados presentes na luta contra o terrorismo.

A posição dos três países face à estratégia militar de combate ao terrorismo é relativamente semelhante, pois todos entendem que este também deve ser um meio utilizado para derrubar a ameaça. Com a França a destacar-se pela sua iniciativa em encetar ações militares contra o EI, o apoio da Bélgica e da Alemanha a tal abordagem é evidente.

Estratégias de Justiça Criminal e Segurança

Para além da resposta militar, a França decretou o estado de emergência logo após os atentados em janeiro de 2015, tendo durado até novembro de 2017. Apesar de ter terminado, o Governo de Macron promulgou legislação que permite que determinados poderes investigativos e de controlo

continuem a ser usados, mantendo-se algumas das prerrogativas de um estado de emergência. Sob um estado de emergência, o direito à liberdade é posto em causa em detrimento da segurança, sendo cada vez mais restringido em prol da aplicação de medidas mais coercivas e intrusivas nos direitos dos cidadãos franceses. A AI e o ODH têm estado atentos às consequências que a resposta francesa ao terrorismo tem provocado no respeito pelos direitos dos seus cidadãos, reagindo com duras críticas à atuação do Governo Francês. Estas organizações acusam a França de repressão e discriminação das populações dos bairros mais marginalizados de Paris, o que tem repercussões negativas na medida em que poderá servir de estímulo para o aumento da radicalização (Amnistia Internacional, 2016; Observatório dos Direitos Humanos, 2016; Mucha, 2017).

Como resposta aos ataques em 2015 e 2016 a Bélgica e a Alemanha encetaram esforços para reforçar a sua vigilância e controlo ao mesmo tempo que melhoravam a sua capacidade de resposta em caso de serem alvo de outro ataque terrorista. A resposta de Berlim aos ataques terroristas consistiu essencialmente no aumento da vigilância, defendendo o aumento das câmaras de vigilância e da criação de bases de dados para suspeitos de terrorismo (Mucha, 2017). A Bélgica, seguindo a mesma abordagem, aumentou também a sua capacidade de controlo e vigilância assim como o seu poder investigativo. A maior parte das medidas apresentadas pelo Governo Belga ainda não estão em funcionamento, aguardando revisão legislativa ou criação dos organismos para a sua aplicação. Estas são na sua maioria coercivas e repressivas, aumentando o número de comportamentos criminalizados, e a possibilidade de recolha e armazenamento de mais informação relativa a organizações terroristas e a indivíduos que nelas participem (Renard et al., 2016).

A abordagem belga é considerada por Renard et al. (2016) como um duplo paradigma que se serve de uma perspetiva racional de combate ao terrorismo e de gestão do risco. O primeiro paradigma defende que as escolhas e comportamentos humanos são o resultado do balanço entre os custos e os benefícios de tal ato, ponderando o que se poderá ganhar ou perder com o mesmo. Esta perspetiva defende que os indivíduos irão alterar o comportamento se as consequências para o mesmo forem mais pesadas. Contudo, o autor relembra que esta situação quando aplicada a indivíduos radicalizados nem sempre faz sentido. Isto porque muitos dos indivíduos radicalizados não receiam a morte, pois nela encontrarão a salvação ou a recompensa, pelo que a medição do custo-benefício para estes será feita de uma maneira diferente. Porém, estas medidas são necessárias numa perspetiva de prevenção geral do crime e de dissuasão de envolvimento em atos terroristas. Quanto ao segundo paradigma de atuação belga, Renard et al. (2016) explicam que a gestão de risco se relaciona com o facto de um ato terrorista isolado ou perpetrado por um único atacante pode atingir um significativo número de vítimas diretas e indiretas. Por isto, os autores recomendam que a atuação belga se deve pautar por uma redução do risco a curto, médio e longo prazo, pelo que medidas como a detenção ou a busca domiciliária se adequam a esta perspetiva. Ao deter indivíduos extremistas as hipóteses de evitar um

ataque terrorista aumentam, contudo, os autores alertam para a necessidade de se analisar as taxas de reincidência destes indivíduos quando são libertados bem como o possível aumento da radicalização nos estabelecimentos prisionais.

A diferença entre o número de ataques nos diferentes países é difícil de explicar. Podendo basear-nos apenas em especulações, encontramos na literatura várias razões um pouco contraditórias para explicar esta variância. Porém, apesar desta diversidade nas explicações, a crença da maioria dos EM continua a ser que a utilização de meios tecnológicos e de vigilância é o método mais eficaz para combater o terrorismo. A aposta nos meios de vigilância e de criação de bases de dados de suspeitos de ligações terroristas encontra apoio um pouco por toda a Europa, todavia a eficácia deste tipo de medidas suscita algumas dúvidas (Mucha, 2016; Renard et al., 2016; Lindhal, 2017).

Como Mucha (2017) demonstra, entre 2014 e 2016 ocorreram 8 ataques terroristas com vítimas mortais na UE, nos quais estiveram envolvidos 20 indivíduos. Destes 20, 19 eram conhecidos da polícia, 15 estavam na lista de terroristas procurados em pelo menos um Estado, 15 estavam sinalizados como possíveis principiadores de atos de violência, sendo o mesmo o número de indivíduos que tinham conhecidas ligações com organizações terroristas. 13 haviam viajado para se aliarem ao EI e oito eram há anos procurados por mandato oficial. Percebemos aqui a inutilidades destes meios de vigilância e classificação. Apesar das informações detidas pelos serviços de segurança os ataques não puderam ser evitados, não existindo garantias de que mais informação pudesse trazer melhor resultados. A questão da efetividade das medidas de segurança nacional levanta assim muitas questões, principalmente quando comparamos os recursos despendidos nas mesmas e os direitos que com elas foram diminuídos, com o número de detenções e ataques prevenidos. A este propósito a França tem sido duramente criticada nas suas políticas de combate ao terrorismo, principalmente após os ataques em Paris em que se descobriu que as autoridades francesas tinham informação sobre os atacantes, um deles já identificado como uma ameaça pelas mesmas. Um dos outros atacantes, primo do primeiro, também já havia sido identificado pelas autoridades e encontrava-se sob investigação num crime de tráfico de estupefacientes. Contudo a vigilância das atividades destes suspeitos não foi mantida, tendo as autoridades admitido após os ataques em janeiro, que uma maior colaboração da recolha, processamento e troca de informação entre os diversos serviços era uma exigência para a prevenção destes ataques (Sarma, 2016).

Os diferentes sistemas legislativos têm vindo a reconhecer a necessidade de dotar as forças de segurança e os serviços de vigilância e informações de melhores recursos para combater esta ameaça que exige uma atuação multifacetada. Segundo Sarma (2016), os mecanismos institucionais têm agido nesse sentido, porém relembra que a existência deste tipo de medidas não chega, exigindo-se uma efetiva colaboração entre as várias instituições que garantem a segurança e proteção do Estado, agilizando e melhorando a troca de informações. O autor refere ainda a necessidade de vigilância de

mesquitas onde se preguem discursos extremistas e de violência, prevenindo a propaganda extremista religiosa. Esta meta, defende o autor, pode ser alcançada através da criação de uma contra narrativa que deve fazer parte do discurso de líderes religiosos que inspirem confiança e tenham legitimidade. Entende o autor que estes terão mais chance de serem ouvidos pelos jovens, conectando-se com os mesmos mais facilmente por pertencerem à sua comunidade e perceberem as suas frustrações e dilemas enquanto muçulmanos.

O maior problema que Mucha (2017) identifica nas políticas de combate ao terrorismo reside na interpretação discriminatória que as autoridades fazem do dever que têm. Explica-nos o autor que em França todas as medidas de combate ao terrorismo colocam como alvo principal a comunidade muçulmana e os pequenos negócios dirigidos pela mesma. Esta crítica à discriminação surgiu não só por parte das comunidades afetadas, mas também veio da parte de organizações que zelam pela proteção e cumprimento dos direitos humanos. É preciso entender que quando alienamos estas comunidades e enfraquecemos os laços existentes com as autoridades a confiança é reduzida e consequentemente o número de denúncias de suspeita de ligações extremistas segue o mesmo caminho. Ao mesmo tempo, a distância existente entre a comunidade muçulmana e as outras comunidades aumenta, levando a um maior sentimento de ostracização. Esta polarização, argumenta Mucha (2017) resulta num afastamento dos jovens muçulmanos do Estado Francês, ao mesmo tempo que legitima o crescimento da islamofobia e consequentemente da radicalização daqueles que são afetados por estas consequências.

No caso da Alemanha o autor explica-nos que esta polarização não é tão visível se atendermos a que o número de ataques foi consideravelmente menor e nenhum estado de emergência foi decretado como resposta. No entanto, Mucha (2017) diz-nos que existem duas questões em que o modelo alemão se assemelha ao modelo francês. Primeiro, após os ataques em Colónia na passagem de ano (que resultaram numa violação em massa), as autoridades policiais alemãs foram acusadas de estabelecer perfis discriminatórios, perseguindo essencialmente homens norte-africanos. Segundo, após os ataques em Berlim, o Governo alemão procurou introduzir medidas mais duras para combater a tendência islamita na Alemanha, fechando mesquitas e locais de oração muçulmanos indiscriminadamente. No caso da Alemanha, porém, não foram apontadas críticas à semelhança do que aconteceu em França, tendo a própria oposição apoiado estas medidas na sua generalidade. Esta discriminação com base na raça ou etnia pode levar àquilo que o autor refere como círculo vicioso da radicalização por estigmatização. Mucha (2017) defende assim que as medidas aplicadas pelos Governos Francês e Alemão são semelhantes em dois pontos. Em primeiro lugar, explica, tanto as autoridades alemãs como francesas reagem de uma forma unilateral e linear à ameaça terrorista. Em segundo, sustenta que os decisores políticos de ambos os países descurem o facto de que as próprias estratégias que combatem o terrorismo possam servir de impulsionador da radicalização.

A mesma questão da vigilância e monitorização de indivíduos se coloca à Bélgica, onde surgem preocupações relacionadas com a proteção da privacidade e da liberdade, ao mesmo tempo que se questiona a segurança das bases de dados que vão sendo criadas. Por um lado, adverte-se para a possibilidade de estas bases de dados serem acedidas por terceiros, o que poderá ter graves consequências para a segurança dos cidadãos. Por outro alertam que, tal como a sociedade civil sabe da existência destas bases de dados também o saberão os terroristas, encontrando formas de as contornar (Renard et al., 2016). Segundo Sarma (2016), discussões entre especialistas sugerem que a Bélgica necessita de melhorar a interoperabilidade entre as várias bases de dados, incrementando a eficiência dos sistemas de informação e reforçando a cooperação público-privada para combater a propaganda radical e extremista *on-line*. De modo a combater o problema da radicalização nos subúrbios menos desenvolvidos, a implementação de medidas de contra radicalização deve ser acelerada, de modo a aumentar a segurança local. Este problema da não integração das comunidades de imigrantes em pequenos subúrbios da Bélgica pode ser tratado através de maior representação destas comunidades na política local, sugerindo o autor que deve existir uma rede eficiente onde os serviços de segurança e inteligência atuam em conjunto com os funcionários locais, defendendo que este pode ser um poderoso trunfo na eventualidade de um ataque. O autor chama ainda à atenção para a importância da compreensão dos motivos ideológicos, pessoais ou políticos a nível global e local que motivam os indivíduos a conduzir ataques terroristas. Estes devem ser abordados em cooperação com outros países e atores internacionais, construindo uma resposta conjunta para detetar e combater o terrorismo (Sarma, 2016).

Estratégias Não-Violentas

Como pudemos até agora observar, o combate ao terrorismo e à radicalização violenta têm na legislação europeia um lugar de destaque e, não sendo uma novidade para os decisores políticos, a sua proporção e força aumentou após os atentados de 2015. Vimos que a legislação foi reforçada e com ela a vigilância e os instrumentos de investigação e prevenção de ataques, assim como a força militar foi potenciada. Contudo, só após os acontecimentos que iniciaram um ano de terror para a sociedade francesa especialmente, é que se começaram a implementar os primeiros programas no país que visam a desradicalização dos indivíduos presos por terrorismo. Para além do programa “Stop-Djihadisme”, que mais consiste numa plataforma de apoio e aconselhamento, surgiram propostas de centros de combate à radicalização e programas prisionais. Todavia, estes centros ainda não se encontram em pleno funcionamento e os meios para providenciar boas condições de trabalho aos conselheiros religiosos nas prisões ainda não foram alcançados. Pela sua inexperiência no

combate à radicalização e pela sua visão militar em relação ao terrorismo, percebemos que a França ainda tem um longo caminho para percorrer na luta contra a radicalização e o extremismo violento.

Já a experiência da Alemanha a lidar com indivíduos extremistas é maior, o que se entende pela sua história com grupos de extrema direita e esquerda, pelo que programas que visassem a desradicalização eram já uma realidade alemã. Programas já existentes como o “EXIT”, inicialmente criado para combater o extremismo de direita, foram adaptados para combater a nova ideologia extremista, enquanto outros como o “Hayat” surgiram como resposta à ascensão da tendência jihadista. Conduzido por organizações desvinculadas do Estado, o primeiro programa visa aconselhar e orientar aqueles que querem abandonar o extremismo, enquanto o segundo surge como um programa de apoio às famílias e amigos de jihadistas e de combatentes do EI (Mucha, 2017). Segundo Mucha (2017) a estratégia alemã segue um modelo mais descentralizado e diversificado, ao passo que a França se rege por uma política mais centralizada e orientada para a segurança. Por seu turno, a Bélgica lançou o “Plano Canal”, um programa que visa atuar sobre os municípios com maior probabilidade de radicalização, mantendo-os sobre vigilância e monitorização. Todavia, à semelhança do que acontece na Alemanha, muitas das abordagens de combate à desradicalização e ao extremismo violento são levadas a cabo por instituições infra Estaduais, estando a responsabilidade do seu desenvolvimento atribuída aos governos locais (Renard et al., 2016).

A Alemanha tem aplicado as suas medidas de combate ao terrorismo tendo em conta os benefícios advindos da sua política de combate ao extremismo violento. Todavia, as medidas aplicadas na França têm-se revelado infrutíferas (Mucha, 2017). As políticas de combate ao terrorismo têm muito a beneficiar com os programas de combate ao extremismo violento e Mucha (2017) sustenta esta hipótese recorrendo aos argumentos de Koheler (2015 *cit in* Mucha, 2017) para tal. Segundo este autor existem quatro dimensões que podem ser alcançadas quando aplicamos estratégias de desradicalização. Em primeiro lugar, por cada indivíduo desradicalizado ou intercetado durante o processo de radicalização, revertendo-o, o EI vê a sua capacidade humana reduzida. Consequentemente, este enfraquecimento do número de membros ou apoiantes fragiliza também a causa e a sua capacidade de persuasão. Em terceiro lugar, independentemente do sucesso ou do fracasso deste tipo de políticas é possível aprender com os seus resultados, delineando o caminho certo a seguir para combater a ameaça. Finalmente, as medidas de desradicalização permitem obter informações sobre as organizações e a ideologia que suporta este tipo de terrorismo que de outra maneira seria impossível entender.

Considerações Críticas

Ainda que variados nas suas estratégias e seguindo passos diferentes, concordamos com Jacobson (2010) quando defende que os programas de combate à radicalização não devem ser generalistas, obtendo melhores resultados quanto mais adequados e personalizados forem tendo em conta o sujeito onde pretendem intervir. Explica o autor que compreender porque certo indivíduo se radicalizou e focar-se nas suas causas individuais pode ajudar a reverter este processo, defendendo que existe uma relação entre os motivos que fazem o indivíduo aliar-se à causa e os que o levam a afastar-se. O que para uns poderá servir como dissuasor da ideologia ou comportamento radical, a outros poderá servir de gatilho para continuar a sua progressão no processo de radicalização. Vemos este paradoxo presente em todas as medidas que aqui apresentamos, onde verificamos que estas tanto poderão ajudar no combate ao terrorismo e ao extremismo violento, como poderão facilitar a estigmatização das comunidades muçulmanas e abrir assim terreno para a legitimação da radicalização (Fink e El-Said, 2015; Dworkin, 2016; Lequesne, 2016; Mucha, 2017; Renard et al., 2016; Sarma, 2016). O mesmo problema foi apontado à atuação dos mencionados países, verificando-se que muitas das medidas de prevenção criminal aplicadas davam espaço à estigmatização, podendo influenciar a escalada no processo de radicalização.

Medidas de ação judicial ou administrativa como as buscas domiciliárias, detenção, prisão preventiva ou investigação e vigilância têm um considerável impacto negativo na vida dos cidadãos europeus. O direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião, o direito à liberdade de opinião e de expressão, o direito à liberdade e à segurança pessoal e o direito à não discriminação são geralmente os direitos mais afetados com as políticas de combate ao terrorismo. Perante esta realidade, a liberdade e a segurança são duas faces da mesma moeda, dificultando o trabalho aos Estados aquando da implementação de medidas securitárias, que não devem ir contra as liberdades individuais e os direitos humanos reconhecidos. A harmonia entre a liberdade de expressão e a necessidade de garantir a segurança afigura-se como um equilíbrio difícil que os Estados terão de tentar encontrar (Implementation Task Force, 2008). Este tipo de medidas de combate ao terrorismo diminuem os direitos e liberdades dos cidadãos, contribuindo assim para o aumento e a justificação da violência política (Bigo, et al., 2014). O estado de emergência imposto pela França e o reforço da legislação investigativa na Bélgica e Alemanha diminuem os direitos e liberdades dos cidadãos, criando tensão entre os valores democráticos das nações.

Tendo o paradigma securitário europeu sofrido profundas alterações, as medidas que procuram a desvinculação ou a desradicalização através de meios não coercivos são uma estratégia que consideramos fulcral para combater o terrorismo e, por conseguinte, lhe deve ser dada a devida atenção. Estas medidas não repressivas, ou não violentas, também são alvo de críticas e a sua eficácia

é igualmente contestada. Como vimos, este tipo de medidas só começou a ser encarado com efetiva seriedade pelo Estado Francês após os ataques que sofreu em janeiro de 2015 e onde se viu obrigado a admitir que os esforços até aí encetados não eram suficientes. Contudo, países como a Bélgica ou a Alemanha já haviam assumido a importância de implementar estratégias de contra radicalização, que também se revelaram infrutíferas perante os acontecimentos relacionados com o terrorismo no seu território. Assim, também estes países se viram obrigados a reformular as suas estratégias de atuação e a investir em medidas não repressivas e em iniciativas que promovessem a integração e reabilitação dos indivíduos. Estas medidas não repressivas têm como propósito detetar e prevenir a radicalização e funcionam junto das comunidades e em estabelecimentos prisionais. Procurando evitar que os indivíduos se radicalizem e se aliem a organizações terroristas, Bigo, et al. (2014) explicam que estas políticas também são alvo de críticas por parte das organizações de proteção dos Direitos Humanos, de associações muçulmanas ou de outras organizações mais conservadoras. Apontam que, apesar de não contribuírem diretamente para o aumento da violência, este tipo de medidas gera um certo sentimento de desconfiança na população que enfraquece os laços entre o Estado e as comunidades muçulmanas (Bigo, et al., 2014).

As medidas de combate ao terrorismo e à radicalização podem facilmente originar comportamentos discriminatórios, que terão efeitos nocivos para a liberdade e segurança dos cidadãos. Por ser um tipo de terrorismo associado a uma corrente religiosa, a falta de clarificação dos valores do Islão e como eles se distanciam do jihadismo propicia o surgimento de preconceitos e estereótipos e consequentemente a estigmatização da comunidade muçulmana. Certos de que nenhum Estado deve atuar com base em princípios discriminatórios, os membros da UE devem pautar a sua atuação pela promoção dos valores europeus de tolerância, solidariedade, diversidade e respeito mútuo, promovendo a heterogeneidade das suas comunidades. Estes valores deverão servir para sustentar as propostas de atuação da UE, que aconselha a construção de uma forte contra narrativa, capaz de fazer frente à ideologia islamita, ao mesmo tempo que se encetem outros esforços de prevenção da radicalização. Para tal, considera que a educação, a participação ativa dos jovens, o diálogo intercultural e religioso assim como o emprego e a inclusão social, têm um papel chave na promoção destes valores europeus e consequente prevenção da radicalização. A educação inclusiva assim como as atividades que incluam a participação dos jovens, são vistos pela UE como boas medidas a ser tomadas para reforçar aqueles valores europeus, ao mesmo tempo que permite aceder às fragilidades e compreender as desigualdades sentidas pela população, que possam servir de propulsor da radicalização (COM (2015) 185 final).

Jacobson (2010) explica-nos que esta contra narrativa deve mostrar a hipocrisia dos grupos terroristas, expondo os crimes que estes cometem contra muçulmanos e inocentes, assim como a sua participação em outros tipos de crime, revelando desta forma a impureza da sua ideologia. O autor

defende que a mensagem pública deve procurar enfraquecer a mensagem jihadista, retirando legitimidade aos seus líderes e mostrando as inconsistências da sua ideologia e organização. Desafiar a ideologia jihadista apresentando uma interpretação alternativa do Islão poderá ter efeitos permanentes não só na visão do militante, como a desacreditização da ideologia do movimento ajuda a enfraquecer o poder das organizações terroristas (Rabasa et al., 2010; Mucha, 2017). Afirmando que é preciso passar a mensagem de que é possível desvincular-se de uma organização terrorista, Jacobson (2010) sugere que sejam publicitados casos de sucesso, onde os indivíduos abandonaram o movimento sem a necessidade de recorrerem a um confronto. Sugere que devemos encontrar a mensagem mais eficaz e adequada à ideologia que pretendemos contradizer, desafiando-a, explorando as suas fraquezas e mostrando a verdadeira realidade do que é combater pelo EI. Aliada a esta contra narrativa o autor defende que é ainda necessário fortificar as parcerias e os laços com as comunidades, envolvendo as famílias e a vizinhança, através de mecanismos não coercivos de combate ao extremismo violento, sem esquecer o trabalho que deve ser feito nas prisões, procurando reabilitar os terroristas.

As prisões, pelo tipo de população que albergam e pelas condições de vida que implicam (privação de liberdade, isolamento, sobrelotação prisional), são conhecidas escolas de crime e grandes pontos de atração para o recrutamento e radicalização de novos membros. Entende-se, portanto, que a radicalização em estabelecimentos prisionais seja um ponto de grande preocupação para os Estados e que cada vez mais atenção seja dada à forma como se lida com indivíduos detidos por terrorismo. Cientes da necessidade de definir uma estratégia de atuação nos estabelecimentos prisionais, a Alemanha, a Áustria e a França apresentaram uma proposta refletida num guia de boas práticas. Este guia, conforme Bigo et al. (2014), está dividido em quatro áreas principais, que pretendem ajudar no combate à radicalização. O primeiro ponto propõe que os guardas e funcionários prisionais recebam formação adequada para serem capazes de identificar e prevenir a radicalização, estando aqui prevista a necessidade de se desenvolverem indicadores consensuais e mensuráveis para ajudar nesta tarefa.

Em segundo, o guia aborda a questão da colocação dos indivíduos detidos por terrorismo, apresentando duas estratégias de atuação. Por um lado, existem Estados que optaram por colocar todos os indivíduos radicalizados e presos por terrorismo no mesmo estabelecimento prisional, o que facilita o controlo e a deteção precoce da radicalização, prevenindo que indivíduos não radicalizados tenham contato com a ideologia. Por outro lado, alguns Estados têm optado por colocar os seus detidos por terrorismo em prisões onde existem detidos por outro tipo de crimes. Isto, à partida, permite a sua comunicação com os outros reclusos, porém evita que aqueles que partilham a mesma ideologia se concentrem num só local, impedindo que estes comuniquem entre si e se organizem para encetar ações coletivas violentas. Nas duas abordagens o isolamento individual surge sempre como um complemento à atuação nos estabelecimentos prisionais. Os autores explicam que não existe

consenso quanto à estratégia mais adequada, dizendo que é possível encontrar as duas abordagens nos diversos países da EU.

A terceira proposta deste guia consiste no controlo e vigilância da comunicação e atividades destes indivíduos, assim como a monitorização das visitas que recebem. Finalmente, os Estados discutem a questão da prática religiosa nos estabelecimentos prisionais. Aqui, as autoridades identificam a necessidade de preencher a falha de conhecimento religioso existente, chamando líderes religiosos que sejam capazes de promover o diálogo religioso e intercultural, ao mesmo tempo que esclarecem os termos mal empregues pela ideologia jihadista, mostrando a verdadeira visão que o Islão professa (Bigo, et al., 2014).

Bizina e Gray (2014) defendem que a integração social dos jovens, aliado ao combate ideológico através da educação, deve ser alcançado através do envolvimento da comunidade muçulmana. Esta deve ser capaz de educar os seus jovens, formando em simultâneo uma identidade coletiva e que partilhe os mesmos valores. Esta participação da comunidade é fundamental se se pretende alcançar a mente destes jovens (Bizina e Gray, 2014), desempenhando um papel importantíssimo no combate ao extremismo violento, que se mostra mais efetivo quando envolve as organizações institucionais e a comunidade (White e McEnvoy, 2012). Devemos atuar junto das escolas, acompanhando indivíduos em risco e monitorizando-os, oferecendo alternativas ao comportamento violento através de oportunidades legítimas.

A identificação de sinais, por mais pequenos que sejam, que possam indicar que o indivíduo está em processo de radicalização, deve ser feita o mais cedo possível. Deste modo, assim que é detetado este risco, as autoridades podem encaminhar os indivíduos para aqueles atores sociais (família, professores, educadores, imãs, polícia) que se apresentem como mais competentes e capazes de aceder às frustrações e compreender os motivos que levaram o indivíduo a radicalizar-se. São medidas que preveem parcerias com as comunidades e os seus representantes, havendo um investimento em projetos sociais e comunitários, assim como facilita a orientação programada de jovens em risco de radicalização (Bigo, et al., 2014).

Os programas de desradicalização, que devem ser personalizados e adaptados ao sujeito sobre o qual intervêm, devem focar-se nas questões educacionais, religiosas e vocacionais, assim como deve prever atividades que proporcionem a integração social (Stern e Porges, 2010). Convidar antigos extremistas ou ativistas para dar o seu exemplo e influenciar as camadas mais jovens a desviarem-se do caminho radical, apresenta-se como outra abordagem a ter em conta (White e McEnvoy, 2012). Existindo várias propostas de atuação na literatura, Bertram (2015) elenca a identificação das incoerências no discurso religioso, a reintegração comunitária e o apoio socioeconómico para a reconstrução de uma nova vida como as três abordagens mais comuns neste tipo de programas (Stern, e Porges, 2010; Burke, 2013).

X. CONCLUSÃO

Definir a melhor política de atuação contra o terrorismo e o extremismo violento é tarefa impossível se atentarmos a todas as dinâmicas e variáveis que estão presentes neste processo. A singularidade do ser humano reflete-se nesta dificuldade em estabelecer a resposta certa para combater uma ameaça tão complexa como é o terrorismo de inspiração jihadista. A forma como cada indivíduo experiencia o mundo em seu redor e se evolve no processo de radicalização influencia a sua reação a uma tentativa de inversão do processo. Ao longo deste trabalho tivemos a oportunidade de observar que existe uma multiplicidade de fatores que operam no processo de atuação do indivíduo, quer na perspectiva da aproximação quer na perspectiva do afastamento à ideologia islamita. Cientes disto, propusemo-nos a analisar a realidade de três países de forma a compreender se os mesmos aplicavam o conhecimento existente e a relevância da utilização de meios não coercivos para combater a propagação do jihadismo.

Desta análise concluímos que a atuação destes países após os ataques de 2015 e 2016 sofreu severas alterações não só ao nível da legislação e combate repressivo ao terrorismo, como foi dada mais atenção a estratégias não violentas. Assumindo que as abordagens militares e de justiça criminal não foram suficientes para prevenir os ataques terroristas, a preocupação dos Estados passa agora pela utilização de medidas de prevenção da radicalização. Estes países começaram a seguir o exemplo de outros Estados e desenvolveram ou aprimoraram estratégias que envolvem a comunidade e que se focam na reabilitação e reintegração do indivíduo. Verificamos que agora, mais do que combater o terrorismo, a tónica é colocada na prevenção da radicalização.

Ainda com um longo caminho pela frente, onde deverão ser tidas em conta as várias questões que aqui fomos levantando, o paradigma de segurança europeu mostra sinais de mudança. Os países mais afetados nos últimos dois anos introduziram novas medidas que têm agora em conta o processo de desradicalização, assumindo que a reabilitação de jihadistas deve ser um objetivo tão ou mais desejável que a sua neutralização. A intervenção nos estabelecimentos prisionais é essencial, quer para a reversão de sujeitos condenados por ligações terroristas, quer para a prevenção de novos processos de radicalização entre os reclusos.

Aliado às estratégias militares e de justiça criminal, foi possível elencar os programas aplicados por estes Estados que se baseiam em princípios de reabilitação e socialização. Tendo-nos proposto a identificar estas estratégias, foi-nos possível corroborar a importância das mesmas através da sua implementação pelos Estados em apreço. Reforçando-se a necessidade de complementar todas estas estratégias, admitimos que mais tempo deverá decorrer para se aferir a eficácia das medidas agora implementadas e os resultados que estas políticas irão provocar.

O combate ao extremismo violento é um longo e atribulado caminho e o seu fim não está claramente à vista. Os desafios que se colocam para travar esta ameaça são tão numerosos quão complexos e os esforços devem provir de todos os pontos da sociedade. Governos, organizações e comunidades devem fazer um esforço conjunto para educar a sua população, integrar aqueles que se sentem marginalizados e abrir a discussão inter-religiosa, incentivando à diversidade cultural. Os valores europeus de liberdade, diversidade e tolerância podem e devem coexistir com a segurança dos cidadãos, sendo a força motriz de uma Europa que se quer justa e inclusiva.

XI. REFERÊNCIAS

Bibliografia

- Anes, J. M. (2015). Terrorismo Islamista. In J. B. Gouveia, e S. Santos, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (pp. 460-463). Coimbra: Almedina;
- Ashour, O. (2009). *The De-Radicalization of Jihadists* (Taylor e F). New York: Routledge;
- Beck, U., Risk Society: Towards a New Modernity, London, Sage, 1992, 272 p;
- Bigo, D., Laurent, B., Guittet, E.-P., e Ragazzi, F. (2014). Preventing and countering youth radicalisation in the EU;
- Duarte, F. P. (2015). *Jihadismo Global das Palavras aos actos: Al-Qaeda, Estado Islâmico e o Império do Terror*. Barcarena: Marcador;
- Renard, T., André, S., Devroe, E., Duquet, N., Lemeunier, F., Ponsaers, P., e Seron, V. (2016). *Counterterrorism in Belgium: Key Challenges and Policy Options*. Egmont Paper;
- Sageman, Marc, (2008) *Leaderless Jihad: Terror Networks in the Twenty-First Century*, Philadelphia, Pa.: University of Pennsylvania Press.

Monografia

- Bertoncini, Y., Delors, J., Finchelstein, G., Jean, F., Grignard, M., Politik, W., ... Progressive, D. (2017). Terrorist Threats and Refugee Crisis : France and Germany Must Work Together to Rise to the Challenge, (Polis 180), 1–4;
- Bertram, L. (2015). How Could a Terrorist be De-Radicalised? *Journal for Deradicalization*, (5), 120–149;
- Bizina, M., e Gray, D. H. (2014). Radicalization of Youth as a Growing Concern for Counter-Terrorism Policy. *Global Security Studies*, 5(1);
- Borum, R. (2011). Radicalization into Violent Extremism I: A Review of Social Science Theories. *Journal of Strategic Security*, 4(4), 7–36;
- Butt, R., e Tuck, H. (2014). European Counter-Radicalisation and De-radicalisation: A Comparative Evaluation of Approaches in the Netherlands, Sweden, Denmark and Germany, 42;
- Cannata, K. (2014). Jihad in the Global Village : Al-Qaeda ' s Digital Radicalization and Recruitment Campaign;
- Christmann, K. (2012). Preventing religious radicalisation and violent extremism: A systematic review of the research evidence. *Youth Justice Board*, 1–77;
- Counter-Terrorism Implementation Task Force. (2008). First Report of the Working Group on Radicalisation and Extremism that Lead to Terrorism : Inventory of State Programmes, 1–22;
- Dalgaard-Nielsen, A. (2010). Violent Radicalization in Europe: What We Know and What We Do

Not Know. *Studies in Conflict e Terrorism*, 33(9), 797–814;

Della Porta, D. (2009). Transnational Social Movements: A Challenge for Social Movement Theory? 1–20;

Della Porta, D., e LaFree, G. (2012). Guest Editorial: Processes of radicalization and de-radicalization. *International Journal of Conflict and Violence*, 6(1), 4–10;

Demant, F., Slootman, M., Buijs, F., e Tillie, J. (2008). Decline and Disengagement An Analysis of Processes of Deradicalisation;

Duarte, F. P. (2011). Jihadismo Global: A (In)Coerência de uma Estratégia de Subversão? *Nação E Defesa*, N.º 128 – 5.ª Série, 215–243;

Dworkin, A. (2016). *Europe's New Counter-Terror War*. European Council on Foreign Relations;

Ferguson, N., Burgess, M., e Hollywood, I. (2015). Leaving violence behind: Disengaging from politically motivated violence in Northern Ireland. *Political Psychology*, 36(2), 199–214;

Fink, N. C., e El-Said, H. (2011). Transforming Terrorists : Examining International Efforts to Address Violent Extremism. *International Peace Institute*;

Fink, N. C., e Hearne, E. B. (2008). Beyond Terrorism: Deradicalization and Disengagement from Violent Extremism, 1–36;

Gibbs, J. P. (2014). Conceptualization of Terrorism. *American Sociological Review*, 54(3), 329–340.

Gould, M. (2005) ‘Understanding Jihad’, Policy Review, February and March (129);

Hellmuth, Dorle. 2015. “Countering Jihadi Terrorists and Radicals the French Way“. *Studies in Conflict e Terrorism* 38:12, 979-997;

Horgan, J. (2008). Individual disengagement: A psychological analysis. In *Leaving Terrorism Behind: Individual and Collective Disengagement*. New York: Rutledge;

Jacobson, M. (2010). Learning from Those Who Have Left. *Washington Institute for Near East Policy*, (January);

Jenkins, B. M. (1980). The Study of Terrorism: Definitional Problems. *RAND Issue Paper*;

Jenkins, B. M. (2006). The New Age of Terrorism. In *McGraw-Hill Homeland Security Handbook* (pp. 117–130);

Jenkins, B. M. (2007). Building an Army of Believers. Jihadist Radicalization and Recruitment, 1–10;

Kuhle, L., e Lindekilde, L. (2009). *Radicalization Among Young Muslims in Aarhus, Denmark*. Center for Studies in Islamism and Radicalisation;

Lequesne, C. (2016). French foreign and security challenges after the Paris terrorist attacks, 3260(June);

Lindahl, S. (2017). Critical Studies on Terrorism A CTS model of counterterrorism. *Critical*

Studies on Terrorism, 0(0), 1–19;

McCauley, C., e Moskalenko, S. (2008). Mechanisms of political radicalization: Pathways toward terrorism. *Terrorism and Political Violence*, 20(3), 415–433;

Moghaddam, F. M. (2005). The staircase to terrorism: a psychological exploration. *The American Psychologist*, 60(2), 161–9;

Mucha, W. (2017). Polarization, Stigmatization, Radicalization. Counterterrorism and Homeland Security in France and Germany. *Journal for Deradicalization*, 10(Spring), 230–254;

Mullins, S. (2010). Rehabilitation of Islamist terrorists: Lessons from criminology. *Dynamics of Asymmetric Conflict*, 3(3), 162–193;

Neumann, P. (2011). *Preventing Violent Radicalization in America*;

Pisoiu, D. (2013). Coming to Believe “Truths” About Islamist Radicalization in Europe. *Terrorism and Political Violence*, 25(2), 246–263;

Precht, T. (2007). Home grown terrorism and Islamist radicalisation in Europe - from Conversion to Terrorism;

Pressman, D. E. (2016). Risk Assessment of Radicalization to Violence Applications of VERA-2 in Prisons What is Risk Assessment;

Rabasa, A., Pettyjohn, S. L., Ghez, J. J., e Boucek, C. (2010). *Deradicalizing Islamist Extremists*;

Romaniuk, P., e Chowdhury, F. (2012). From Input to Impact: Evaluating Terrorism Prevention Programs. *Center on Global Counterterrorism Cooperation*;

Ruby, C. L. (2002). The Definition of Terrorism. *Analyses of Social Issues and Public Policy*, 9–14;

Sageman, Marc (2007) Radicalization of Global Islamist Terrorists. United States Senate Committee on Homeland Security and Governmental Affairs;

Sarma, S. (2016). Special Report on Counter Terrorism Strategies in Select European Union Countries : An Evaluation, 1–26;

Schmid, A. P. (2013). Radicalisation, De-Radicalisation, Counter-Radicalisation: A Conceptual Discussion and Literature;

Schuurman, B., e Bakker, E. (2015). Reintegrating jihadist extremists: evaluating a Dutch initiative, 2013–2014. *Behavioral Sciences of Terrorism and Political Aggression*, 4472(November), 1–20;

Sedgwick, M. (2010). The Concept of Radicalization as a Source of Confusion. *Terrorism and Political Violence*, 22(4), 479–494. <https://doi.org/10.1080/09546553.2010.491009>;

Silber, M. D., e Bhatt, A. (2007). Radicalization in the west: The homegrown threat, 1–90;

Soufan Group. (2015). *Foreign Fighters - An Updated Assessment of the Flow of Foreign Fighters to Syria and Iraq*;

Taarnby, M. (2005). Recruitment of Islamist Terrorist in Europe: Trends and Perspectives;

Vidino, L., e Brandon, J. (2012). Countering Radicalization in Europe. *The International Centre for the Study of Radicalisation and Political Violence*, (December);

Walter, C. (2003). Defining Terrorism in National and International Law, (Springer), 1–22;

White, S., e McEnvoy, K. (2012). Countering Violent Extremism : Community Engagement Programmes In Europe. *Qatar International Academy for Security Studies*, 1;

Wiktorowicz, Q. (2004). Joining the Cause: Al-Muhajiroun and Radical Islam. *Rhodes College*;

Young, H. F., Zwenk, F. e Rooze, M. (2013). *A review of the literature on radicalisation; and what it means for TERRA*.

Publicações Oficiais

Comunicação Da Comissão Ao Parlamento Europeu, Ao Conselho, Ao Comité Económico E Social Europeu E Ao Comité Das Regiões: Agenda Europeia para a Segurança (COM, 2015: 185 final);

Comunicação Da Comissão Ao Parlamento Europeu, Ao Conselho, Ao Comité Económico E Social Europeu E Ao Comité Das Regiões: Apoio à prevenção da radicalização que conduz ao extremismo violento (COM, 2016: 379 final);

Decisão-Quadro 2002/475/JAI do Conselho, de 13 de junho de 2002, relativa à luta contra o terrorismo;

Decisão-Quadro 2008/919/JAI do Conselho, de 28 de novembro de 2008, que altera a Decisão-Quadro 2002/475/JAI relativa à luta contra o terrorismo;

Europol, TE-SAT 2011: EU Terrorism and Trend Report, 2016;

Europol, TE-SAT 2011: EU Terrorism and Trend Report, 2017;

Estratégia de segurança interna da União Europeia – Rumo a um modelo europeu de segurança. Conselho da União Europeia, 2010;

International Convention for the Suppression of the Financing of Terrorism. Adopted by the General Assembly of the United Nations in resolution 54/109 of 9 December 1999.

Webgrafia

Amnesty International. 2016. “France: Renewal of State of Emergency risks normalizing exceptional measures”. Amnesty International, 15 December 2016;

Burke, J. (2013, 9 June). Fighting terrorism: Do 'deradicalisation' camps really work? The Guardian;

Counter Extremism Project. (2017a). France: Extremism e Counter-Extremism;

Counter Extremism Project. (2017b). Germany: Extremism e Counter-Extremism;
Counter Extremism Project. (2017c). Belgium: Extremism e Counter-Extremism;
Human Rights Watch, 2016. “France: Abuses Under State of Emergency”. Human Rights Watch,
3 February 2016;
Stern, J. and Porges, M. (2010, 1 May). Getting Deradicalization Right. Council on Foreign
Relations.